

**LUANA DE GUSMÃO SILVEIRA**

**O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO POLÍTICO DIANTE DE PROCESSOS  
ELEITORAIS**

**PORTO ALEGRE  
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O Funcionamento do Discurso Político Diante de Processos Eleitorais**

**LUANA DE GUSMÃO SILVEIRA**

**ORIENTADORA PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ANA ZANDWAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**PORTO ALEGRE**

**2011**

### CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Luana de Gusmão

O funcionamento do discurso político diante de processos eleitorais / Luana de Gusmão Silveira. -- 2011.

111 f.

Orientadora: Ana Zandwais.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Análise de discurso. 2. Discurso Político. 3. Eleições. 4. Coligações. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

**“A política tem, indiscutivelmente, efeitos na  
linguagem, e não são efeitos desconexos.”  
Michel Pêcheux**

Ao Aldomiro, companheiro fiel que sempre me incentivou com palavras de carinho e de otimismo durante esta caminhada.

À memória de meu pai, que, mesmo ausente, sempre esteve presente em meu coração.

À minha mãe que sempre me motivou a estudar.

Às minhas irmãs, Susana e Amanda, e ao meu irmão João Gabriel, que sempre torceram por mim.

À minha família e à do Aldomiro que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes.

## AGRADECIMENTOS

À professora Ana Zandwais, agradeço a orientação atenta e crítica dispensada durante a elaboração deste trabalho. A ela, toda a minha gratidão e meus sinceros agradecimentos.

À professora Marilei Grantham e ao professor Oscar Brizolara, que conduziram os meus primeiros passos pelas trilhas da Análise do Discurso.

À professora Darlene Webler, pelo diálogo e pela amizade.

Às professoras Maria Cristina Leandro Ferreira e Solange Mittmann, pelas significativas contribuições em minha formação.

À colega Dulce, pelo companheirismo durante o curso.

Aos colegas do grupo de estudo e de pesquisa em Análise do Discurso – GEAD/FURG.

À CAPES e à UFRGS, pelo apoio financeiro.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> -----	08
<b>RÉSUMÉ</b> -----	09
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> -----	10
<b>INTRODUÇÃO</b> -----	11
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>1. DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> -----	13
1.1. Língua e Linguagem como Materialidade-----	14
1.2. Discurso e Formações Imaginárias-----	19
1.3. Condições de Produção e Materialidades Discursivas-----	23
1.4. Interdiscurso e Intradiscurso-----	30
1.5. Formação Ideológica e Interpelação-----	34
1.6. Formação Discursiva e Modalidades de Subjetivação do Sujeito-----	42
<b>2. SOBRE A NATUREZA DO CAMPO DISCURSIVO</b> -----	51
2.1. Um Entrelaçamento entre a Política, o Político e o Acontecimento-----	51
<b>3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> -----	67
3.1. A Construção do <i>Corpus</i> -----	70
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>2. RELAÇÕES E EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS DURANTE UM PROCESSO ELEITORAL</b> -----	71
2.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE-----	72
2.2 Sobre o funcionamento discursivo da Frente Ampla de Referência -----	74
2.3 Relações de confronto entre a Frente Ampla de Referência “Rio Grande Unido e Forte” e a Frente Opositora “Frente Popular”-----	80
2.3.1 Sobre o Polo Naval-----	85
2.3.2 Sobre a educação-----	87
2.3.3 Sobre as garantias-----	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	92

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	95
<b>ANEXOS: MATERIAIS DE ANÁLISE</b> -----	98
ANEXO I -----	99
ANEXO II-----	104

## RESUMO

A presente pesquisa, filiada à Análise do Discurso de linha francesa, trata de questões ligadas ao funcionamento do discurso político e partidário produzido durante o processo eleitoral de 2008, ocorrido na cidade de Rio Grande/RS. Os gestos de análise ora apresentados recortaram sequências discursivas tecidas a partir dos discursos de duas Frentes Amplas, que se formaram durante o referido processo eleitoral. São elas: a coligação “*Rio Grande Unido e Forte*” e a coligação “*Frente Popular*”. Desse modo, a dissertação está dividida em duas partes. A primeira parte está organizada em três seções, a saber: a primeira é dedicada às noções teóricas da Análise do Discurso, imprescindíveis para a análise do *corpus* discursivo. Na segunda seção, a discussão foca a natureza do campo discursivo, ou seja, do campo político. Já a terceira e última trata da construção do arquivo, do *corpus* e da metodologia de análise. A seguir, a segunda parte examina, efetivamente, o funcionamento do discurso político diante de um processo eleitoral. O capítulo que constitui esta segunda parte da pesquisa está organizado em duas seções. A primeira trata das relações e efeitos de sentido existentes no interior da Frente “*Rio Grande Unido e Forte*”. Já a segunda seção analisa as relações de confronto entre as duas polarizações: “*Rio Grande Unido e Forte*” e “*Frente Popular*”. Dessa forma, a nossa preocupação nesse estudo, está voltada, principalmente, para as relações e os efeitos de sentido produzidos no discurso de alianças organizadas com fins eleitorais.

Palavras-chave: Análise de discurso, Formação Discursiva, Formação Ideológica, Eleições, Coligações.

## RÉSUMÉ

Cette recherche, affiliée à l'analyse du discours française, traite des questions liées au fonctionnement du discours politique et des partis pendant la campagne électorale de 2008 à Rio Grande/RS. L'analyse présentée ici découpe des séquences discursives tissées par discours deux fronts composés au cours du processus électoral. Ils sont : la coalition « *Rio Grande Unido e Forte* » et la coalition « *Frente Popular* ». Ainsi, cette thèse est divisée en deux parties. La première partie s'organise en trois sections : la première est consacrée aux notions théoriques de l'Analyse du discours, lesquelles sont indispensables à l'analyse du corpus discursif. Dans la deuxième section, la discussion se concentre sur la nature du champ discursif, c'est-à-dire, du champ politique. La troisième et dernière partie traite de la construction du dossier, du corpus et de la méthodologie d'analyse. Puis, la seconde partie examine effectivement le fonctionnement du discours politique face au processus électoral. Le chapitre qui constitue cette deuxième partie s'organise en deux sections. La première porte sur les relations et les effets de sens existants au sein du front «Rio Grande Unido e Forte ». La deuxième section analyse les relations de confrontation entre les deux polarisations : « Rio Grande Unido e Forte » et « Frente Popular ». De cette manière, notre préoccupation dans cette étude est centrée principalement sur les relations et les effets de sens produits dans le discours des alliances organisées avec des fins électorales.

Mots-clés: Analyse du discours, Formation discursive, Formation idéologique, Élections, Coalitions.

## LISTA DE ABREVIACES

AD – Análise do Discurso

AEI – Aparelhos Ideológicos do Estado

CP – Condies de Produo

FD (s) – Formao(es) Discursiva(s)

FI (s) – Formao(es) Ideológica(s)

Sd – Sequncia Discursiva

Sdr – Sequncia Discursiva de Referncia

FIR – Formao Ideológica de Referncia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PPS – Partido Popular Socialista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PP – Partido Progressista

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PR – Partido da República

PSC – Partido Social Cristo

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PT – Partido dos Trabalhadores

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PTC – Partido Trabalhista Cristo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

## INTRODUÇÃO

É sabido que o discurso político serviu como mote para o desenvolvimento de análises e reflexões no campo da Análise do Discurso (AD) na França nos anos 1960. O discurso político como materialidade discursiva permitiu a observação dos processos da determinação ideológica inscritos na materialidade linguística. Embora o interesse dos pesquisadores atuais recaia sobre outras discursividades, faz-se importante, ainda, conceber o discurso político como um campo, extremamente, profícuo para pesquisas.

Desse modo, o presente estudo pretende, com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, analisar as relações e os efeitos de sentido manifestados no interior de/entre alianças organizadas durante processos eleitorais. Com esse objetivo, decidimos trabalhar com o discurso das duas principais polarizações organizadas durante a campanha eleitoral do ano 2008, ocorrida na cidade de Rio Grande/RS.

As polarizações escolhidas para análise constituem-se de partidos que podem ser associados a saberes representativos das formações ideológicas de centro e direita e das formações ideológicas de centro e esquerda. A Frente representativa dos saberes de centro e direita é a Frente “Rio Grande Unido e Forte”, composta pelos partidos: PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC, PHS e PMDB, cujo candidato é representante do PMDB e membro de uma hegemonia familiar que vem perpetuando-se no poder municipal de Rio Grande/RS há mais de uma década. Já a Frente representativa dos saberes de centro e esquerda é a “Frente Popular”, a qual reúne partidos como o PT, PCdoB, PCB e PTC. A Frente Popular tem como candidato um representante do PT. Embora não tenha alcançado a vitória, esta Frente conseguiu, pela primeira vez, um percentual significativo dos votos dos eleitores riograndinos.

Assim, com o objetivo de analisar os meandros dessa campanha política e o discurso político das duas principais polarizações organizadas durante a campanha eleitoral de 2008, elegemos como referência os saberes que constituem a aliança “Rio Grande Unido e Forte”. Após a escolha da coligação de referência, realizamos um contraponto com os saberes que constituem a Frente opositora, ou seja, a “Frente Popular”.

Podemos dizer, então, que nossa pesquisa pautou-se em algumas indagações:

- 1) Sob que condições instituiu-se uma Frente Ampla?
- 2) Como o discurso político-partidário atinge seus objetivos por meio de uma Frente Ampla?

3) Como emergem as relações contraditórias e, até mesmo, antagônicas no interior de uma Frente Ampla?

4) Quais saberes encontram-se confrontados nas formulações de ambas as polarizações, ou seja, entre “Rio Grande Unido e Forte” e “Frente Popular”?

Com a finalidade de responder a esses questionamentos, organizamos o trabalho em duas partes.

A primeira parte do trabalho está organizada em três capítulos: No primeiro, apresentamos as noções teóricas que servirão de base para o desenvolvimento das análises. Assim, discorremos sobre as noções de língua/linguagem, formações imaginárias, condições de produção, interdiscurso, formação ideológica e formação discursiva. No segundo capítulo, refletimos sobre a natureza do campo discursivo. Com base nos escritos de Rancière (1996), Pêcheux (1983), Indursky (2008) e Guimarães (2005), realizamos um entrelaçamento entre as noções de política, discurso político e acontecimento. E, para finalizar esta primeira parte do trabalho, abordamos o percurso teórico-metodológico e a construção do corpus.

Na segunda parte do trabalho, passamos à análise propriamente dita, que constitui o capítulo intitulado “Relações e efeitos de sentidos produzidos durante um processo eleitoral”. Desenvolvemos esse percurso a partir de duas seções. Na primeira delas, analisamos as relações e os efeitos de sentido produzidos no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”. Buscamos observar os conflitos internos que se instauram em razão da formação de uma Frente Ampla. Entendemos que esses conflitos promovem apagamentos, silenciamentos e esquecimentos de alguns saberes em favor de outros. Na segunda seção, tratamos das relações de confronto entre as duas principais polarizações organizadas durante o referido pleito. Em síntese, ao longo da análise, buscamos observar as relações e os efeitos de sentido que se produzem: a) no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”; b) entre a Frente “Rio Grande Unido e Forte” e a “Frente Popular”.

Pretendemos, dessa forma, contribuir com os estudos da Análise do Discurso, à medida que iremos tecer algumas reflexões sobre o caráter polêmico e conflituoso do discurso político, visto que, através da análise do campo discursivo de referência, será possível observar as relações contraditórias, antagônicas e de alianças que se produzem em razão de um processo eleitoral.

## **PRIMEIRA PARTE**

**PRESSUPOSTOS TEÓRICOS:**

**REFLETINDO A TEORIA**

## 1. DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No decorrer deste capítulo, faremos um percurso pelas noções teóricas da Análise do Discurso que servirão de base para a realização da presente pesquisa. Nesse sentido, percorreremos as noções de Língua, Discurso, Formação Imaginária, Formação Discursiva, Formação Ideológica, Condições de Produção e Interdiscurso.

Serão examinados os conceitos que compõem o arcabouço teórico da AD e que constituirão o quadro teórico de referência, o qual sustentará a análise do nosso corpus discursivo.

### 1.1. Língua e linguagem como materialidade.

*“A língua tem propriedades universais, como a articulação ou o encadeamento, e as línguas têm formas particulares fixadas na história.”*

(Francine Mazière)

A Escola Francesa da Análise do Discurso, preocupada em considerar os processos históricos e ideológicos inscritos na materialidade lingüística, vê na reflexão sobre o discurso uma possibilidade de deslocamento dos estudos lingüístico.

Conforme nos lembra Orlandi (1999:15), “há muitas maneiras de estudar a linguagem”. Ao concebermos a linguagem como um fenômeno complexo e ainda com muitas questões a serem respondidas, podemos verificar que há diferentes correntes teóricas que possuem o mesmo objeto de estudo, ou seja, a língua e a linguagem. O que diferencia umas das outras é a maneira como este objeto é concebido no interior de uma determinada teoria e as implicações que tais concepções ocasionam para o campo prático.

Nesse sentido, podemos pensar, por exemplo, na concepção saussuriana em que a língua é tomada como um sistema de signos, ou seja, um conjunto de unidades organizadas que formam um todo, neste caso, um sistema. Procurando definir o objeto da linguística, Saussure (2006:17) afirma que “Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita (...). A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação”. Na sequência, o autor acrescenta que “Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união

do sentido e da imagem acústica, e onde as partes do signo são igualmente psíquicas”. (SAUSSURE, 2006, p.23)

Assim, a língua definida como objeto da linguística opõe-se à fala. Para Saussure, a língua é um sistema abstrato, um fato social, geral. Já a fala é individual, sendo circunstancial e variável. Dessa forma, como a fala não é sistemática, acaba sendo excluída do campo da Linguística, pois, segundo o estruturalismo, é na língua que podem ser observadas as relações estabelecidas no sistema. Trata-se, portanto, de uma teoria que se ocupa com a contradição dos mecanismos psíquicos internos à língua e realiza suas observações tendo como base uma relação simétrica entre o pensamento e a linguagem.

Outra concepção teórica que podemos evidenciar é o gerativismo, instaurado nos anos 50, pelo linguista Noam Chomsky (1998). Para o teórico, o conhecimento linguístico é considerado um fenômeno inato, instaurando, assim, um deslocamento nos estudos linguísticos. Tal mudança está relacionada com a teoria que Chomsky propõe, ou seja, a Teoria Gerativa, que permite a construção de uma gramática calcada nos pressupostos gerativos. Gramática, aqui, não definida para ditar regras, mas sim relacionada com o conhecimento linguístico internalizado no falante. E Gerativa porque, através de número limitado de regras – situadas na gramática internalizada – o falante consegue gerar um número infinito de sequências oracionais.

Tal concepção está diretamente relacionada com as noções de *competência* e *desempenho*, pois os falantes possuem um sistema internalizado de regras que os torna aptos a produzir e reconhecer frases, mesmo que estas nunca tenham sido ouvidas ou proferidas, mas que fazem parte deste conjunto de regras. Os adeptos ao gerativismo defendem a ideia de que o estudo da linguagem poderia ser conduzido pela investigação de seu estado inicial, assim, cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. No que se refere ao estado inicial, Chomsky defende a ideia de que este é comum à espécie humana, e o objetivo da teoria gerativista é entender a faculdade da linguagem e os estados que ela assume.

Sendo assim, podemos perceber que a concepção de língua instaurada pelo gerativismo dá continuidade a uma visão de língua homogênea, estável, isolada do social. Totalmente dominada por um falante/ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguística ideal e homogênea. Tal visão a torna, então, passível de ser um “objeto científico” e apto a ser descrito e explicado a partir de sua estrutura sintática.

Outra corrente teórica que se afasta do modelo adotado pelo gerativismo, travando, assim, grandes discussões teóricas, é a concepção funcionalista (Ex. Halliday, 1973). Tal

teoria considera a língua um instrumento de interação social. Para os funcionalistas, é impossível desmembrar o sistema linguístico das funções às quais está relacionado.

Dessa forma, enquanto o formalismo ocupa-se de estudar as formas linguísticas, os funcionalistas procuram desenvolver suas análises levando em consideração as funções que tais formas desempenham em um determinado contexto social. Como afirma Halliday (1973:104), “A noção de função não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”. Percebe-se, assim, que a língua é analisada em seu uso efetivo, de modo a serem considerados os sujeitos e o contexto situacional.

Ainda em relação à concepção funcionalista de língua, podemos afirmar que para os adeptos do funcionalismo, seguindo as palavras de Neves (2004:18), a língua é vista como um “sistema de meios apropriados a um fim”, ou ainda, na definição de S. Dik (1978/1979 apud Neves, 2004:19), “A língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.”. Logo, observa-se o estudo da língua em sua sistematicidade, não obstante considerando que esta sistematicidade apresenta aspectos funcionais, ou seja, nesta perspectiva, as análises recaem sobre as relações estabelecidas entre as formas e as funções da língua em um contexto imediato, uma vez que não são considerados os aspectos históricos e ideológicos.

Além disso, há outra via teórica que considera que a língua serve, ao mesmo tempo, para *comunicar e não-comunicar*, isso ocorre pelo fato de considerar a história inscrita na materialidade linguística, acarretando, assim, um caráter relativamente autônomo à língua. É, portanto, nessa via teórica que se enquadra a Análise do Discurso.

Segundo a concepção de língua do analista de discurso, o estabilizado comporta em si o desestabilizado, ou seja, a estrutura está sujeita à falha, ao equívoco, ao lapso, o que acaba por proporcionar um caráter heterogêneo à estrutura. Isso autoriza-nos a afirmar que é neste espaço de conflitos entre o possível/impossível na/da língua, neste espaço de luta e de uma ininterrupta movência de sentidos que trabalha a AD. A esse respeito, concordamos com Ferreira (2000:28), quando a autora afirma que na teoria da AD “a concepção de língua trabalhada aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos, escapa a uma estrutura lógico-matemática categórica”. Sendo que esses “escapes” e essas “fugas” não são vistos como defeitos a serem corrigidos, mas sim como um modo constitutivo do funcionamento tanto do sujeito quanto dos sentidos.

Enfim, há muitas concepções para um único objeto – a língua –, sendo que o resultado desses diferentes olhares acarreta consequências também diversas em relação aos procedimentos metodológicos de investigação da linguagem.

Nesse sentido, reportamo-nos a Henry (1992:123), quando o autor afirma que “Quaisquer que sejam as contribuições científicas incontestáveis das teorias recentes, elas não impedem o (re)fechamento do campo que fez explodir o conceito de língua”. Na sequência, o autor acrescenta que “A linguística demonstra que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação. É precisamente nesse sentido que, nas condições políticas, ideológicas e científicas atuais, o conceito de língua pode representar os princípios de uma apropriação científica”. (HENRY, *idem*, p.147). Cabe, portanto, ao pesquisador levantar questões sobre a linguagem, de acordo com o aparato teórico e prático com os quais se identifica. Desde a ótica gerativista, funcionalista, enunciativa, discursiva, etc.

Dessa forma, compreendemos que Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux, realiza um deslocamento nos estudos linguísticos, à proporção que, ao entender que estando constantemente afetada pelo social e pelo histórico, a língua apresenta uma autonomia relativa, por isso a língua tratada pelo analista de discurso distancia-se da língua dos linguistas. A esse respeito, seguimos as afirmações de Henry (*ibidem*, p.195), quando o autor, ao fazer referência ao objeto da linguística, afirma que “O objeto dos linguistas está sempre a ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre *aquilo que é e não é da língua*<sup>1</sup>”. Nessa direção, Pêcheux (2009) esclarece que

O sistema se opõe à história da mesma forma que o explicável se opõe ao resíduo inexplicável, e, como o explicável sistêmico ou estrutural é primeiro, não há o que questionar acerca das condições que o instituem como explicável: o estruturalismo linguístico, mas também o funcionalismo e até mesmo o gerativismo, “se dão” seu objeto sob a forma geral da língua (ou da gramática). (op.cit.p.21)

Notamos, dessa maneira, seguindo as reflexões de Pêcheux, que, para instaurar o objeto da linguística, o estruturalismo considerou necessária a concepção desse objeto como

---

<sup>1</sup> Grifos nossos

homogêneo, regular, acabando por excluir tudo aquilo que pudesse intervir nessa relação sistêmica como ocorreu com as bases da teoria saussuriana.

Nesse sentido, Pêcheux procura desenhar outro caminho, pois, ao articular os “fios” do materialismo histórico e da linguística, acaba tecendo um novo objeto: o discurso. A esse respeito, Mazière (2007) faz a seguinte afirmação:

Ela [AD] não separa o enunciado nem da estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação. (op.cit.p.13)

Assim, na perspectiva teórica da AD, não há separação entre propriedade (base linguística) e situação (processo discursivo), visto que, em uma ótica materialista histórica, a situação é constitutiva da propriedade. Dessa forma, a base linguística não é determinante, não é o foco das análises. Este é o ponto crucial que difere a AD da Linguística Estruturalista.

Sobre essa questão, Courtine (2009:32) ressalta que “se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido”. Portanto, é neste processo de imbricação entre a materialidade linguística e a materialidade histórica que teremos a materialidade discursiva, objeto de investigação da AD.

Com isso, podemos entender o discurso como sendo constituído pela base linguística, mas também pela exterioridade e, assim, torna-se impossível, na perspectiva da AD, a dicotomia língua/discurso.

A língua, assim, na perspectiva da AD, aparece como condição de possibilidade do discurso. Nesse ponto, retomamos Orlandi (1983:106), quando afirma que “A análise do discurso não é um nível diferente de análise. É, antes, um ponto de vista diferente”. E acrescentamos que trata-se de uma teoria diferente em sua maneira de abordar a materialidade linguística, pois, para a AD, não há como extrair o sentido somente da estrutura da língua. É preciso perceber os efeitos de sentido produzidos em um determinado discurso e em certas condições de produção. E isso deve-se ao fato de todo e qualquer discurso estar diretamente relacionado com a história e com a ideologia. Estas o constituem, ou seja, são elementos que não podem ser pensados como algo separado, mas sim como elementos intrincados, entrelaçados à materialidade discursiva.

Com isso, queremos dizer que a materialidade do sentido deve ser concebida numa relação de “entremeio” entre a materialidade linguística e a materialidade histórica. Por isso,

na concepção discursiva, não há relação simétrica entre a forma estrutural e a forma histórica, o que temos é uma relação de “entremeio”, uma relação dissimétrica que, por sua vez, proporciona múltiplos sentidos.

## 1.2. Discurso e Formações Imaginárias

*“Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.”*

(Michel Foucault)

Como já tivemos oportunidade de afirmar, trabalhar com os processos de significação, na perspectiva da AD, implica necessariamente conceber a materialidade linguística em uma relação indissociável com os aspectos ideológicos e históricos. É, portanto, com base nesta relação que temos a passagem da forma empírica (abstrato) à forma material (linguístico-histórica-ideológico).

Esse percurso foi desenhado por Pêcheux em AAD (1969). Ao definir o objeto da AD, Pêcheux esclarece que a concepção de discurso não deve ser concebida como transmissão de informação, a qual contempla um destinador (A) que envia uma mensagem a um destinatário (B), um contexto, ao qual a mensagem remete, e um código comum ao destinador e destinatário. Pêcheux define discurso não como transmissão de informação entre A e B, e sim como um efeito de sentido entre os pontos A e B. Daí a afirmação de que o *discurso é efeito de sentido entre interlocutores*. Neste primeiro momento da teoria, ao buscar uma definição para o objeto da AD, Pêcheux tinha como princípio romper com alguns pressupostos distribucionalistas de Harris, o que não ocorreu de todo.

Sendo assim, podemos afirmar que, ao recusar a concepção de linguagem como um mero instrumento de comunicação, Pêcheux provoca outra leitura no campo das ciências sociais. A esse respeito, Henry (1969) acrescenta que

Esta teoria ou concepção de linguagem [mero instrumento de comunicação], é para ele [M. Pêcheux], uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais. (HENRY, 1969, p.25)

Assim, pode-se dizer que, ao romper com a concepção de que a linguagem é neutra, inocente e natural, Pêcheux desenvolve suas reflexões em torno do objeto da AD, ou seja, o discurso. Henry (*idem.*, p.24) citando Pêcheux, traz a seguinte reflexão: “O instrumento da prática política é o *discurso*, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Desse modo, podemos compreender o porquê de Pêcheux recusar-se a trabalhar com uma concepção de linguagem transparente, ou seja, com o universo das evidências. Essa recusa deve-se ao fato de que a linguagem, na perspectiva discursiva, é concebida como um lugar privilegiado de manifestação da ideologia, ou ainda, seguindo o pensamento de Henry (1969), é permitido afirmar que o processo pelo qual o sujeito reconhece seu lugar no sistema de produção é simultaneamente realizado e mascarado.

É, por conseguinte, com o intuito de compreender o papel que a linguagem desempenha neste processo de (re)conhecimento, ou seja, no processo da interpelação ideológica, que Pêcheux fez intervir o discurso, rompendo com as concepções tradicionais de linguagem, adotadas por correntes de cunho estruturalista.

Considerar tal definição de discurso implica necessariamente pensar a linguagem em seu funcionamento, sendo que este funcionamento engloba tanto a materialidade linguística quanto a materialidade histórico-ideológica. Logo, é no ponto de articulação destas diferentes materialidades (Língua-História-Ideologia) que se sustenta o discurso. Assim, o discurso aparece como objeto teórico em que se podem observar as relações entre língua-história-ideologia, como também os efeitos de sentido provenientes de tais relações.

Isso faz-nos pensar que o discurso é, antes de tudo, um lugar de reflexão que permite observar as relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção... entre formações discursivas pertencentes a formações ideológicas diferentes. (cf. Courtine, 2009)

No momento em que Pêcheux define o discurso como sendo efeito de sentido entre interlocutores, o autor também introduz o conceito de Formação Imaginária para evidenciar que os “interlocutores” não estão sendo entendidos no sentido empírico, como, por exemplo, no par Eu-Tu das teorias enunciativas. Ao contrário, para Pêcheux (*idem.*, p.82), os interlocutores “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”, sendo que tais lugares são marcados por formações imaginárias as quais designam o lugar atribuído pelos sujeitos sobre si e sobre o outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Nesse sentido, Pêcheux elabora o seguinte esquema incluído abaixo:

## FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS<sup>2</sup>

	<b>Expressão que designa as Formações Imaginárias</b>	<b>Significação da expressão</b>	<b>Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente</b>
A	I <sub>A</sub> (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I <sub>A</sub> (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	I <sub>B</sub> (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I <sub>B</sub> (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

A esse esquema acrescenta-se outro constituído dos pontos de vista de A e de B sobre o referente:

	<b>Expressão que designa as Formações Imaginárias</b>	<b>Significação da Expressão</b>	<b>Questão implícita cuja “resposta” sustenta a formação imaginária</b>
A	I <sub>A</sub> (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo eu?”
B	I <sub>B</sub> (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala?”

Dessa forma, podemos afirmar que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias que designam o lugar atribuído por destinador e destinatário

<sup>2</sup> Esquema adaptado a partir dos esquemas sobre a noção das Formações Imaginárias desenvolvidos por Pêcheux (1969, p.83 e 84).

sobre si e sobre o outro. Assim podemos perceber que o sujeito da AD não é um sujeito entendido como indivíduo simplesmente, mas sim um sujeito historicamente determinado, ou seja, representa lugares sociais na estrutura de uma formação social.

Nessa direção, Orlandi (1994:56) enfatiza que “As formações imaginárias se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”. Se pensarmos, por exemplo, em um processo eleitoral, em que temos um candidato “x” representando um partido “y”, consideramos que o candidato “x” está ocupando um lugar social (representante político). Assim, há todo um jogo imaginário a dirigir o discurso de tal candidato, já que o que diz e como diz mantêm relação com a imagem do lugar ocupado, assim como com a imagem do lugar daqueles a quem está se dirigindo, neste caso, aos eleitores.

Dessa forma, Pêcheux (*idem*, p.77) afirma que o orador pode experimentar o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar, por meio da *antecipação*. Segundo o autor, “A habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera” (...). Em certos casos, o ouvinte, ou o auditório, pode bloquear o discurso ou, ao contrário, apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou indiretas”. (Pêcheux, 1969, p.78)

Entendemos que a noção das formações imaginárias é de fundamental importância para compreendermos o funcionamento do discurso político, objeto de análise desta pesquisa. Por exemplo, durante um processo eleitoral, o que temos é um jogo de imagens – dado entre as diferentes instituições partidárias; no interior de uma mesma instituição partidária – e do candidato (representante de uma coligação) em relação aos eleitores e vice-versa.

Com isso, se pensarmos no mecanismo da antecipação, este jogo de imagens tende a ficar ainda mais complexo, pois é por meio da antecipação que um candidato “x” ajusta seu dizer de acordo com os fundamentos do partido em que milita e com os propósitos do mesmo, como também ajusta seu dizer em relação à imagem que pensa que o ouvinte (eleitor) faz dele enquanto candidato.

Consoante Orlandi (1999), este processo (de imagens) funciona como “um jogo de xadrez”, ou seja, é possível afirmar que estas imagens construídas no/pelo funcionamento discursivo são responsáveis pelo fracasso ou sucesso de uma disputa eleitoral, pois os efeitos de adesão serão direcionados àquele que mobilizar melhor o jogo de imagens na constituição/identificação dos sujeitos, nesse caso, os eleitores. Esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem”, que gostariam e deveriam ouvir. (ORLANDI, 1999, p.42)

Sobre isso, gostaríamos de acrescentar a reflexão desenvolvida por Osakabe (1999) em seu livro “Argumentação e Discurso Político”. Segundo o autor,

Parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender. Isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem. (OSAKABE, 1999, p.82)

Notamos que as colocações de Osakabe levam-nos à seguinte questão: “Que imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu fale dessa forma?”. Com base nesse questionamento, o locutor tenta ajustar o seu discurso, sendo que, no caso de um processo eleitoral, esse funcionamento torna-se extremamente notável. Osakabe (id. p.112) diz que “O discurso político não se justifica senão à medida que é dirigido a um ouvinte cuja participação interessa ao locutor”. Tal participação esperada pelo locutor, no caso de um pleito eleitoral, está relacionada à ação do voto e à adesão do eleitor ao seu discurso.

Por conseguinte, considerando a relação do sujeito com a realidade por meio de representações imaginárias, é possível afirmar a possibilidade de este processo ser apreendido através da análise do funcionamento discursivo, pois é a partir do conceito de formação imaginária, que podemos “passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa”. (ORLANDI, 1994:56)

### **1.3. Condições de Produção e Materialidades Discursivas**

Como vimos anteriormente, já no contexto de elaboração da AAD/1969, Pêcheux referia-se ao termo Condições de Produção (CP) no momento em que buscava uma definição para Discurso e Formações Imaginárias. Acontece que, neste contexto de 1969, as condições de produção aparecem no sentido estrito de “situação”, ou seja, remetem ao campo empírico, sendo assim consideradas estáveis e homogêneas.

Nesse ponto, é importante salientar que o conceito de CP é de fundamental importância para a análise do discurso, pois, ao trabalhar esta noção, Pêcheux traz a exterioridade para o seio dos estudos discursivos.

Pêcheux (1969:78), ao se referir à materialidade linguística, afirma que “*os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas esse funcionamento não é integralmente linguístico e não podemos defini-lo senão em relação às condições de produção*”. Esta postura de Pêcheux estabelece um avanço nos estudos linguísticos, à medida que o autor propõe considerar a

exterioridade não como um acessório da estrutura linguística, mas sim como uma parte integrante da estrutura.

Ainda, o autor acrescenta que “*é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção*” (PÊCHEUX, 1969, p.79). Podemos afirmar, então, que as CP do discurso determinam as materialidades significantes constituídas em objeto de análise textual.

Como mencionamos anteriormente, nos escritos da AAD/1969, a noção de CP do discurso remete a um momento pontual. Já em 1975, Pêcheux revisa o conceito de CP apresentado em 1969, visto que o autor refere-se à ambiguidade fornecida ao termo “condições de produção”.

Nas palavras de Pêcheux (1975)<sup>3</sup>,

Esta ambiguidade residia no fato de que o termo “condições de produção” designava ao mesmo tempo *o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo, os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo, etc*<sup>4</sup>. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam “a situação vivida pelo sujeito”. (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p.171)

Sendo assim, podemos afirmar que a perspectiva apresentada em 1969 sobre as CP traz como foco de análise um momento pontual (enunciação), homogêneo, desconsiderando as determinações sócio-históricas constitutivas das CP, isso porque, nessa face inicial da AD, Pêcheux tinha como base o modelo distribucionalista de Harris, que desenvolvia análises de frases e/ou enunciados relacionados a uma só situação.

Em função disso, Pêcheux aponta que o que faltava no texto de 1969 era uma teoria deste imaginário [reconhecimento/pertencimento a um lugar social], localizada em relação ao real [determinações histórico-ideológicas], pois, no contexto da AAD, ao introduzir o conceito das formações imaginárias, como vimos anteriormente, como sendo responsáveis por designarem os lugares que os sujeitos atribuem a si e ao outro, o autor deixou amplamente aberta a possibilidade de uma interpretação “interpessoal” do sistema das condições de produção (PÊCHEUX, 1975, p.238).

---

<sup>3</sup> Referimo-nos, aqui, ao texto “*A propósito da análise automática do discurso: Atualização e Perspectivas*”, de M. Pêcheux e C. Fuchs, publicado no livro “Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux”, cuja edição por nós consultada é do ano de 1993.

<sup>4</sup> Grifos nossos.

Pêcheux (*id.*, p.182), ao criticar a noção de CP, até então desenvolvida, aponta para “a necessidade de reconhecer a defasagem entre o registro do imaginário, cuja existência não é anulável sob o pretexto de que se trata do imaginário, e o exterior que o determina”. Nota-se que, neste ponto, o autor abre um caminho para a concepção de heterogeneidade, de instabilidade presente nas condições de produção, uma vez que há uma discrepância entre o imaginário e o real que o determina.

Dessa forma, seguindo as reflexões de Pêcheux, Courtine (2009)<sup>5</sup> aprofunda de forma significativa a noção de condições de produção em sua tese de doutorado intitulada “*Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*”. Neste trabalho, o autor realiza um percurso teórico sobre a origem da noção de CP do discurso, referindo-se a três origens possíveis, exequíveis de sintetizar da seguinte forma:

Em um primeiro momento, a noção aparece relacionada com os trabalhos da análise de conteúdo, praticada principalmente em psicologia social<sup>6</sup>, pois esta assume como objeto a análise das condições de produção dos textos por meio de características individuais de um sujeito no momento da enunciação.

A segunda origem, apontada por Courtine, diz respeito à sociolinguística, já que, nesta perspectiva, as variações sociolinguísticas – como, por exemplo, o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gênero do discurso) e os objetivos do pesquisador (explicações históricas) – são responsáveis pelas CP do discurso. Assim, os aspectos sociolinguísticos são admitidos como condições de produção do discurso, o que acaba por estabelecer uma relação de causa e efeito no que diz respeito à linguagem, o que conduz a um caráter de homogeneidade aos problemas de variações das estruturas linguísticas e sociais.

Já a terceira origem da noção de CP do discurso, segundo Courtine (2009), remete diretamente aos trabalhos desenvolvidos por Z. Harris em *Discourse Analysis*. Embora o termo não apareça de forma explícita no texto de Harris, há referência ao termo “situação” correlacionado ao termo “discurso”. Isso porque, nesta perspectiva, as análises eram feitas exclusivamente sobre frases produzidas em um único discurso contínuo, relacionado a uma única situação.

---

<sup>5</sup> A 1ª edição da referida obra data de 1981.

<sup>6</sup> Em relação às análises desenvolvidas no campo da Psicologia Social, Pêcheux (1983) em seu texto “Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso” acrescenta que “A psicologia Social entende fazer experimentos (em laboratório ou em campo) sobre construções/manipulações da interação, e em particular da interação verbal. Nesse quadro, a “situação” experimental – construída em laboratório ou provocada em campo – é em cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (falas, textos ou discursos) é imediatamente identificada a seqüências “observáveis” de ações (condutas, comportamentos) de trocas entre protagonistas da interação”. (PÊCHEUX, 1983, p.11)

Notamos que esta última perspectiva aproxima-se da noção desenvolvida por Pêcheux em 1969, em que os aspectos psicossociológicos aparecem sobrepostos às determinações históricas.

Desse modo, Courtine (*id.* p.47) observa a compatibilidade existente entre o termo “situação”, trabalhado por Harris, com aqueles desenvolvidos nas análises de conteúdo em psicologia social, assim como, na sociolinguística. Na visão do autor, essas formulações (características individuais de um enunciado, situações interpessoais) designam o que a linguística conhece como *sujeito da enunciação e situação de enunciação*.

A falta de um desenvolvimento teórico e metodológico sobre as CP possibilitou, de acordo com as afirmações de Courtine (*id.* p.51), a justaposição dos planos histórico, psicossociológico e linguístico, aos quais as CP remeteram em um primeiro momento, sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação fossem explicitamente indicadas. Assim, o que prevaleceu, nas análises de *corpus*, foi uma predominância do plano psicossociológico de comunicação sobre o plano das determinações históricas que incidem nas CP do discurso.

A esse respeito, é importante enfatizar que Pêcheux (2008)<sup>7</sup> revisa a sua concepção sobre a noção de CP do discurso em seu texto apresentado na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras e Restrições”, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, em 1983, traduzido posteriormente para a língua portuguesa, intitulado “*Discurso: Estrutura ou Acontecimento*”. Neste trabalho, o autor volta a refletir sobre a noção de condições de produção, inserindo-a em um espaço heterogêneo e instável.

Para trabalhar por este viés, Pêcheux executa a análise do enunciado “On a gagné” [„ganhamos“], proferido na França, em 1981, em razão da vitória de François Mitterand, representante da esquerda política. Pêcheux (2008, p.20) destaca os seguintes enunciados para fazer referência à opacidade do acontecimento. Assim temos:

- (a) “F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”;
- (b) “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas” e
- (c) “A coalização socialista-comunista se apodera da França”.

Ao destacar esses enunciados, Pêcheux enfatiza que eles não estão em uma relação parafrástica, visto que esses enunciados, ainda que remetam aos mesmos fatos, não constroem as mesmas significações.

Dito isso, podemos perceber a instauração do confronto discursivo em função do acontecimento, pois o enunciado “On a gagné” é extremamente opaco, à proporção que

---

<sup>7</sup> A edição consultada no presente trabalho é referente ano de 2008.

“imersa em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável”. (Pêcheux, *id.* p.23).

Assim, o enunciado “On a gagné” recebe um deslocamento que o retira do campo semântico do esporte, da disputa esportiva e o acomoda no contexto político de 1981, período em que a França enfrentava uma forte crise política e econômica. Dessa forma, a esquerda, na figura do socialista François Mitterrand, apresentou um forte programa de reformas para o eleitorado francês, obtendo assim, pela primeira vez, êxito no resultado do processo eleitoral.

Logo, o enunciado “On a gagné” ao ser produzido em outras condições de produção, acaba necessariamente ocasionando outros sentidos. Como afirma Pêcheux (2008, p.23), “A interpretação político-esportiva que acaba de ser evocada não funciona como proposição estabilizada (designando um acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas)”. A partir dessas considerações, o teórico redireciona a homogeneidade dada inicialmente às CP do discurso, e as inscreve em um espaço onde habita a heterogeneidade.

No horizonte desse entendimento, Courtine é responsável por aprofundar de forma significativa as reflexões em torno da noção de CP do discurso ao propor uma redefinição da noção que a introduz “na análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva” (COURTINE, 2009. p.52). Assim, as CP do discurso apresentam um caráter, ao mesmo tempo, *empírico*, *heterogêneo* e *instável*, visto que Courtine (*id.*, p.76) sugere que as CP sejam pensadas “sob a dependência da relação que uma FD mantém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso”

Courtine situa as CP do discurso em uma articulação teórica/metodológica em que, de um lado, temos a materialidade linguística, e, de outro, o plano histórico que a constitui. É, portanto, em torno da articulação do nível do enunciado [Interdiscurso [E]] com o da formulação [Intradiscurso [e]]<sup>8</sup> que autor trabalha o desnivelamento existente entre os processos discursivos e a materialidade linguística.

As CP podem ser entendidas tanto em seu nível estrito, ou seja, no momento da enunciação, que comporta o contexto imediato, como em um sentido amplo, que engloba os processos sócio-histórico-ideológicos. A partir das reflexões de Courtine, as CP perdem o caráter empirista apresentado em AAD/1969 e passam a ser estudadas na complexidade do interdiscurso, isto é, no complexo contraditório das formações ideológicas e das formações

---

<sup>8</sup> Trataremos dessas noções, posteriormente, em seção organizada para este fim: 1.4 Interdiscurso e Intradiscurso.

discursivas, que, por sua vez, intervêm no nível intradiscursivo, porque é no plano horizontal (intradiscurso) que se dá a linearização dos saberes interdiscursivos.

Pela análise desta relação indissociável entre a materialidade linguística e os processos sócio-históricos, temos acesso ao funcionamento do discurso, aos efeitos de sentido. Voltando a Pêcheux (1975:172), “Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido”. Assim, na perspectiva da AD, a língua funciona como uma base comum para a ocorrência de diferentes processos discursivos.

Desse modo, Pêcheux centra suas reflexões em torno dos processos discursivos, tanto com o intuito de analisar os efeitos das determinações históricas, como também das práticas sociais nos domínios da linguagem.

É em torno da ideia de funcionamento, por oposição à concepção de “função” que é própria de uma linguística formalista, que, no âmbito da AD, a noção de texto (uma das formas da materialidade significante) ganha um deslocamento nos estudos linguísticos. Para a AD, o texto deixa de ser concebido como algo homogêneo, pleno, fechado e passa a ser entendido como um “objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 2006:22). Dito de outra forma, o texto é visto na perspectiva discursiva como um “veículo” que nos conduz ao nosso objeto teórico, neste caso, o discurso a partir de suas condições de produção.

Na perspectiva da AD, o discurso não deve ser pensado fora de suas CP, visto que desconsiderar as condições de produção do discurso é trabalhar com uma concepção de língua homogênea, estável, ou seja, onde não há espaço para as ambiguidades, implícitos, lapsos, indeterminações e, sobretudo, para as relações entre língua e história. Dessa maneira, a AD, ao considerar as condições de produção como sendo constitutivas do funcionamento linguístico, passa a trabalhar em um espaço heterogêneo e fragmentado.

Com base nesses princípios, entendemos que a materialidade textual recebe um deslocamento quando passa a ser analisada em sua incompletude, como sendo um espaço heterogêneo, aberto, disperso. Isto acontece porque mantém relação com a exterioridade que não lhe é acessória, mas sim constitutiva. Por isso, no âmbito da AD, ao analisarmos um texto, não nos detemos em seu formato empírico, em sua estrutura formal, mas nos discursos que vêm através dele.

Podemos afirmar então que não se trata de analisar a organização interna do texto, como, por exemplo, seus aspectos de coesão e coerência, porém de perceber seu *funcionamento discursivo*, entendendo que este contempla uma remissão a uma ordem

histórica, pois a materialidade textual só adquire significação em sua relação com a história, com os outros discursos (interdiscurso).

A respeito da ideia de funcionamento, gostaríamos de destacar a reflexão de Orlandi (1983) extraída de seu livro “A linguagem e seu funcionamento”. A autora diz que

(...) do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso. (ORLANDI, 1983, p.107)

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao analisar um texto, não nos detemos em seu formato empírico, no texto em si, mas nos efeitos de sentido produzidos através dele.

É necessário frisar que o texto (materialidade textual) deve ser entendido como uma das formas das diferentes materialidades significantes. Sobre isso, Orlandi, ao ser questionada em entrevista concedida à revista “Teia” (Rio de Janeiro, 2006) sobre as diferentes materialidades que se apresentam atualmente, realiza a seguinte reflexão:

O que é um texto? É uma unidade de significação em relação à situação. Esta sua caracterização pode ser mantida, mas certamente a textualidade, sua forma material, sua relação com a memória e com as condições de produção diferem quando difere sua materialidade significante.

Aqui, é importante ressaltar que as condições de produção determinam as diferentes materialidades significantes, permitindo que estas se transformem em objeto de análise. Assim, cabe ao analista de discurso direcionar seu olhar para o funcionamento de tais materialidades, já que é a ideia de funcionamento discursivo que deve permanecer, porque cada modo de produção de um texto está constituído, ou seja, atravessado pela materialidade histórica. É isso que permite passar da função ao funcionamento discursivo, em que os sentidos trabalham, reproduzem-se, deslizam.

Por fim, no âmbito discursivo, concebemos o discurso como processo e não como produto, ou seja, ao analisar uma materialidade significante com a lupa da linguística, veremos o discurso como produto. Entretanto, ao utilizarmos a lupa discursiva, a qual considera as condições de produção como sendo constitutivas da estrutura, veremos essa materialidade como processo, como uma via de acesso, que nos conduz até ao nosso objeto teórico.

#### 1.4. Interdiscurso e Intradiscurso

*“Fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado”.*

(Courtine)

Pêcheux (1975) propõe chamar de **interdiscurso** *“todo complexo com dominante”* das formações discursivas. Assim, o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que „algo fala“ sempre „antes, em outro lugar e independentemente“, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Seguindo essas afirmações de Pêcheux, podemos dizer que o interdiscurso é o lugar onde estão todos os dizeres: os já-ditos, os possíveis e os imagináveis. Ou seja, é o lugar onde se constituem os objetos do saber (os enunciados). Ele é o exterior de uma FD, que pode ser pensada como o funcionamento concreto do interdiscurso, pois é a partir da análise dela que podemos observar o processo de linearização dos saberes interdiscursivo.

Nesse sentido, o sujeito, para produzir discurso, necessariamente terá de ocupar um lugar numa determinada FD, quer dizer que terá de se identificar com os saberes que compõem uma dada FD. É, portanto, a partir do interdiscurso de uma FD que poderão ser analisadas as modalidades do assujeitamento. Courtine (2009) confirma essa ideia com a seguinte declaração:

A partir do interdiscurso as modalidades de assujeitamento poderão ser analisadas. Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos que este sujeito enunciadador se apropria para deles fazer os objetos de seu discurso. (COURTINE, 2009, p.74)

Pêcheux (2009), por sua vez, ao entender que o sujeito constitui-se pelo esquecimento daquilo que o determina, propõe dois tipos de esquecimento que são constitutivos do discurso e fundamentais para a compreensão da ilusão que constitui sentidos e sujeitos. Vejamos:

- o esquecimento nº 1, que se desenvolve no nível do inconsciente, proporciona ao sujeito a ilusão de estar na fonte do sentido do seu dizer;
- o esquecimento nº 2, que é do nível do pré-consciente/consciente, faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser dono da sua enunciação e de que o sentido daquilo que fala/produz só pode ser “x” e não “y”, nas palavras de Orlandi (1999:35), este esquecimento “Nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo”.

É, portanto, por meio desses dois esquecimentos que sentidos e sujeitos constituem-se em forma de evidências. Temos a “unicidade do sujeito” e a “transparência do sentido”. Essas ilusões não são “defeitos”, mas sim algo necessário para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos (ORLANDI, 1999, p.36).

Pêcheux (*idem*, p.149) acrescenta que o sujeito “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento realiza-se precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*”. Esse “Outro” a que Pêcheux faz referência e que é responsável pela subordinação-assujeitamento do sujeito pode ser compreendido como “todo complexo” de FI e FD, ou seja, o próprio interdiscurso. Seguindo as reflexões do autor (*id.* p.149), é possível afirmar que é o interdiscurso que “fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”.

Ao tratar do interdiscurso, precisamos, necessariamente, descrever a sua dupla forma de funcionamento: Pré-construído e o Discurso-Transverso.

Segundo Courtine (2009:74), o termo pré-construído é proposto inicialmente por Paul Henry para designar uma construção anterior, exterior em relação ao que é produzido no momento da enunciação. Para Pêcheux (2009, p.151), o pré-construído pode ser compreendido como “o sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade, ou seja, aquilo que todo mundo sabe/compreende.

Dessa forma, o pré-construído fornece seus objetos (palavras, enunciados, proposições) ao sujeito enunciador “sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (se esquece) no movimento da identificação” (COURTINE, 2009, p.75). É importante frisar que este apagamento/esquecimento do sujeito em relação às determinações que o constituem é apontado por Pêcheux (2009, p.158) da seguinte forma: “Sendo “sempre-já” sujeito, ele [sujeito] “sempre-já” se esqueceu das determinações que o constituem como tal”.

No que se refere ao *discurso-transverso*, podemos pensá-lo como a segunda forma de manifestação do interdiscurso, pois se no interdiscurso temos a constituição dos pré-construídos, estes serão articulados, sintagmatizados no “fio” discursivo por meio do discurso-transverso, ou, ainda nas palavras de Pêcheux (*id.*, p.154), “O interdiscurso enquanto *discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído”. Nesse ponto, é necessário acrescentar outra noção que vem formar um par indissociável com o conceito de interdiscurso, trata-se do *intradiscurso*. Tal noção pode ser concebida como o “fio do discurso” de um sujeito, pois possui a particularidade de produzir “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p.154).

Temos, de um lado, o interdiscurso em uma dimensão vertical, e, de outro, o intradiscurso em seu nível horizontal. É pela imbricação desses dois níveis (vertical/horizontal) que temos a produção do discurso e conseqüentemente os efeitos de sentido que daí decorrem.

Gostaríamos de acrescentar que é através da análise do funcionamento do interdiscurso que podemos refletir como as repetições e retomadas mantêm-se no fio discursivo, ou seja, no intradiscurso. Não obstante, é importante frisar que estas retomadas, repetições, lembranças que se materializam no processo de linearização não se produzem de uma forma estanque, mecânica, pois o processo de materialização dos saberes interdiscursivos trabalha constantemente na contradição entre memória e esquecimento. Por isso, Courtine (2009, p.238) afirma que “o interdiscurso é produtor para o sujeito falante do apelo e da lembrança das formulações, mas também de seu esquecimento”.

A isso, Orlandi (1999) acrescenta que, a partir da observação do interdiscurso, conseguimos remeter um determinado enunciado a “Uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significação” (ORLANDI, 1999, p.32).

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível afirmar que o sujeito aparece como um “suporte” para o cruzamento desses dois eixos: inter/intradiscursivos. De acordo com Courtine (*id.*, p.96), “O sujeito do discurso é, de fato, ao mesmo tempo *sujeito ideológico*, na sua relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado; e *sujeito falante*, por poder enunciar elementos desse saber na formulação”.

Nessa relação do *sujeito ideológico* [interdiscurso] com o *sujeito falante* [intradiscurso], Courtine aprofunda as reflexões em torno do objeto empírico e do objeto teórico, ou seja, a AD tem como princípio analisar as modalidades através das quais as determinações históricas afetam a subjetividade do sujeito. Por isso, em AD, o sujeito é

sempre falado mesmo antes de produzir o seu dizer, ou seja, é falado pelas determinações históricas (interdiscurso) que o constituem, o afetam, conforme Zandwais<sup>9</sup>.

Dessa forma, o sujeito do discurso é duplamente determinado, isto é, para se constituir como sujeito do discurso, para se significar, ele precisa, necessariamente, inscrever-se em uma ordem simbólica (língua) e em uma ordem histórica (história).

Então, entendemos que a análise discursiva de um *corpus* precisa necessariamente relacionar os dois níveis descritos acima, visto que, se o analista centra suas reflexões somente no nível do intradiscurso, estará realizando uma análise puramente linguística. Como afirma Courtine (*id.*, p.29), “Qualquer procedimento de análise do discurso encontra na Linguística seu campo de validação... e o risco correlato de reduzir o discurso à língua”. Ao contrário, se o analista coloca como foco de suas reflexões somente o nível do interdiscurso, corre o risco de *dissolver o discurso no trabalho histórico sobre as ideologias*.

É, pois, no conceito de FD que vamos ter a articulação destes dois níveis: inter/intradiscursivo. Conforme diz Courtine (*id.*, p.83), “O conceito de FD parece correlacionar contraditoriamente dois níveis distintos que constituem dois modos de existência do discurso como objeto”. Temos assim o nível do enunciado [interdiscurso/ discurso enquanto objeto teórico] e o nível da formulação [intradiscurso/ discurso enquanto objeto empírico].

Essa concepção teórica ofereceu um avanço aos estudos da AD, além de proporcionar um trabalho *teórico do conceito de FD e de sua operacionalização no plano experimental*.

Sobre tal aspecto, Courtine (2009) esclarece que

Toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD: *o estudo do intradiscurso que tal seqüência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD*. (COURTINE, 2009, p.84)

Portanto, pela articulação do “*invisível*”, responsável pela historicidade e pelos já-ditos, na materialização do “*visível*”, no fio do discurso de um sujeito, que os sentidos se produzem, derivam. É neste ponto de encontro, de fusão, que tudo acontece.

---

<sup>9</sup> Essas observações são oriundas de anotações realizadas durante o mestrado na disciplina “Materialidades Discursivas e Investigações Analíticas”, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Zandwais.

## 1.5. Formação Ideológica e Interpelação

*“Não é na prática teórica que se transformam as ideologias práticas dominantes, mas é na luta de classes, especificamente sob seus aspectos políticos e ideológicos, que elas são transformadas.”*

(Paul Henry)

Para tratarmos sobre a noção de formação ideológica (FI), faremos um percurso pelas reflexões desenvolvidas por Louis Althusser (1985<sup>10</sup>, 2008<sup>11</sup>) em torno dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIE).

Primeiramente, é importante ressaltar que Althusser procura ampliar a “teoria marxista de Estado”, em que o Estado é concebido como Aparelho de Estado, aí compreendidas as instituições como a polícia, os tribunais, as prisões, as forças armadas, o governo, o chefe de Estado, a administração. Cabe aqui evidenciar que o Estado, enquanto o Aparelho maior de Estado, só tem sentido em função do *poder de Estado*, ou seja, o funcionamento do Aparelho dar-se-á em consonância com os objetivos daqueles que detêm o poder de Estado. Nas palavras de Althusser (2008:100), “Toda a luta política de classes gira em torno da posse, isto é, da tomada ou conservação do poder de Estado, por determinada classe, ou um “grupo no poder”, isto é, uma aliança de classes ou de frações de classes”.

Neste ponto, é importante observar que o poder de Estado materializa-se de formas heterogêneas:

- a) através de mecanismos de repressão concreta;
- b) através de instituições que produzem/reproduzem ideologias.

É com base nessas questões que Althusser propõe a elaboração de uma teoria que permita “compreender os *mecanismos* do Estado em seu funcionamento” (*id.* p.100).

Dessa forma, para ter acesso a esse funcionamento, não basta somente caracterizar o *poder de Estado* e o *aparelho (repressor) de Estado*. Para construir uma teoria do Estado, Althusser introduz uma nova concepção ou „realidade“ que funciona juntamente com o aparelho (repressor) de Estado, mas que não se confunde com ele; trata-se dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Podemos afirmar que os AIE apresentam-se em forma de *instituições*. Nesse sentido, Althusser divide-os da seguinte forma: AIE escolar; familiar; religioso; político; sindical; da

<sup>10</sup> ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Sobre a Reprodução*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

informação; cultural. A principal diferença entre o aparelho repressivo de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado é que enquanto o primeiro funciona, predominantemente “através da violência”, o segundo funciona, predominantemente “através da ideologia” (ALTHUSSER, 2008, p. 119). Essa divisão apresentada pelo autor não pode ser entendida de forma “estanque”, visto que os aparelhos coercitivos de Estado usam tanto a violência física (exercida pelo exército, polícia), quanto a moral, a psicológica, como, por exemplo, a imposição de determinadas leis, etc.

Assim, os aparelhos de Estado (repressivo/AIE) funcionam concomitantemente por meio da repressão e da ideologia, de modo que a diferenciação entre ambos está no termo “predominantemente”. Cabe salientar que a repressão, atualmente, funciona de forma muito mais velada. Hoje, o que temos são várias manifestações de violência simbólica. No que diz respeito à ideologia, pensemos, por exemplo, no Aparelho Ideológico Político, mais especificamente em algumas instituições que o compõem, ou seja, os partidos políticos. Essas instituições funcionam predominantemente por meio de um processo de ideologização, pois a relação especular que se dá entre as instituições partidárias e os sujeitos (militantes, eleitores, representantes políticos, entre outros.), obviamente, não se exerce por meio da violência física, mas sim por meio da ideologia. Althusser (2008) diz que

É “livremente” que se vai à Igreja, à Escola, embora esta seja “obrigatória”..., que se adere a um partido político e se obedece a ele, que se compra um jornal, que se liga a TV, que se vai ao cinema ou ao estádio e que se compram e “consomem” discos, quadros ou “Posters”, obras literárias, históricas, políticas, religiosas ou científicas. Portanto, equivale a dizer que os Aparelhos ideológicos de Estado distinguem-se do Aparelho de Estado no sentido de que funcionam não “por meio da violência”, mas “por meio da ideologia”. (ALTHUSSER, 2008, p.105)

Assim, o autor compreende que não há como reduzir o Aparelho de Estado unicamente ao aparelho repressor e, por esse motivo, trabalha teoricamente a questão do Estado ao lado dos AIE. Este trabalho, desenvolvido por Althusser, permite a observação da estrutura e do funcionamento da ideologia em suas diversas materialidades (AIE). A vantagem desse trabalho teórico, segundo Althusser (*id*, p.198-199), é mostrar “concretamente como „*funciona*” a ideologia em seu nível mais concreto, no nível dos “sujeitos” individuais, isto é, dos homens tais como existem, em sua individualidade concreta, em seu trabalho, sua vida cotidiana, seus atos, seus compromissos, suas hesitações,

*suas dúvidas, assim como em suas mais imediatas evidências*”. Percebemos, assim, que a ideologia desenvolve-se no âmbito das práticas sociais, em suas diversas materialidades.

Eis a razão pela qual Althusser recusa a ideia de que a ideologia possui uma existência autônoma, e, por isso, desenvolve o conceito dos AIE, com o intuito de compreender a ideologia nas mais diversas materialidades. Dessa forma, o autor apresenta-nos a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia: *A ideologia é uma “representação” imaginária da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.* (ALTHUSSER, 2008, p.203). Na sequência, o autor desdobra essa tese em outras duas, a saber:

1) *a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência;*

2) *a ideologia tem uma existência material.* (*idem*, p.203-206)

Assim, em relação à Tese I, Althusser (2008, p.205) entende que na ideologia não está sendo representado o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas sim a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais vivem.

É interessante observar que esta relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência manifesta-se, ou seja, concretiza-se em práticas reguladas por rituais. Nas palavras de Althusser (*idem*, p.207), “essa relação imaginária é dotada em si mesma de uma existência material”. Vejamos: pensemos no Aparelho ideológico político, em uma determinada situação, como, por exemplo, uma campanha eleitoral. Nessa situação, temos um sujeito identificado com um determinado partido, que, em alguns casos, participa de carreatas, comícios, realiza panfletagens e, no dia das eleições, escolhe “livremente” o seu candidato. Nesse exemplo, isto é, nessas práticas temos a materialização da ideologia.

Considerando essa situação, tomemos Althusser (2008) que afirma

Que a representação ideológica da ideologia é, em si mesma, obrigada a reconhecer que todo sujeito, dotado de uma consciência e acreditando nas idéias que sua consciência lhe inspira ou aceita livremente, deve “agir segundo suas idéias”, portanto, deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias idéias de sujeito livre. (ALTHUSSER, 2008, p.207)

Assim, o autor propõe que estes *atos* sejam pensados em relação às práticas. E observa que essas práticas são regulamentadas por rituais nos quais elas se inscrevem – no

interior de um determinado Aparelho ideológico – como, por exemplo, um enterro, um dia de aula, uma missa, etc.

Podemos afirmar que as *práticas* representam diferentes materialidades, as quais permitem a manifestação da ideologia, ou seja, para que a ideologia se manifeste, é preciso sempre de uma materialidade, pois as ideologias não possuem uma existência autônoma. De acordo com Althusser (*idem*, p.110-179), “Não há ideologia “espontânea”, a ideologia não existe no “mundo das ideias”, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições (...) a ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos”.

Nessa linha de raciocínio, é importante frisar que Pêcheux (2009), seguindo as reflexões desenvolvidas por Althusser, também é persistente em afirmar que as ideologias não são feitas de “ideias”, mas sim de “práticas”. Nesse sentido, o discurso sendo concebido como uma prática acaba sendo uma das formas de materialização da ideologia, ou ainda, nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1975:166), “É impossível identificar ideologia e discurso, mas deve-se conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica”.

Dessa forma, na perspectiva da análise do discurso, a ideologia é concebida como sendo constitutiva tanto dos sentidos quanto dos sujeitos.

Assim, a ideologia produz em seu próprio funcionamento *camadas* de evidências que fazem com que uma palavra e/ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem. Essas evidências podem ser entendidas como um efeito ideológico que procura apagar a historicidade que constitui sentidos e sujeitos.

A esse respeito, Henry (1993) acrescenta que

Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente, tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o tudo isto implica. O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as conseqüências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. (HENRY, 1993, p.26)

Cabe então ao analista trabalhar como um arqueólogo, que desempenha a função de escavar sítios arqueológicos. O analista de discurso trabalha com sítios de significação, pois, por meio da análise destas camadas, vão aparecendo os possíveis sentidos.

E Pêcheux (2009) acrescenta

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009, p.146)

Essas “evidências” sustentadas pela linguagem é que fazem com que Pêcheux (*idem*, p.144) reflita e desenvolva uma teoria materialista do sentido, já que, segundo o autor, é preciso compreender “de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer) enquanto “sujeitos-falantes””. Compreender este processo é entender os efeitos de sentido produzidos no discurso pela interpelação ideológica. Acrescentamos, ainda, que a AD constitui-se como uma disciplina de interpretação, a partir do momento em que procura desconstruir as “evidências”, ou melhor, a partir do momento em que questiona tudo aquilo que é da ordem consensual, abrindo, assim, espaço para múltiplas significações.

Retomando as reflexões de Althusser, gostaríamos de ressaltar que o teórico desenvolveu suas pesquisas em torno das práticas sociais. Já Pêcheux procura traçar uma reflexão entre as práticas sociais e os saberes que dominam tais práticas. Sendo assim, temos a articulação entre Formação Ideológica e Formação Discursiva.

O conceito de Formação Ideológica origina-se das reflexões de Althusser, pois o filósofo marxista-leninista propõe pensar o conceito de formação ideológica tomando os AIE, como já evidenciamos neste trabalho, como os meios de materialização da ideologia, ou seja, “os aparelhos ideológicos de Estado são a realização, a existência de formações ideológicas que o dominam”. (ALTHUSSER, 2008, p.112).

Na visão de Althusser, a reprodução das relações de produção é garantida com base nos objetivos da(s) classe(s) que detêm o poder de Estado, sendo que se utilizam tanto do aparelho repressor de Estado quanto dos aparelhos ideológicos de Estado. Nessa direção, o teórico esclarece que “os aparelhos ideológicos de Estado são a concretização da ideologia dominante”, e, com base nesta proposição, afirma que “todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção”. (ALTHUSSER, 1985, p.78)

Pêcheux (2009), ao refletir sobre os AIE, acaba ampliando as reflexões até então apresentadas por Althusser. Como vimos na concepção althusseriana, os AIE limitam-se

exclusivamente à reprodução das relações de produção. Sobre isso, Pêcheux faz a seguinte colocação:

Os aparelhos ideológicos de Estado não são, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes, o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução no sentido marxista-leninista)". (PÊCHEUX, 2009, p.131)

Nesse sentido, Pêcheux ultrapassa as reflexões de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de estado, pois ele instaura no próprio funcionamento dos AIE a ideia não só de reprodução, mas também de transformação, formando o par *reprodução/transformação*. A este, acrescentaríamos à ideia de determinação/resistência, visto que entendemos que a resistência enfraquece, ou melhor, age sobre a determinação, possibilitando, também, o diferente, ou seja, a própria transformação.

Seguindo o pensamento de Pêcheux, podemos afirmar que os diferentes AIE, assim como as instituições que os compõem e suas respectivas práticas, conservam entre si relações de desigualdade-subordinação, o que atesta, conforme Pêcheux (*ibid*), “a cena da luta ideológica de classes”. A esse respeito, o autor esclarece que

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação".(PÊCHEUX, 2009, p.133)

Pêcheux questiona as reflexões desenvolvidas por Althusser em torno dos AIE, pois estes são, ao mesmo tempo, o lugar da reprodução das relações de produção e o lugar da contradição-desigualdade.

Sendo assim, para desenvolver uma reflexão que contemplates a articulação do campo das práticas sociais com o campo das práticas discursivas, Michel Pêcheux desenvolve o conceito de **formação ideológica**, apresentado por Althusser, na perspectiva da AD. Para o autor,

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é

senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 2009, p.134)

Portanto, podemos entender a formação ideológica como sendo uma (ordem (institucional)) um lugar que permite a observação direta das contradições existentes entre as classes.

É com base em tais asserções que Pêcheux, ao se referir à produção dos sentidos, afirma que “*As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem*” (*idem.* p.146-147). Nesse quadro, Pêcheux articula a relação entre ideologia e discurso. Sendo que uma formação ideológica comporta em seu interior várias formações discursivas<sup>12</sup>. Estas são responsáveis pelo direcionamento dos sentidos e representam na linguagem a formação ideológica que lhe é correspondente.

Percebemos que o sentido das palavras não se dá *a priori*, pois há determinação ideológica, dessa forma as palavras ganham sentido conforme a posição ideológica daqueles que as empregam, em uma relação de imbricação entre formação ideológica e formação discursiva.

Somos conduzidos, dessa maneira, à premissa da questão da **interpelação**, ou seja, é por meio da interpelação ideológica que sujeitos e sentidos se constituem. A noção de interpelação do sujeito aparece, inicialmente, nas reflexões de Althusser (2008) quando o autor apresenta duas teses: (1) “Toda prática existe por meio de e sob uma ideologia”; (2) “Toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos”. Na sequência, o autor apresenta a tese central, de que “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. (*idem.* p.210). E afirma:

A categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia enquanto esta tem por função (que a define) “constituir” os sujeitos concretos (como você e eu). É nesse jogo de dupla constituição que se efetua o funcionamento de toda ideologia. (ALTHUSSER, 2008, p.210)

É possível notar que há uma relação, digamos, contraditória entre sujeito e ideologia. É somente pela manifestação da ideologia que o indivíduo tem a condição de emergir como sujeito, ao passo que a ideologia não se produz por si mesma, mas pelo/no sujeito, ou ainda,

<sup>12</sup> Este conceito será refletido na sequência deste trabalho.

nas palavras de Althusser, “*A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos acabam sendo uma só e mesma coisa*”. (*id.*, p.213)

Ainda, sobre a interpelação, Althusser formula a seguinte proposição

A ideologia “atua” ou “funciona” de tal modo que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por meio dessa operação muito precisa que designamos por *interpelação*. (ALTHUSSER, 2008, p.212)

Pêcheux (2009:149) também ressalta que “o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do complexo das formações ideológicas”. Sendo, portanto, este complexo das FI entendido como um espaço de contradição-desigualdade-subordinação. A linguagem passa a ser concebida, nesta perspectiva, como sendo marcada pela incompletude, o que possibilita com que os sentidos estejam sempre sujeitos à deriva, à ruptura, ao deslocamento.

Ainda, em relação à noção de formação ideológica, Courtine (2009) fará a seguinte afirmação: “A instância ideológica estabelece, sob a forma de uma contradição desigual no seio de aparelhos, uma combinação complexa de elementos dos quais cada um é uma formação ideológica”. Na sequência, o autor esclarece que “As FI possuem um caráter “regional” ou específico e comportam posições de classe. O que explica que possa, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” e deles falar “diferentemente” (COURTINE, 2009, p.72).

Trazendo esse raciocínio para o caso das coligações formadas durante o período eleitoral para prefeito de Rio Grande/RS: a coligação “*Rio Grande Unido e Forte*”, composta por diferentes partidos de direita e de centro<sup>13</sup>, e a coligação “*Frente popular*”, composta por partidos de esquerda e de centro<sup>14</sup>; podemos pensar que, em uma aliança para fins eleitorais, temos a união de diferentes instituições partidárias as quais, em função do acontecimento eleitoral, acabam formando uma única e ampla Formação Ideológica que comporta em seu interior múltiplas formações discursivas e que determinam *o que pode e deve ser dito* nessas

---

<sup>13</sup> Definição das siglas dos partidos que compõem a coligação “Rio Grande Unido e Forte”: **PSDB** (Partido da Social Democracia Brasileira); **PPS** (Partido Popular Socialista); **PTB** (Partido Trabalhista Brasileiro); **PSB** (Partido Socialista Brasileiro); **PDT** (Partido Democrático Trabalhista); **PP** (Partido Progressista); **PRB** (Partido Republicano Brasileiro); **PR** (Partido da República); **PSC** (Partido Social Cristão); **PHS** (Partido Humanista da Solidariedade); **PMDB** (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

<sup>14</sup> Definição das siglas dos partidos que compõem a coligação “Frente popular”: **PT** (Partido dos Trabalhadores); **PCdoB** (Partido Comunista do Brasil); **PTC** (Partido Trabalhista Cristão); **PCB** (Partido Comunista Brasileiro).

condições de produção, como no processo eleitoral municipal da cidade de Rio Grande no ano de 2008.

Courtine (2009), ao se referir ao conceito de formação ideológica, considera que *“cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras”* (COURTINE, 2009, p.71-72). Se pensarmos, por exemplo, no caso das coligações político-partidárias no Brasil, observamos que as posições de classe em conflito são refratadas, pois as alianças comumente são feitas entre partidos que representam interesses de classes antagônicas.

Em função do processo eleitoral, ou seja, do acontecimento, esses conjuntos de atitudes e representações referentes a cada formação ideológica(FI) entrelaçam-se formando uma ampla FI e, nesse complexo ideológico, convivem diferentes saberes: divergentes, contraditórios e de aliança, sendo que muitos desses saberes passam a ser silenciados em favorecimento de outros, tendo em vista os interesses imediatos que dominam a Frente Ampla, seja popular ou conservadora.

Por conseguinte, podemos pensar que estas Frentes Amplas, isto é, estas Frentes político-partidárias formadas nessa conjuntura sócio-histórica, neste caso, no processo eleitoral de 2008, produzem um efeito/ilusão de que se tratam de duas Formações Ideológicas.

É importante frisar que estas FI apresentam em seu funcionamento contradições, diferentes posições-sujeitos e necessitam, acima de tudo, refratar os saberes antagônicos que convivem através da “agregação” de diferentes FDs em uma mesma Frente institucional. Logo, trata-se de uma Frente que se unifica diante de um processo eleitoral, mas que comporta em seu interior diferentes saberes que representam diferentes FDs.

Considerando, portanto, esta estreita relação entre FI e várias FDs, que se “aglomeram” durante o processo eleitoral, passemos, a partir de agora, à reflexão sobre o conceito de Formação Discursiva.

## **1.6. Formação Discursiva e Modalidades de Subjetivação do Sujeito**

O termo Formação Discursiva (FD) teve sua origem em Foucault (2009)<sup>15</sup>, no livro *“Arqueologia do saber”*. O referido autor desenvolveu uma ampla reflexão sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber, recusando a ideia de

---

<sup>15</sup> Referimo-nos à obra *“Arqueologia do Saber”*, de Michel Foucault, publicada em 1969. No entanto, em nosso texto, fizemos constar o ano de 2009, tendo em vista a consulta à 7ª edição brasileira desta obra.

linearidade histórica. Para o autor, todo e qualquer enunciado está aberto à repetição, à transformação, à reativação, isso porque o enunciado “*está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem*” (FOUCAULT, 2009, p.32). É, portanto, esta relação entre enunciados que Foucault propõe descrever.

Segundo o autor,

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é torna-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações. (FOUCAULT, 2009, p.32)

Ao tratar das grandes famílias de enunciados, como, por exemplo, *a Medicina, a Economia, a Gramática*, Foucault recusa-se a concebê-los como objetos fechados, contínuos, homogêneos, visto que há lacunas, desvios, diferenças, transformações que os constituem e que precisam ser refletidas. É isto que Foucault toma como objetivo principal: descrever essas dispersões e pesquisar se entre esses elementos não se poderia detectar uma regularidade, já que, segundo o autor, “*Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência, mas estudaria formas de repartição, ou ainda, descreveria sistemas de dispersão*” (*idem*, p.42-43).

A esse respeito, temos a seguinte afirmação de Foucault (2009):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2009, p.43)

Podemos perceber que a noção de FD em Foucault relaciona um sistema de dispersão, onde é possível analisar certa regularidade entre os enunciados. Tal regularidade é responsável por identificar determinada FD.

Dessa forma, em 1975, Pêcheux e Fuchs retomam o conceito de FD, apresentado inicialmente por Foucault. Todavia, ressignificam este conceito à medida que o trabalham no quadro teórico da Análise do Discurso. Courtine (2009, p.70), ao citar o artigo “*Remontons de Foucault à Spinoza*”, de Pêcheux (1977), esclarece que este desenvolve uma crítica marxista

da concepção foucaultiana do discurso, com base na categoria da contradição, e conclui pela necessidade “de uma apropriação daquilo que o trabalho de Foucault contém de materialista”.

É importante frisar que, num primeiro momento da teoria, em 1969, Pêcheux concebia a FD como sendo um espaço homogêneo, pois, como vimos anteriormente, a noção de condições de produção era compreendida em um nível estável, o que possibilitou também definir a FD em um nível de estabilidade e homogeneidade.

Uma FD assim concebida, conforme avaliação de Pêcheux (1983), ocasionou algumas consequências, como, por exemplo, um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas num espaço discursivo dominado por condições de produção estáveis e homogêneas, o que permite à análise discursiva ficar limitada a construir sítios de identidades parafrásticas intersequenciais (GADET & HAK, 1993:312).

Em relação a essa primeira fase da AD, Pêcheux (*idem*, p.313) conclui que os procedimentos analíticos eram feitos por etapas, com uma ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, o que acabou proporcionando, segundo Pêcheux (*idem*), a subordinação da existência do *outro* ao primado do *mesmo*.

Já em 1975, Pêcheux trabalha o conceito de FD juntamente com a noção de formação ideológica. O autor realiza esta articulação no momento em que compreende que “A *espécie* discursiva pertence ao *gênero* ideológico” (PÊCHEUX, 1975, p.166). E, na sequência, o autor acrescenta:

As formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX, 1975, p.166-167)

Assim, as formações discursivas são responsáveis por materializar na superfície linguística os saberes da formação ideológica. Afirmamos, então, que a FD é responsável pelo direcionamento dos sentidos, considerando que as palavras ganham sentido em relação às FDs em que são produzidas. Dessa maneira, a FD pode ser pensada como um lugar central onde ocorre a articulação entre língua e discurso.

Cabe salientar que, a partir de 1975, Pêcheux passa a relativizar o caráter de homogeneidade concedido inicialmente à FD. O autor refere-se à dificuldade de caracterizar as fronteiras reais dos conceitos como os de Formação Discursiva, Formação Ideológica,

Condições de Produção. Segundo ele, esta dificuldade está relacionada necessariamente com os limites entre o discurso e a exterioridade.

Em um texto posterior, Pêcheux (1983) acrescenta que “Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD)”. O autor desloca a noção de homogeneidade, presente na primeira fase da Análise do Discurso, e concebe a FD em sua heterogeneidade, ou seja, nunca idêntica a si mesma.

É com Courtine, em 1981, que se instaura um novo momento para conceito de FD. Ao entendermos que a FD é um ponto central de articulação entre língua e ideologia, tal asserção, implica, consoante Courtine (2009:235), que “*não se pode mais ver nos objetos que são as FD, nos quais se materializa a imbricação do real lingüístico e do real histórico, a manifestação da individualização lingüística de grupos históricos ou sociais, mas que se aceite colocar a categoria da contradição “no âmago de sua existência”*”. É, pois, pela categoria da *contradição* que Courtine amplia as reflexões em torno do conceito de FD, tendo em vista que a contradição não se dá somente entre posições antagônicas, mas sim no próprio interior dos saberes que constituem uma determinada FD, abrigando a diferença e a desigualdade em seu próprio interior.

Na concepção do autor, a noção de FD adquire relevância se for trabalhada a partir de seu interdiscurso. De acordo com ele, “Se uma dada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência ao “todo complexo com dominante”” ou seja, o interdiscurso. Será necessário, conforme Courtine, “Admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso”. (COURTINE, 2009, p.73)

Com isso, Courtine coloca o interdiscurso no centro do processo de constituição dos sentidos, tendo em vista que é no interdiscurso que se constituem os saberes próprios de uma FD. O autor esclarece que “*O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras*”. (*idem*, p.100)

Essas reflexões promoveram algumas consequências metodológicas, como, por exemplo, o fato de que toda sequência discursiva deve ser analisada enquanto objeto (enunciado) retirado de um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD. Assim, o estudo do intradiscurso que tal sequência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD (COURTINE, 2009, p.84).

Dessa forma, há uma relação inseparável entre intradiscurso e interdiscurso. Analisar esta relação torna-se primordial para *“Determinar as invasões constitutivas pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e internamente subordinada de FDs se organiza em função dos interesses que a luta ideológica das classes coloca em jogo, em dado momento de seu desenvolvimento em uma formação social dada”* (PÊCHEUX, 1977, p.15 *apud* COURTINE, 2009, p.236).

Ainda a respeito da relação da formação discursiva com o interdiscurso, gostaríamos de acrescentar as palavras de Orlandi (2007). A autora diz que

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores.

Desse modo, voltamos a frisar que a FD deve ser compreendida como um ponto de articulação entre língua e discurso, pois é por meio da análise da FD que o analista do discurso terá acesso aos efeitos de sentidos provenientes dos confrontos ideológicos.

Por isso, Pêcheux e Fuchs (1975:169) afirmam que “o „sentido“ de uma sequência só é materialmente concebível à proporção que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva”. Assim, para que uma sequência tenha sentido, ela deve pertencer a uma determinada FD.

Se compreendemos que os saberes das FI materializam-se na linguagem por intermédio das FDs, devemos acrescentar que tal materialização está obrigatoriamente relacionada com a noção de sujeito. Como afirma Orlandi (1999), “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia”. O sujeito sendo constituído e interpelado pela ideologia, produzirá sentidos conforme seu modo de interpelação. É isso que atesta a relação ideologia–sujeito–sentido.

Vale lembrar que as ideologias só existem porque há sujeitos, sendo que estas diversas ideologias representam-se sob diferentes práticas e sobre diferentes discursos, e uma maneira de observar esse funcionamento se dá pela análise da FD.

Nessa direção, Pêcheux (2009, p.147) faz a seguinte reflexão: *“Os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes”*.

Com isso, o sujeito em AD passa a ser entendido como uma posição, um lugar que ocupa para se constituir em sujeito do seu discurso.

O fato de sujeitos estarem inscritos em diferentes FDs, sendo que estas são marcadas por diferentes FIs, permite ao sentido sempre vir a ser outro. Indursky (1998:12) afirma que “Trabalhar com o sentido e sua opacidade conduz à examiná-lo à luz da ou das formação(ões) discursiva(s) com que tais sujeitos se relacionam, o que conduz a considerar não o sentido, mas os efeitos de sentido”.

Na perspectiva discursiva, recusa-se a ideia de unicidade do sentido, o que há são efeitos de sentido, e estes são produzidos na relação contraditória que se dá entre a materialidade linguística e a materialidade histórica.

Sendo assim, concordamos com Courtine (2006) quando o autor afirma que

Contrariamente ao que os problemas linguísticos dos modos de enunciação pressupõem frequentemente de maneira tão rígida – um sujeito que é o mestre de suas escolhas e daquilo que enuncia -, uma perspectiva discursiva sobre o modo de enunciação político torna possível a estimativa de que uma ordem do discurso se impõe ao sujeito falante, cujo modo de enunciação encontra-se, conseqüentemente, *sob uma liberdade controlada*<sup>16</sup>. (COURTINE, 2006, p.75)

Essa “*liberdade controlada*”, a que Courtine faz referência, é regida pela própria formação discursiva que determina *o que pode e deve ser dito* e, em consequência, também *o que não pode e não deve ser dito*. Podemos perceber que, na perspectiva discursiva, não há um sujeito pleno, dono do seu dizer, pois, como afirma Courtine (2006:75), “*Pode-se ver não uma escolha do sujeito da enunciação da maneira que o agrada, mas um conjunto de posições do sujeito, isto é, um conjunto de modos de enunciação que o sujeito falante deve ocupar ao tornar-se o sujeito do discurso*”.

Pêcheux (2009:147) afirmará que “as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”. Tal acontecimento, também, está relacionado com as diferentes posições que o sujeito irá assumir no discurso, de modo que tal posição está necessariamente regida por uma FD, sendo que esta mantém uma relação indissociável com a FI que a domina.

Analisando essa ideia, concordamos com RASIA (2004:119), quando a autora esclarece que “Embora não didatizada, formalizada a heterogeneidade em Pêcheux, ela atravessa suas reflexões, já na postulação de um sujeito impossível de ser descrito em sua

---

<sup>16</sup> Grifo nosso

pretensa unicidade”, isso se dá porque, seguindo as palavras da autora, o sujeito é “desde sempre interpelado em diferentes níveis e a estes respondendo de diferentes formas”.

Assim, Pêcheux, no texto *Semântica e Discurso* (2009), irá apresentar as diferentes modalidades que podem surgir no desdobramento da forma-sujeito<sup>17</sup>, sendo que esta é responsável por regular os saberes que compõem uma determinada FD. É importante frisar que, ao refletir sobre estas diferentes modalidades de subjetivações, Pêcheux afasta-se da concepção de interpelação plena do sujeito defendida por Althusser.

Assim sendo, temos a *primeira modalidade* que consiste em uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, o que equivale ao discurso do “bom-sujeito. Nesta modalidade de subjetivação, não há questionamento dos saberes que compõem a FD, ou melhor, as “evidências” ideológicas da forma-sujeito são plenamente aceitas. Por exemplo<sup>18</sup>, pensemos num “militante que reproduz “as palavras de ordem” de seu partido para sustentá-las como argumento em seu discurso, sem desconfiar de que as palavras que toma como suas não são propriamente suas, ou ainda das possíveis brechas a que tais argumentos possam remeter”. Nesse caso, estaríamos diante do “bom-sujeito” que se encontra plenamente assujeitado à forma-sujeito.

A *segunda modalidade* consiste em uma contra-identificação do sujeito da enunciação com os saberes da FD, pois, nesta modalidade, entra em cena a dúvida, o questionamento e a contestação em relação aos saberes que compõem uma determinada FD. Diante desse fato, temos o discurso do “mau-sujeito”. Na contra-identificação, o sujeito do discurso questiona, duvida, luta contra a evidência ideológica que é imposta pela forma-sujeito. É, portanto, a partir dessa teorização, ou seja, é a partir do momento que Pêcheux introduz o princípio da contradição no interior da forma-sujeito, que ele realiza um afastamento de Althusser. É com base na ideia da contradição que podemos analisar as diferentes posições-sujeito instauradas no interior de uma determinada FD.

Dessa maneira, Pêcheux avança suas reflexões em relação aos escritos do filósofo Althusser no momento em que articula os conceitos de forma-sujeito, formação ideológica e formação discursiva. Para Pêcheux, “*toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a*

<sup>17</sup> O termo Forma-Sujeito teve sua origem em Althusser, pois no texto intitulado “Resposta a John Lewis”, o autor afirma que “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A “forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

<sup>18</sup> Retiramos esse exemplo do artigo, de autoria da Prof.<sup>a</sup> Ana Zandwais, intitulado “*A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas*”. In: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: Uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

*instância ideológica em condições históricas dadas*” (PÊCHEUX, 2009, p.197). Seguindo essas considerações, podemos afirmar que não há simetria entre a prática política e prática discursiva, ou seja, não há reciprocidade entre formação ideológica e formação discursiva; logo não há como conceber o processo de interpelação ideológica de uma forma plena, homogênea, visto que, a partir do momento em que o sujeito do discurso passa a habitar um espaço de contradição, necessariamente ele fragmentar-se-á em diferentes posições-sujeito e lugares discursivos.

A título de exemplo, podemos citar as dissidências organizadas no próprio interior do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), em que há distintos e contraditórios posicionamentos em relação às ações/idéias que o MST defende. Porém, isso ocorre no próprio terreno da Formação Ideológica como instância concreta de realização do político, de forma a configurar a FD.

Já a *terceira modalidade* é definida por Pêcheux como uma forma de desidentificação do sujeito do discurso com os saberes da FD. Aqui há uma ruptura. Trata-se do sujeito do limite da contradição, onde o sujeito do discurso desloca-se para outra FD. Para fins de ilustração, pensemos, por exemplo, no PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), fundado em 2004. O partido constituiu-se em função de dissidências formadas no próprio interior do PT (Partido dos Trabalhadores), uma vez que a contradição e as divergências com os saberes que constituíam a Formação Discursiva do PT chegaram ao limite da contra-identificação, possibilitando, a instauração de uma nova Formação Ideológica, remetendo a domínios de saberes antagônicos e contraditórios aos do PT.

Ao apresentar essas diferentes modalidades de posições-sujeito, Pêcheux desloca o caráter homogêneo, até então, concebido no âmbito da FD, principalmente no que se refere à segunda modalidade em que a dúvida e a contestação passam a habitar o interior da FD.

É no princípio da contradição que Courtine (2009, p.88) irá conceber “*uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos sujeitos no discurso*”. Assim, podemos entender que o surgimento de diferentes posições-sujeito ocorre em razão de estas habitarem um mesmo espaço em que impera a contradição.

Se a contradição possibilita o surgimento de diferentes posições-sujeito, logo teremos a produção de múltiplos sentidos. Quando nos reportamos ao universo dos sentidos, é importante frisar que o sujeito trabalha com a re-significação sobre o já-dito, porque, ao produzir discurso, o sujeito provoca um encontro entre dois eixos (o da memória e o da

formulação). Ele retoma discursos que estão no eixo vertical – constituição (interdiscurso) – onde os dizeres estão deslinearizados, desorganizados, e coloca-os em uma dimensão horizontal – formulação – linearizando-os, sintagmatizando-os, ou, em termos teóricos, inscreve-os no intradiscurso<sup>19</sup>.

Desse modo, na linha de Courtine, é possível afirmar que *“É então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior desta FD, que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso”* (op.cit.p.4)

Isso explica o fato de, a partir de diferentes formações ideológicas e formações discursivas, podermos falar dos mesmos “objetos” e deles diferentemente. Por exemplo, o termo “liberal”, proferido por um partido de direita, produzirá um sentido “x”, como a favor da mais valia, capitalista, entre outros. Se proferido por um partido de esquerda, terá um sentido “y”, como explorador, opressor, adepto do capitalismo.

Finalizando as reflexões apresentadas neste primeiro momento, retomaremos as palavras de Orlandi (1983:75), quando a autora afirma que “na perspectiva do discurso, a linguagem não aparece apenas como instrumento de comunicação ou transmissão de informação, mas como lugar de conflito, de confronto ideológico”. E é neste lugar de confronto, de conflito que os sentidos movimentam-se, deslizam, derivam... enfim, produzem-se.

---

<sup>19</sup> Glossário de termos do discurso, editado pela editora da UFRGS, em 2001, há a seguinte afirmativa: “Ao pensarmos o discurso como sendo uma teia a ser tecida podemos dizer que o intradiscurso é o “fio do discurso” de um sujeito”.

## 2. SOBRE A NATUREZA DO ESPAÇO DISCURSIVO

Neste capítulo, abordaremos a natureza do espaço discursivo de referência, ou seja, o discurso político, onde o discurso político-partidário se insere.

Sabemos que não há uma definição consensual para política, no entanto tentaremos respaldar a pesquisa em algumas reflexões teóricas em torno da noção de *política* e do *discurso político*. Em um segundo momento, vamos relacioná-los com a noção de *acontecimento* conforme os pressupostos de Pêcheux (1983), Guimarães (2005) e Indursky (2008). Vamos ao percurso...

### 2.1. Um entrelaçamento entre a política, o político e o acontecimento

*A dificuldade no estudo das línguas naturais vem do fato de que as marcas sintáticas, por sua, essência, são capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política.*

(F. Gadet & M. Pêcheux, *A língua inatingível*)

Embora não haja um consenso para a noção de política, podemos afirmar que há uma ideia que perpassa tal noção, a ideia de *conflito*.

Para isso, gostaríamos de introduzir as reflexões de Rancière (1996, p.26). Ele afirma que “A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela”. Estes *sem-parcela*, caracterizados pelo autor, referem-se àqueles indivíduos que não são contados no todo, ou seja, os excluídos. Na sequência, o autor salienta que esta fração dos sem-parcela “define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida”(ibid.)

Para haver política, faz-se necessário que um segmento dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres, intervenha na ordem “natural” das dominações, pois esta interrupção é responsável por atualizar a igualdade última, na qual deveria assentar-se toda ordem social.

Desse modo, Rancière (*id.p.32*) entende que a *instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes*. A luta de classes, para o autor, *não é o motor secreto da política ou a verdade escondida por trás de suas aparências, ela é a própria política*. Entendemos, dessa forma, que a política constitui-se na desigualdade, pela contradição estabelecida através da luta de classes. Contudo, é importante frisar que a desigualdade só é

possível pelo princípio da igualdade. É neste ponto que se define a política, ou melhor, a política é a esfera da atividade de um *comum* que só pode ser *litigioso*, conforme Rancière (*id.*, p.29).

Acrescenta o autor:

Há política porque o *logos* nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolúvelmente a contagem que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta. (RANCIÈRE, 1996:36)

Com base nessas afirmações, entendemos que toda situação política trava uma cena que pode ocasionar o conflito entre o *entendimento* e o *desentendimento*. Parafraseando Rancière (*id.*, p.60), acrescentamos o fato de uma determinada ordem ser entendida por um inferior. É possível deduzir que essa ordem foi bem dada, que quem ordenou teve pleno sucesso, porém, é possível também deduzir que se o inferior compreendeu a ordem do superior, é porque ele participa da mesma comunidade dos seres falantes. Entendemos, portanto, que o conflito e a contradição instauram-se a partir desse princípio de igualdade. Sobre tal, acrescenta o autor que *a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes*, o que ratifica a dedução elaborada por Rancière. Ele considera desconcertante o fato de que: *A desigualdade só é possível pela igualdade*. (*id.*, p.60).

A partir da reflexão dessas questões aqui apontadas que gostaríamos de introduzir, para fins de ilustração, um pequeno diálogo que se dá entre aquele que a contagem do *logos* designa palavra e aquele em que a contagem designa apenas ideia.

Na obra “*Os tecelões*”<sup>20</sup>, o dramaturgo Hauptmann relata a revolta dos tecelões contra os ricos fabricantes que os oprimiam, os exploravam, obrigando-os a viver numa condição de eterna miséria. É importante salientar que, embora o acontecimento (revolta tecelões) date de 1844, sua crítica social permanece contemporânea.

Vejamos o diálogo entre o fabricante e os proletários:

*Patrão: Os negócios vão muito mal, vocês sabem disso. Em vez de ter lucros, perco dinheiro. Se, apesar de tudo isso, eu me esforço para que meus tecelões sempre tenham trabalho, espero que isso seja pelo menos reconhecido. A mercadoria está lá jogada, são milhares de peças e eu não sei*

---

<sup>20</sup> Gostaríamos de registrar que, no outono de 1905, num círculo de operários têxteis, Lênin leu “Os Tecelões” para os proletários, o que ratifica o valor da obra, ou seja, o seu caráter social. A edição por nós consultada é a do ano de 1968, porém importa destacar que tal texto foi publicado em 1892.

*ainda se conseguirei vendê-la algum dia – Bem, eu ouvi dizer que muitos tecelões das vizinhanças estão completamente sem trabalho...bem, trata-se do seguinte: para que os senhores vejam a boa vontade...naturalmente eu não posso distribuir esmolas, minha fortuna não dá para tanto, mas posso, até certo grau, dar aos desempregados a oportunidade de ganhar pelo menos alguma coisa. Que eu com isso corro um imenso risco, isso é comigo. – Eu penso assim: é bem melhor que uma criatura ganhe o pão de cada dia com o seu suor do que tenha que passar fome. Não tenho razão?*

*Proletários: Sim, Sim senhor!*

*Um proletário: Prezado senhor! Desejava pedir humildemente se talvez me pudesse... se pudesse talvez...*

*Patrão: O que é que você quer, afinal?*

*Um proletário: O adiantamento que, na última vez, quero dizer, uma vez que...*

*Patrão: Bem, não estou entendendo nada. (Escapa para o escritório. Os suplicantes entreolham-se, desvalidos. Um após outro, recuam suspirando). (1968, p.20-21)*

Nesta *cena comum*, que caracteriza o cotidiano das sociedades capitalistas, o proletário é privado de *logos*, ou seja, não há contagem, somente ruído.

Na sequência do drama, mais especificamente no quarto ato, surge a revolução dos tecelões. Estes saem de seus estados de passividade e instauram um movimento de ruptura contra a ordem de opressão/dominação. Trazendo as palavras de Marx, em *A ideologia Alemã* (1998), podemos inferir que as circunstâncias fazem os homens, mas os homens também fazem as circunstâncias na medida em que interferem na ordem do real.

A esse respeito, seguindo as reflexões de Rancière, gostaríamos de acrescentar que as greves, os protestos, as revoltas, ou seja, as manifestações sociais, de uma forma geral, não produzem ruído, mas exprimem, sim, um *logos*, o qual não é apenas o estado de uma relação de forças, mas constitui uma demonstração de direito, uma manifestação do justo que pode ser compreendido pela outra parte. (*id.*, p.63). Dessa forma, a demonstração do direito, ou manifestação do justo, é a própria reconfiguração da divisão do sensível, como, por exemplo, a revolta dos tecelões a que nos referimos anteriormente.

Schons (2006), em sua tese intitulada “*„Adoráveis” Revolucionários: Produção e Circulação de Práticas Político-Discursivas no Brasil da Primeira República*”, desenvolve um trabalho de análise que contempla o funcionamento das principais formações discursivas da classe operária brasileira no período da Primeira República (1889-1930). Neste estudo, a autora esclarece que “*O surgimento de movimentos políticos de formação e resistência da classe operária contra as forças coercitivas das classes dominantes constitui-se numa ação de combate e denúncia pela qual o sujeito operário encontra um espaço vital para a sua*

*sobrevivência*” (*id.*, p.179). Assim, os movimentos organizados pela classe operária buscam intervir na ordem social, com o objetivo de reconfigurar/transformar os espaços do real.

A partir dessa referência à pesquisa de Schons acerca do percurso histórico da classe operária, podemos entender o duplo sentido que Rancière atribui ao *logos*, como palavra e contagem, como sendo o lugar em que se trava o conflito.

O autor propõe pensar a atividade política como sendo responsável por ocasionar um deslocamento, uma ruptura na ordem social, à proporção que “Ela [atividade política] faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho” (*id.*, p. 42), ou seja, estabelece a própria contradição.

Esse deslocamento manifesta-se por uma série de atos, de práticas que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas definem-se, consoante Rancière (p.42). Logo, a atividade política pode ser concebida como o lugar onde se instauram os conflitos de interesses.

Em relação a isso, o autor observa:

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (Rancière, 1996, p.40)

Salientamos que esta *cena comum*, onde o conflito é fundado, é constituída pelo discurso, isto é, a prática discursiva permeia toda e qualquer atividade política, existente entre as classes, considerando que é no domínio das práticas sociais que as ordens simbólica, histórica e ideológica trabalham, ocasionando diferentes efeitos de sentido.

Nesse ponto, gostaríamos de confirmar que os efeitos de sentido estão associados a diferentes formações ideológicas que, por sua vez, se materializam nos domínios da linguagem através das relações que mantêm com as formações discursivas, revelando as contradições existentes entre as classes. Tais observações remetem à tese de Pêcheux (2009) de que o sentido “*é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)*” (PÊCHEUX, 2009, p.146). É neste quadro, portanto, que trabalha a Análise do Discurso. A AD tem como objetivo observar os efeitos da história e da contradição nos

domínios da linguagem, visto que a língua discursiviza-se de diferentes modos, no momento em que é afetada por diferentes interesses de classes.

Frente a essas colocações, consideramos pertinente trazer o pensamento de Cazarin (2004:43) o qual, ao citar Arendt, afirma que “*Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim se apresentam ao mundo humano, através da cena política que nunca é consensual*”, ou seja, é no espaço discursivo que se encadeiam o dissenso, o conflito, a contradição existente entre as classes, visto que, na medida em que “os homens se encontram, discutem e agem em conjunto, a divergência, a diferença é algo comum e inevitável”. (ARENDR, 1973 *apud* CAZARIN, 2004, p.43).

Estas considerações levam Cazarin (*idem*, p.50) a afirmar que “Quando se trata de estudar o discurso político, um conceito produtivo é o de conflito, de dinâmica conflitual” e, na sequência, a autora acrescenta que “*Uma metodologia possível seria tratar de interpretar as práticas discursivas como uma das modalidades do conflito e, simultaneamente, como uma resposta criadora para os conflitos sociais*”. Nesse espaço, enquadram-se os trabalhos da Análise do Discurso, no espaço das interpretações, dos sentidos provenientes da articulação entre as práticas sociais e as práticas discursivas.

Paul Henry (1993), em seu artigo “*Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux*”, que faz referência às relações entre língua, discurso e ideologia, desenvolve algumas questões a respeito do entrelaçamento entre o discurso e a prática política. Neste texto, Henry, comentando Pêcheux, lembra que “*o instrumento da prática política é o discurso, ou seja, a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais, reformulando a demanda social*” (*id.*, p.24). Desse modo, inferimos que toda e qualquer prática política é constituída pelo discurso, sendo que este, por sua vez, revela os efeitos contraditórios, os conflitos, as tensões que se instauram através da prática política.

No caso de nosso *corpus* que compreende a análise dos meandros de uma campanha eleitoral será possível observar pelo viés da prática discursiva as contradições, os conflitos produzidos durante um processo eleitoral. Parafraçando Miguel (2000), entendemos que o período da campanha eleitoral é um dos momentos em que a disputa de interesses é obrigada a remeter à coletividade, sendo que a decisão (voto) tomada por esta coletividade (eleitores) não é inócua, isso que dizer que a adesão da maioria dos eleitores a um ou outro candidato possui efeitos para seu cotidiano, assim como para o seu futuro.

Nessa perspectiva, entendemos que o processo eleitoral constitui uma *cena* que tem como base o próprio *litígio*, ou seja, concebemos a campanha eleitoral como uma atividade política, no sentido em que Rancière a define como “Um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial<sup>21</sup>”. A ordem policial, na perspectiva do autor, seria a organização dos poderes, a gestão da população, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição; o governo enfim. A política seria responsável por romper com essas divisões sensíveis da ordem policial, institucionalizando uma nova organização, novos lugares, novos atores: uma nova divisão sensível da ordem policial.

No nosso entender, o pleito eleitoral por si só não constitui política. Expliquemo-nos: o acontecimento (eleições) pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo, na acepção de Rancière, visto que o resultado do pleito pode ou não reconfigurar *as divisões sensíveis da ordem policial*.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Expresso* (Portugal, 2010), Rancière retoma a distinção entre *polícia* e *política* e esclarece que “há polícia quando há gestão de uma comunidade, governada por uma autoridade dotada de uma competência reconhecida para a exercer”. Na sequência, o filósofo afirma que “há política quando essa ordem normal das coisas é interrompida pelo poder daqueles cuja condição era o de não fazer parte dele”. Estas considerações levam o autor a concluir que o Estado apresenta um funcionamento paradoxal, vejamos:

(...) na medida em que um Estado é político, ele deve referir-se a um poder que é o poder de todos. Mas, ao mesmo tempo, um Estado é sempre uma máquina oligárquica que tende a apropriar-se desse poder que é o poder de todos. O princípio é o de que o Estado representa o povo, mas o que o Estado faz é organizar os meios de sua própria reprodução. O que significa que continuamente o Estado suprime a política, ao mesmo tempo que se levantam as vozes dos que reclamam fazer parte da discussão, das decisões. E aí começa a política. (RANCIÈRE, 2010, p.38)

Como podemos notar, o Estado aproxima-se de uma ideia de *consenso*, na medida em que refrata o modo como constitui as relações de poder, ao passo que a política se

---

<sup>21</sup> Rancière (1996, p. 41) distingue *polícia* e *política*. O autor denomina *polícia* aquilo que geralmente é chamado de política: o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. O autor acrescenta que a palavra *polícia* e o adjetivo *policial* são compreendidos num sentido amplo, “neutro”, não pejorativo. Na sequência, enfatiza que o termo *polícia* não mantém nenhuma relação com os AIE desenvolvidos por Althusser.

encontra associada à ideia de *dissenso* a partir do momento em que interrompe a lógica da dominação.

Dessa forma, entendemos que o Estado é, ao mesmo tempo, o lugar de reprodução das relações de produção, como também é o lugar onde ocorre a contradição, a desigualdade, o conflito de interesses que, por sua vez, provocam um processo de transformação das relações de produção a partir do momento em que deslocam, seguindo os termos de Rancière, as divisões sensíveis da ordem policial.

Desse modo, afirma Rancière:

(...) no fundo, o consenso é aquilo que é próprio da polícia, enquanto organização de um mundo sensível que se dá como indiscutível. E a política começa, pelo contrário, com o dissenso (...). O dissenso faz com que os atores imprevistos subam ao palco e digam que o que foi dito inevitável não o é. (...) O consenso diz: o mundo é assim, não podemos fazer nada senão ver como é que nos arranjamos. O dissenso diz que é falso dizer “o mundo é assim”, porque é possível uma outra construção a partir de dados diferentes. O dissenso consiste em dizer: nós propomo-nos como capazes de construir de outra maneira os possíveis. (RANCIÈRE, 2010, p.38)

Todas essas colocações permitem-nos pensar que o acontecimento – processo eleitoral – é capaz de propiciar uma reformulação das *divisões sensíveis da ordem policial*, ou seja, o pleito eleitoral constitui-se num acontecimento responsável por trazer à tona as vozes daqueles que reivindicam uma nova divisão do sensível.

Voltando ao escrito de Rancière (1996), é necessário afirmar que, para o autor, a política só pode ser pensada a partir da noção de *desentendimento* concebido como um tipo determinado de situação de tomada da palavra. Assim, segundo ele, “*O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura*” (*id.*, p.11-13). Essa divergência, segundo Rancière, não revela nenhum desconhecimento, tampouco o mal entendido ocasionado pela imprecisão das palavras, pois conforme o autor:

O desentendimento não diz respeito à questão da heterogeneidade dos regimes de frases e da presença ou ausência de uma regra para julgar gêneros de discursos heterogêneos. Diz respeito menos à argumentação que ao argumentável, à presença ou ausência de um objeto comum entre um x e um y. Diz respeito à apresentação sensível desse comum, à própria qualidade dos interlocutores em apresentá-lo. As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do

objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. (RANCIÈRE, 1996, p.13)

Nesse ponto, consideramos possível aproximar as reflexões de Rancière com a teoria da Análise do Discurso, já que, na perspectiva discursiva, um determinado enunciado pode produzir sentidos contraditórios – caso esteja relacionado a uma mesma FD – ou, até mesmo, produzir sentidos antagônicos no caso de FD opostas.

Para fins de ilustração, pensemos no funcionamento da palavra “invasão”. Para um membro do Movimento dos Sem-Terra terá um sentido “x”, já para um latifundiário conterà um sentido “y”. Assim, como o termo “liberal” no discurso de um partido de esquerda terá um determinado sentido, no discurso de um partido de direita produzirá outros sentidos, o que acaba ratificando a tese de Pêcheux (2009) de que as palavras ganham significação no interior das FDs em que são produzidas.

Dessa maneira, retomamos Pêcheux (2009:146). O autor afirma que “O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe „em si mesmo””, ou seja, o sentido não se dá *a priori*, pois, seguindo as palavras do autor, é possível inferir que *o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, ou melhor, reproduzidas*. É por isso que toda a relação de forma e sentido deve ser concebida como uma relação assimétrica, uma vez que a materialidade do sentido está sempre em uma relação de entremeio com a materialidade linguística e histórica.

Assim, toda prática discursiva inscreve-se no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas (PÊCHEUX, 2009, p.197). Temos, portanto, nesta conjuntura, a presença de três elementos: discurso, ideologia, história. É por meio do entrelaçamento destas três noções que os sentidos (re)produzem-se.

Partindo dessas questões que abordam o caráter material da linguagem, gostaríamos de acrescentar à reflexão os estudos de Guimarães (2005:5)<sup>22</sup>. Ele aborda que o sentido das expressões linguísticas não é referencial, visto que as expressões linguísticas significam num determinado enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam; portanto a relação da linguagem com o real é histórica.

---

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

Gostaríamos de destacar que a obra de Guimarães (2005) instaura um acontecimento nos estudos enunciativos, na medida em que analisa os processos de significação no acontecimento de linguagem por um viés histórico. Para desenvolver este estudo, o autor elege como objeto de investigação os processos de designação. Dessa forma, os processos de designação passam a ser observados por um viés histórico-enunciativo.

É preciso ressaltar que Guimarães explicita filiações, rupturas e diálogos com algumas correntes teóricas, como, por exemplo, as perspectivas teóricas desenvolvidas por Benveniste e Ducrot. A partir das teorizações destes autores, Guimarães constrói uma concepção histórica de enunciação.

Com relação a Benveniste, Guimarães observa que a enunciação é definida em relação a uma ação individual, ou seja, “a enunciação é uma relação do sujeito com a língua. O sujeito dela se apropria, pondo-a em funcionamento” (GUIMARÃES, 2002, p.47). No entanto, Guimarães pontua que esta definição dada à enunciação representa um dos aspectos problemáticos do pensamento de Benveniste, visto que tal conceituação acaba atribuindo uma centralidade ao sujeito da enunciação.

Enquanto para Benveniste a enunciação é definida a partir de uma relação direta entre sujeito e língua, ou melhor, o sujeito apropria-se da língua pondo-a em funcionamento, Guimarães propõe pensar a enunciação por outro viés, o que o leva a manter um diálogo com a Análise do Discurso, à proporção que o autor toma como propósito “tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito.”. (Guimarães, 2005, p.11).

Para alcançar tal propósito, o autor sugere conceber a enunciação a partir das determinações históricas as quais ela está submetida, o que leva a pensar a enunciação *como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua* (id., p.8). Assim, tanto a língua quanto o sujeito passam a ser pensados a partir de um processo histórico-enunciativo.

Neste ponto, faz-se necessário realizar algumas observações em relação aos estudos desenvolvidos por Ducrot, e gostaríamos de destacar a definição dada à enunciação. Para Ducrot (1984 *apud* Guimarães 2008, p.72), a enunciação é concebida como “um acontecimento histórico de surgimento de um enunciado”. Nessa definição, o enunciado caracteriza-se por sua irrepetibilidade.

Pensando nisso, Guimarães trabalha, discute e põe em questão o caráter da irrepetibilidade da enunciação presente nos estudos de Ducrot. Para o autor (2008, p.73), esse caráter de irrepetibilidade atribuído à enunciação deve-se ao fato de a história ser vista como tempo. É, portanto, esse caráter de temporalidade que Guimarães procura deslocar em seus estudos sobre a enunciação a partir da ótica da semântica do acontecimento.

Nesse sentido, Guimarães (2002, p.61) afirma que, para Ducrot, “a enunciação do enunciado esgota a representação de seu sentido”. E, na sequência, o autor explica que “isto se dá pela consideração da enunciação enquanto acontecimento no qual não estão consideradas as determinações históricas, já que a caracterização deste acontecimento

*enquanto histórico diz respeito somente à temporalização, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento”*(*id.*, p.61).

Guimarães provoca, portanto, um deslocamento nos estudos enunciativos ao propor um conceito de enunciação que contempla as determinações históricas as quais ela está submetida. Isso permite ao autor romper com a perspectiva temporalista de história presente na teoria de Ducrot.

Para traçar este percurso, Guimarães (2008) caracteriza o enunciado como sendo *uma unidade discursiva*. Afirma o autor, então, que

O enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. (GUIMARÃES, 2008, p.73)

Percebemos com tal exposição que um enunciado não se produz isoladamente, quer dizer, um enunciado está necessariamente relacionado com outros enunciados. Para existir linguagem, é necessário que se estabeleçam relações entre enunciados e com o sujeito, de modo a concluir que a linguagem é inescapavelmente habitada pelo histórico, conforme Guimarães (2008, p.74).

Com base nessas reflexões, Guimarães define a enunciação como “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado”. (*id.*, p.78). Isso permite pensar a enunciação no domínio do memorável.

A partir de então, entendemos que a significação passa a ser considerada em sua perspectiva histórica. O histórico, aqui, não deve ser concebido no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência (GUIMARÃES, 2002, p.66).

Foi constatado, pelas leituras realizadas, que, para tratar o sentido com base nos processos históricos, o autor abre um diálogo com a Análise do Discurso e utiliza noções como: Discurso, posição-sujeito, interdiscurso, entre outras. Dessas noções, a mais mencionada nos estudos de Guimarães é a noção de interdiscurso (Cf. definimos no seção 1.4, com base em Pêcheux 1975; 2009 e Courtine 2009).

Enquanto o autor busca estabelecer uma concepção semântica da enunciação que se dá por um viés histórico, ele coloca a enunciação em uma relação direta com o conceito de interdiscurso, visto que “Os sentidos em um acontecimento são efeitos da presença do

interdiscurso, ou melhor, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”. (Guimarães, 2002, p.67).

Com base nas afirmações vistas, entendemos que as colocações de Guimarães deslocam a centralidade atribuída ao sujeito nas teorias enunciativas, pois, na concepção histórica da enunciação, não é o locutor que coloca a língua em funcionamento, já que “*a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.*” (*idem*, p.69). Isso ratifica a expressão: *A língua está exposta ao interdiscurso (p.69)*, ou seja, é preciso que o interdiscurso intervenha na língua para que esta produza sentidos.

Percebemos, então, que o acontecimento enunciativo carrega as marcas, os vestígios do interdiscurso, e este se inscreve no acontecimento ocasionando diferentes efeitos de sentido. É o que atesta Guimarães (*idem*, p.70) ao colocar que “A enunciação é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento”.

Assim, segundo o autor, o presente e a latência de futuro imbricados no acontecimento funcionam por meio de um passado que os faz significar; o acontecimento produz sentido porque *recorta um passado como memorável* (2005, p.12), ou melhor, o memorável se reconstrói nos domínios do acontecimento, logo o acontecimento deve ser concebido sob uma perspectiva histórico-enunciativa.

Guimarães (2005) considera que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem, sendo que essa diferença é caracterizada pelo fato de o acontecimento não ser um fato no tempo, mas pelo fato de o acontecimento temporalizar, pois, de acordo com o autor, o acontecimento “não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instaura sua própria temporalidade: essa é a sua diferença” (GUIMARÃES, 2005, p.12).

O autor ainda lembra que o sujeito da enunciação não pode ser entendido como origem do tempo da linguagem, visto que ele é tomado na temporalidade do acontecimento. Para o ele, a temporalidade

Se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. (Guimarães, 2005, p.12)

Essas questões refletidas por Guimarães remetem-nos à obra “Discurso: Estrutura e Acontecimento”, produzida por Pêcheux (2008). Na referida obra, há uma proposta de se pensar o acontecimento *como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória*. Concluímos, dessa forma, ser este o ponto de encontro responsável pela produção de sentidos.

Seguindo esta perspectiva, Guimarães (2002:70) acrescenta que o sentido não é efeito somente da circunstância enunciativa, assim como também não é só memória. O sentido, para o autor, é efeito da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamentos de discursos no acontecimento. Ou ainda: os sentidos produzem-se como estrutura e acontecimento.

Fica evidente a proximidade das reflexões de Guimarães (2002;2005) com a teoria da Análise do Discurso, quando o autor caracteriza o passado memorável, presente no acontecimento, não como lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores, mas como rememoração de enunciações. O passado faz-se presente no acontecimento *como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro*.

Reitera o autor:

O acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p.12)

Percebemos, através da explanação, que a significação é histórica, o que faz Guimarães rejeitar a posição benvenistiana na qual o sentido acontece no momento em que o sujeito apropria-se da língua. A enunciação resume-se a um ato único do sujeito. Guimarães, como já evidenciamos, mantém um diálogo estreito com a AD, ele entende que o sujeito enunciador é sujeito porque fala a partir de uma região do interdiscurso, assim só se constitui em sujeito do discurso enquanto afetado pelo interdiscurso, pela memória de sentidos, a qual se estrutura pelo esquecimento e faz a língua funcionar. Falar, portanto, é estar nesta memória, consoante Guimarães (*id.*,p.14).

Dessa forma, o sujeito da enunciação é caracterizado como um sujeito afetado pela história, o que o atesta seu caráter dividido e heterogêneo. No momento em que o sujeito fragmenta-se na ordem histórica, passa a ocupar diferentes lugares enunciativos. De acordo

com isso, Guimarães acrescenta que a *cena enunciativa*<sup>23</sup> coloca em jogo diferentes lugares de dizer, sendo que estes lugares são próprios de uma história.

O autor ainda busca descrever alguns tipos de enunciadores resultantes da divisão do sujeito discursivo. Consideramos pertinente apresentar esta divisão nesta reflexão. Assim temos: (1) **enunciador-individual**, “quando a enunciação representa o Locutor como independente da história”; (2) **enunciador-genérico**, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala segundo a ótica do outro e com o outro; (3) **enunciador-universal**, “quando a enunciação representa o Locutor como fora da história”. (*idem*, p.25).

Entendemos, então, que estas reflexões levantadas por Guimarães, referentes aos diversos lugares de enunciação, colocam uma questão fundamental: a possibilidade de analisar a contradição, o conflito no campo empírico, ou seja, no acontecimento enunciativo.

Para ilustrar essas questões, pensemos nas discussões que se travaram antes do processo eleitoral de 2010 em função da lei complementar intitulada “Ficha Limpa”<sup>24</sup>. Vários representantes políticos posicionaram-se contra a candidatura de políticos identificados como “ficha-suja”. É o caso, por exemplo, do Senador Sérgio Guerra, presidente do PSDB, que afirma: “Ficha-suja não disputa eleição pelo PSDB”<sup>25</sup>.

Com este enunciado, notamos haver uma fusão entre o lugar de enunciação do presidente do partido e o lugar de enunciação do político (senador), sendo que como representante político, eleito pela sociedade brasileira, o sujeito do dizer constrói um imaginário de si para os outros (eleitores que o elegeram). Este imaginário, por sua vez, sustenta que ele (senador) ao ocupar um lugar social de político deve primar pela ética, o que sustenta uma imagem de identificação com a lei “Ficha Limpa”, mas no momento em que Sérgio Guerra é interrogado sobre a candidatura de Cássio Cunha Lima<sup>26</sup> (Governador da

<sup>23</sup> Uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. (GUIMARÃES, 2005, p.23)

<sup>24</sup> A lei “Ficha Limpa” originou-se a partir de uma campanha da sociedade brasileira que reuniu mais de 1,3 milhões de assinaturas, o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros, com o objetivo de estabelecer regras mais rígidas aqueles que pretendem se candidatar a um cargo público. Assim, a Lei complementar 135/2010, que prevê a lei da Ficha Limpa, foi sancionada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 04 de junho de 2010. Informações extraídas do site [www.fichalimpa.org.br](http://www.fichalimpa.org.br), em 05/11/2010.

<sup>25</sup> Os enunciados aqui apresentados foram retirados da revista Isto É, Edição 2113, disponível no formato on-line em [http://www.istoe.com.br/reportagens/71471\\_BARRADOS+NO+BAILE](http://www.istoe.com.br/reportagens/71471_BARRADOS+NO+BAILE).

<sup>26</sup> O candidato foi enquadrado na Lei da *Ficha Limpa* pelo Tribunal Superior Eleitoral, em função de abuso de poder político e econômico. O candidato é acusado de compra de votos, visto que durante a campanha eleitoral de 2006, na qual buscava a reeleição para governador da Paraíba, distribuiu 35 mil cheques a cidadãos carentes, por meio de programa assistencial da Fundação Ação Comunitária (FAC), vinculada ao governo estadual.

Paraíba e forte candidato ao Senado pelo PSDB), o sujeito do dizer passa a falar somente do lugar enunciativo de presidente do PSDB e conclui: “Ele (Cássio Cunha Lima) tem a ficha mais limpa do Brasil”. Na sequência, o presidente do partido acrescenta o seguinte enunciado: “Espero que a justiça tenha a capacidade de distinguir o joio do trigo”.

Ao produzir o enunciado “Espero que a justiça tenha a capacidade de distinguir o joio do trigo”, o sujeito da enunciação (porta-voz do partido) passa a falar do lugar de enunciadador-genérico que, como vimos em Guimarães, se dá quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos. Assim, o locutor-presidente do partido toma o enunciadador-genérico para sustentar seus argumentos, o que por consequência produz sentidos como, por exemplo, que cabe à justiça, e não a ele (presidente do partido), distinguir quem está ou não apto a disputar uma eleição ou ainda é função da justiça distinguir o ficha-suja e o ficha-limpa.

Dessa maneira, quando produz o enunciado “separar o joio do trigo” que representa um saber popular, o sujeito da enunciação passa a falar de um lugar que não é seu, mas é de todos, ou seja, o seu discurso passa a produzir um efeito de consenso.

Com o que foi exposto, percebemos que esta distribuição de lugares enunciativos atesta, retomando Guimarães, que “o sentido da enunciação é produzido por esta divisão, por esta disparidade do Locutor a si”. (2005, p.29).

Em relação à noção de acontecimento enunciativo, gostaríamos de destacar que Indursky (2008) formulou essa noção no quadro teórico da Análise do Discurso, não obstante com uma especificidade distinta da proposta por Guimarães. É, portanto, este contraponto que gostaríamos de colocar em questão.

A partir dos estudos de Indursky, entendemos que um acontecimento histórico pode ou não ocasionar um acontecimento discursivo (conforme definido por Pêcheux), pois, para haver um acontecimento discursivo, é necessário que se estabeleça uma ruptura discursiva com os saberes de uma determinada FD. Já o acontecimento enunciativo, proposto pela autora, ocorre quando há a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD.

Nas palavras da autora, encontramos a distinção entre *acontecimento discursivo* e *enunciativo*. Vejamos:

Enquanto o *acontecimento discursivo* remete para fora, é externo à Formação Discursiva que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o acontecimento enunciativo provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria formação discursiva,

dando origem a uma nova posição-sujeito. A ruptura com a formação discursiva e com sua forma-sujeito foi designada por Pêcheux de *acontecimento discursivo*. Proponho, pois, que a fragmentação da forma-sujeito e o conseqüente surgimento de uma nova posição-sujeito que instaure o estranhamento nos processos discursivos de uma formação discursiva seja designada de *acontecimento enunciativo*. (INDURSKY, 2008, p.29)

Sendo assim, o acontecimento histórico abre a possibilidade de dois acontecimentos: *discursivo* e *enunciativo*. O primeiro inaugura novos sentidos, uma nova FD; o segundo provoca uma desarticulação no interior de uma mesma FD, ocasionando uma nova posição-sujeito, refletindo conseqüentemente o próprio funcionamento da contradição.

Trazendo essas questões para a nossa pesquisa, entendemos que a abordagem da noção de acontecimento enunciativo deve ser trabalhada de uma forma diferente. Tendo em vista que a nossa pesquisa tem como foco a análise do funcionamento do discurso político diante de um processo eleitoral, algumas questões colocam-se:

- O acontecimento histórico (eleições municipais de 2008 da cidade de Rio Grande/RS) constitui um acontecimento discursivo?
- Se não instaura um novo campo de saber, uma nova FD, estaríamos, neste caso, diante de um acontecimento enunciativo?
- Se a resposta da indagação anterior é afirmativa, este acontecimento enunciativo se dá do mesmo modo como foi trabalhado por Indursky?

Essas questões levam-nos a afirmar que o acontecimento por nós analisado não configura um acontecimento discursivo, tendo em vista que o acontecimento das eleições não rompe com uma prática política que já é sistemática, ou seja, a prática do sufrágio. Mas consideramos que este acontecimento constitui um acontecimento enunciativo que se difere da proposta de Indursky. Vejamos: no acontecimento em análise o que temos é a formação de duas frentes amplas (coligações). Estas Frentes Amplas são formadas por diferentes saberes, diferentes formações discursivas que compõem distintas formações ideológicas (Instituições-Partidárias), conforme as concepções propostas por Althusser (2008).

Neste caso, o que temos é uma “aglomeração” de saberes. Não há, portanto, fragmentação de uma FD (conforme trabalhado por Indursky), o que há é uma “uniformização” de diferentes saberes, ou seja, a Frente Ampla formada durante o pleito eleitoral produz um efeito de homogeneização de dizeres, sendo que abriga, em seu interior, diferentes formações discursivas com distintos saberes. Tal processo, no nosso entender, revela o ponto máximo da contradição discursiva, visto que esta “união” de FDs provoca a refração de alguns saberes a favor de outros, em função dos interesses eleitorais.

É importante frisar que este efeito de “uniformização” de saberes que constitui a Frente Ampla esfacela-se logo após a finalização da campanha eleitoral. Mesmo que siga produzindo seus efeitos, após o acontecimento eleitoral tal efeito de homogeneidade se desfaz, pois cada partido segue a sua trajetória de uma forma independente. Dessa forma, entendemos que as coligações organizadas durante um pleito eleitoral constituem uma troca de conveniências, ou seja, a organização de uma coligação durante uma disputa eleitoral tem como princípio a estratégia de elevar ao máximo a adesão dos eleitores e, posteriormente, a distribuição de cargos no poder de Estado.

Assim, acreditamos que um processo eleitoral, em que há a formação de uma Frente Ampla (coligação), apresenta uma singularidade específica, que, por sua vez, constitui o que denominamos de acontecimento enunciativo de caráter temporário, tendo em vista a fragmentação deste efeito de “uniformização”, “homogeneização” de saberes, logo após a finalização da campanha eleitoral.

Por fim, entendemos que para analisar um acontecimento histórico com esta especificidade (pleito eleitoral), é necessário elaborar uma aproximação com os estudos desenvolvidos por Guimarães, que nos permite observar a heterogeneidade discursiva no acontecimento enunciativo, visto que, segundo o autor, (2005, p.18) “Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas”. Acrescentaríamos que são espaços de saberes, ou melhor, de diferentes saberes, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante nos domínios do político. É nesses espaços, portanto, que se travam as contradições, os conflitos de interesses.

No capítulo a seguir, trataremos do percurso teórico-metodológico e sobre a construção do *corpus* discursivo.

### 3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Apontamos, no capítulo anterior, algumas noções teóricas que compõem o quadro teórico da Análise do Discurso, com ênfase nas noções de Formação Imaginária, Formação Discursiva, Formação Ideológica e Condições de Produção, com o objetivo de construir os procedimentos metodológicos necessários à operacionalização da análise do *corpus* da presente pesquisa.

Na perspectiva da AD, não há uma metodologia “pronta” que se aplique a todo e qualquer discurso. Nesse sentido, é possível afirmar que a escolha da metodologia a ser utilizada no *corpus* em questão está estritamente relacionada à própria análise, pois há um movimento contínuo entre teoria e análise, ou seja, entre teoria e prática.

Ao trabalhar com essa concepção discursiva, não nos limitamos ao espaço das evidências da linguagem, da literalidade do sentido. Assim, passamos por uma fase de análise linguística, mas ela não é o suficiente para dar conta do objeto discursivo, por isso, tendo como base o dispositivo-teórico metodológico da AD, o analista almeja a análise dos processos discursivos que se materializam na base linguística, produzindo diferentes interpretações.

Dessa forma, partimos da materialidade linguística em busca dos processos discursivos ou de determinadas marcas linguísticas a partir desses processos.

É nessa direção que Orlandi (1984) propõe a diferenciação entre o gesto de *segmentar* e o de *recortar*. A segmentação estaria no nível da linguística imanente, onde o linguista ocupa-se com a segmentação das frases, estabelecendo uma relação de linearidade entre as unidades.

Já o analista de discurso ocupa-se em efetuar o *recorte* que pode ser considerado como “Uma unidade discursiva: fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. (ORLANDI, 1984, p.14). Assim, o recorte discursivo passa a ser entendido como “um naco, pedaço, fragmento” (Orlandi, *ibid.*) de uma situação discursiva.

O analista do discurso não trabalha com critérios quantitativos, tampouco com a linearidade dos enunciados, mas com critérios qualitativos que visam à representatividade do material analisado.

Logo, para delimitarmos o *corpus* discursivo sobre o qual se pautam as análises, partimos de um *universal discursivo*, definido por Courtine (2009, p.54) como sendo um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise para estabelecer um *campo discursivo de referência* que se define como um tipo específico de discurso. Então, nessa

pesquisa, a coleta e a organização dos materiais discursivos efetuaram-se através da delimitação de um campo discursivo de referência, que é o do **discurso político-partidário**.

A partir deste campo de referência, escolhemos como ponto central de estudo a análise do funcionamento do discurso político produzido diante do processo eleitoral ocorrido na cidade de Rio Grande, no ano de 2008.

O campo discursivo de referência da presente pesquisa compreende o seguinte período cronológico: a campanha eleitoral para prefeito da cidade de Rio Grande/RS, que compreende os meses de agosto, setembro e outubro de 2008. Nesse período inicial de análise, tomaremos os discursos das principais coligações (“Rio Grande Unido e Forte” e “Frente Popular”) como objeto.

É importante enfatizar que o campo discursivo de referência caracteriza um espaço discursivo sobre o qual o analista do discurso “debruça-se” no intento de delimitar o *corpus discursivo*. Este trabalho analítico tem por objetivo definir o que irá pertencer ou não ao *corpus* discursivo. Feito isso, o analista dispõe de um conjunto de sequências discursivas, as quais remetem aos domínios de saberes de diferentes formações discursivas, que compõem a Frente Ampla.

O conjunto das sequências discursivas coletadas pelo analista segundo seus objetivos formará o *corpus* discursivo, porém estas sequências precisam estar organizadas no interior do *corpus*. Tal organização dá-se através dos recortes discursivos que, como mencionamos anteriormente, funcionam como uma *unidade discursiva*, ou seja, como um elemento organizador das sequências discursivas.

Assim, na presente pesquisa, trabalhamos com o seguinte movimento de análise: centramos nossas reflexões em torno do funcionamento do discurso político produzido durante o processo eleitoral em análise. Para isso, elegemos como referência os saberes produzidos pela coligação “Rio Grande Unido e Forte” que se constitui de diferentes Formações Discursivas, as quais, por sua vez, formam uma Frente Ampla (Frente Ampla de Referência).

Após a escolha da coligação de referência, realizamos um contraponto com os saberes que compõem a coligação denominada “Frente Popular”, a qual constitui uma segunda Frente Ampla.

Acreditamos que através da análise de um campo discursivo de referência – neste caso o discurso político e partidário – será possível caracterizar relações de contradição, antagonismo e aliança que se instauram em razão de um processo eleitoral.

No caso específico deste estudo, o *corpus* discursivo abarca sequências discursivas oriundas de diferentes formações discursivas, tendo em vista que focamos as análises sobre os discursos de diferentes instituições partidárias, que, em função do acontecimento (processo eleitoral), se unificaram formando duas amplas coligações, a saber: a coligação “*Rio Grande Unido e Forte*” composta por diferentes partidos de direita e de centro, tendo como representante um candidato do PMDB; e a coligação “*Frente Popular*” composta por partidos de esquerda e centro, tendo como representante um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com o objetivo de situarmo-nos em relação aos pressupostos teóricos com os quais estamos trabalhando e relacioná-los com o campo da prática, formulamos algumas questões norteadoras as quais nos possibilitarão analisar o funcionamento do discurso político-partidário durante o processo eleitoral.

Vamos, então, às questões que conduzem o nosso trabalho analítico e que buscaremos responder ao longo deste estudo.

- 1) *Sob que condições institui-se uma Frente Ampla?*
- 2) *Como o discurso político-partidário atinge seus objetivos por meio de uma Frente Ampla?*
- 3) *Como emergem as relações contraditórias e, até mesmo, antagônicas no interior de uma Frente Ampla?*
- 4) *Que saberes encontram-se confrontados nas formulações de ambas as Frentes - “Rio Grande Unido e Forte” e “Frente Popular”?*

Com base nessas questões, construímos as análises do *corpus* discursivo. Dito isso, passamos a comentar como ocorreu a constituição do nosso *corpus* de análise.

### **3.1. A CONSTRUÇÃO DO CORPUS**

Nesta pesquisa, a coleta e a organização das sequências discursivas efetuaram-se através da análise do corpus empírico (totalidade do material coletado) durante o processo eleitoral para prefeito da cidade de Rio Grande/RS, no período de 2008.

Cabe destacar que, na presente pesquisa, trabalhamos com o discurso de duas Frentes que se formaram durante o processo eleitoral de 2008 na cidade de Rio Grande/RS. Estas

Frentes constituem-se de coligações de Partidos que podem ser associados a saberes representativos das formações ideológicas de direita e centro e, de formações ideológicas de centro e esquerda. A Frente representativa dos saberes de direita e centro é a Frente “Rio Grande Unido e Forte” e a Frente representativa dos saberes de centro e esquerda é “Frente Popular”.

Dessa forma, realizou-se, em um primeiro momento, a coleta de todo o material veiculado durante a campanha eleitoral. Após este passo, realizamos a leitura do material empírico e selecionamos as sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo. As sequências discursivas que constituem o nosso *corpus* foram retiradas das seguintes fontes: de dois panfletos (anexos I e II), um referente à coligação “Rio Grande Unido e Forte” e outro referente à coligação “Frente Popular”.

Dessa forma, então, se constitui o corpus da nossa pesquisa. Procuramos selecionar as sequências discursivas de acordo com os objetivos da pesquisa, no intento de demonstrar o funcionamento do discurso político durante um processo eleitoral. E por meio dessa análise buscamos alcançar diferentes interpretações, efeitos de sentido.

## SEGUNDA PARTE

Relações e efeitos de sentido produzidos durante um processo  
eleitoral

## 2.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Este capítulo examinará o funcionamento discursivo das duas principais coligações organizadas durante o pleito eleitoral de 2008 no município de Rio Grande, são elas: a coligação “*Rio Grande Unido e Forte*” e a coligação “*Frente Popular*”.

Para tanto, organizamos nossas reflexões e análises em duas seções, a saber:

Seção 2.2. *SOBRE O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA FRENTE AMPLA DE REFERÊNCIA – “RIO GRANDE UNIDO E FORTE”*;

Seção 2.3. *SOBRE AS RELAÇÕES DE CONFRONTO ENTRE A FRENTE AMPLA DE REFERÊNCIA “RIO GRANDE UNIDO E FORTE” E A FRENTE OPOSITORA “FRENTE POPULAR”*.

A seção 2.3. está subdividida em:

2.3.1. *SOBRE O POLO NAVAL*;

2.3.2. *SOBRE A EDUCAÇÃO*;

2.3.3. *SOBRE AS GARANTIAS*.

A primeira seção analisa as relações e os efeitos de sentidos existentes no interior da Frente Ampla de Referência, assim, tentamos observar os conflitos internos que se estabelecem em virtude da formação de uma Frente Ampla, ou seja, há saberes que são apagados, silenciados, esquecidos em favor de outros. Já a segunda seção trata das relações de confronto entre as duas polarizações organizadas durante o referido pleito. Assim, considerando que o objeto central desta pesquisa é análise do funcionamento do discurso político-partidário produzido durante as eleições municipais de 2008 em Rio Grande/RS, buscamos observar as relações e os efeitos de sentido que se produzem a) no interior da Frente Ampla de Referência; b) entre as duas Frentes organizadas durante o referido pleito.

Cabe destacar que a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” é tomada, neste estudo, como a Frente Ideológica de Referência<sup>27</sup>. Esta escolha deve-se ao fato de a) ser constituída

---

<sup>27</sup> Courtine (2009) em seus estudos de doutoramento desenvolve as noções de *formação discursiva de referência* (fdr) e *seqüência discursiva de referência* (sdr), segundo o autor “escolher uma seqüência discursiva de referência equivale a determinar a pertinência histórica de uma determinada conjuntura, a situar a produção

por uma aliança entre diferentes partidos (num total de 11 instituições partidárias) de orientação conservadora e popular; b) de ser liderada pelo um grupo partidário que vem se perpetuando no poder municipal há mais de uma década.

É preciso ressaltar que a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” é liderada pelo PMDB, partido que vem consolidando-se no poder municipal; ou seja, trata-se de um Partido que representa uma hegemonia, visto que há mais de uma década mantém-se na administração local. Cabe destacar que tal trajetória teve início em 1996, quando o representante do PMDB Wilson Mattos Branco venceu as eleições municipais. Após a sua morte, no final do ano de 2000, ano em que haveria outro pleito, o seu sobrinho, Fábio Branco, assume o poder municipal. Já nas eleições de 2004, é eleito o candidato Janir Branco, filho de Wilson Mattos Branco e primo de Fábio Branco. E, finalmente, chegamos ao pleito de 2008, período em que centramos nossas análises, quando o então ex-prefeito Fábio Branco retorna ao poder. Todos os candidatos, aqui mencionados, são representantes do PMDB. Notamos que temos uma dupla hegemonia: a hegemonia do Partido (PMDB) na Frente Ampla e a hegemonia familiar no partido. É oportuno lembrar que esta hegemonia partidária (PMDB), no período em análise, contou com o apoio das seguintes instituições partidárias: PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC, PHS.

A escolha pela análise do processo eleitoral de 2008 deve-se ao fato de ser o período em que se travou uma acirrada disputa pelo poder municipal e, pela primeira vez, desde o ano de 2000, a Frente opositora designada “Frente Popular” obteve mais de quarenta por cento<sup>28</sup> dos votos válidos. Aqui, também cabe salientar que a Frente opositora contou com o apoio dos seguintes partidos: PCdoB, PTC, PCB.

---

dessa sequência na circulação de formulações trazidas por sequência discursivas que se opõem, se respondem, se citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção.” e o autor acrescenta que “A sequencialização das formulações no intradiscorso da *sdr* realiza-se sob a dependência do processo discursivo da FD que a domina, ou formação discursiva de referência.” (COURTINE, 2009, p108-109). Em nossa pesquisa, temos uma situação peculiar: não estamos trabalhando com o discurso de uma única formação discursiva, tendo em vista que temos como foco de observação o discurso de uma aliança que se constitui por diferentes Partidos que, por sua vez, configuram diferentes formações discursivas. Portanto, o presente estudo ocupa-se em observar o funcionamento discursivo desta „união“ entre diferentes FDs que formam a *Frente Ideológica de Referência*, ou seja, a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*”.

<sup>28</sup> A trajetória dos pleitos revela que no ano de 2000 a coligação “*Rio Grande para Todos*”, organizada pelo PMDB, ficou em 1º lugar com 50,40% dos votos válidos, contra 27,33% da coligação “*Frente Popular*” organizada pelo PT. Nas eleições seguintes, estas polarizações se mantiveram, pois em 2004, o PMDB organizou a coligação “*Avança Rio Grande*” e obteve 75,69% dos votos ficando em 1º lugar e, em segundo lugar, ficou a coligação “*Frente Popular*”, esquematizada pelo PT, com 15,60% dos votos. Já nas eleições de 2008, houve uma mudança neste quadro. Embora a coligação “*Rio Grande Unido e Forte*” tenha obtido 53,56% dos votos, a coligação “*Frente Popular*” obteve 40,99% dos votos válidos, número este que não havia sido alcançado nos pleitos anteriores.

É importante destacar que a Frente Ampla “*Rio Grande Unido e Forte*” comporta em seu interior diferentes formações discursivas (Instituições Partidárias). Podemos então dizer que o acontecimento em análise (pleito eleitoral de 2008) proporciona a formação de uma Frente que „uniformiza“ diferentes saberes, ou seja, a Frente Ampla, organizada durante as eleições municipais de 2008, na cidade de Rio Grande, busca produzir um efeito de homogeneização de saberes, sendo que abriga, em seu interior, diferentes formações discursivas. Entendemos que a “união” destas diferentes FDs provoca a refração de alguns saberes em favor de outros, em função dos interesses imediatos. É este acontecimento e seus efeitos, portanto, que nos propomos a analisar.

## **2.2. SOBRE O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA FRENTE AMPLA DE REFERÊNCIA – “RIO GRANDE UNIDO E FORTE”**

Examinaremos, nesta seção, o funcionamento discursivo da Frente Ampla de Referência “*Rio Grande Unido e Forte*”. Pautaremos nossas análises nas relações e efeitos de sentido manifestados no interior da Frente Ampla. Relações estas que promovem, de forma temporária, silenciamentos e/ou apagamentos de alguns saberes, dadas as circunstâncias das contingências históricas.

Considerando as formulações teóricas de Althusser (2008, p.101-108), entendemos que cada partido político (centro-esquerda, esquerda, centro-direita, direita) constitui uma peça do AIE político, o que nos leva a concluir que todos os partidos políticos encontram-se inseridos no aparelho de Estado. Logo, esta inserção, ou melhor, esta realidade dos partidos políticos (referimo-nos aqui aos partidos populares) pode ocasionar alguns efeitos. Vejamos: é preciso considerar que os partidos populares travam no interior do Aparelho Ideológico de Estado sua luta de classe, mas segundo Althusser “*os grandes perigos que, é claro, ameaçam essa prática delicada da luta de classes no interior dos AIE burgueses por organizações proletárias, podem ser resumidas no perigo de cair na colaboração de classes: o “cretinismo parlamentar para o Partido, o “economicismo” para o sindicato, ou seja, duas formas de reformismo*” (ALTHUSSER, 2008, p.122). Entendemos que a *colaboração de classes* refere-se à prática política que se processa de acordo com as circunstâncias imediatas.

Trazendo esse raciocínio para a presente pesquisa, pensemos no acontecimento em análise – pleito eleitoral de 2008, ocorrido na cidade de Rio Grande/RS – que proporcionou a formação da Frente Ampla (Rio Grande Unido e Forte). Julgamos que seja possível

considerar que a Frente Ampla tomada como referência – coligação “Rio Grande Unido e Forte” – constitui o que Althusser denominou de uma “*colaboração de classes*”. Expliquemos: a Frente “Rio Grande Unido e Forte” uniu pela primeira vez, no município de Rio Grande/RS, um número expressivo de partidos políticos engajados com a eleição de Fábio Branco – candidato da coligação “Rio Grande Unido e Forte”. Assim, compreendemos que no pleito eleitoral em análise, os partidos políticos tidos como representantes da classe operária, que reivindicam sua base socialista, em razão de uma estratégia eleitoreira, deixam-se “digerir” pelos saberes hegemônicos que governam a Frente Ampla de Referência. Dentre estes partidos, podemos citar o PPS (Partido Popular Socialista) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro).

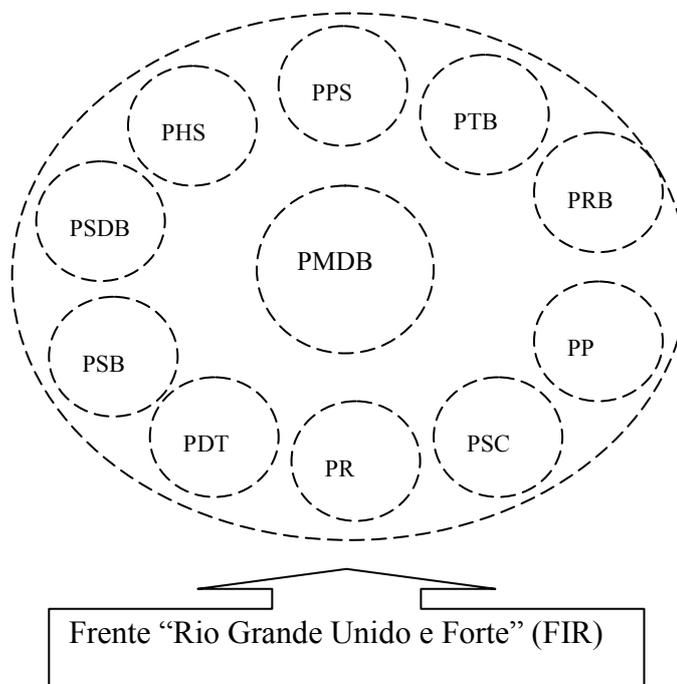
A esse respeito, encontramos em Althusser (*idem*, p.123) a afirmação de que “toda a história da política burguesa repousa sobre uma tática: a divisão das forças operárias, divisão política e sindical. Graças a essa técnica, a burguesia “anula”, de fato, a presença das organizações proletárias em seus AIE.”. Isso leva-nos a pensar que uma das “técnicas” utilizadas pelas forças hegemônicas para refratar o processo de transformação de uma determinada prática política é a própria formação/constituição de coalizões entre diferentes organizações partidárias (populares e conservadoras) durante um processo eleitoral. Sendo que essas organizações partidárias aderem “perfeitamente” a esta “técnica” de “*colaboração de classes*”, renegando sua base histórica em função dos interesses imediatos que as dominam.

Nesse sentido, a verdadeira prática política esvazia-se a partir do momento em que se coaduna com os interesses do Estado. Por isso, segundo Maestri (2008), “os sindicatos renegam as greves. Os partidos populares abandonam as mobilizações, domesticam seus programas, mandam os militantes para casa, até as próximas eleições.”. Tal fato leva-nos a pensar que, durante um pleito eleitoral, *os fins estão acima dos meios*, ou ainda, nas palavras de Maestri (2008), “para ganhar uma eleição, sobretudo sendo a principal, chama-se para a dança o próprio diabo, ainda mais se ele for liberal e um grande empresário.” Na sequência, portanto, propomos a observação, no campo da prática política, dos efeitos desta „dança“ partidária que se desenrola no interior da coalizão “*Rio Grande Unido e Forte*”.

Com base no exposto, entendemos que a formação de uma Aliança para fins eleitorais proporciona a união de múltiplas instituições político-partidárias, que, em decorrência do acontecimento (pleito eleitoral), acabam formando uma única e ampla formação ideológica que, por sua vez, abriga em seu interior diferentes formações discursivas (FDs) com distintos saberes: contraditórios, antagônicos e de alianças. Assim, no pleito em

análise, temos a Frente “Rio Grande Unido e Forte” dirigida pelo PMDB e que contou com o apoio do PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC, PHS.

Para fins de ilustração da formação da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, organizamos o seguinte esquema:



Temos uma „aglomeração“ de saberes oriundos de diferentes formações discursivas (diferentes Instituições Partidárias). A esse respeito, gostaríamos de retomar as palavras de Courtine (2009), quando o autor afirma que *“cada formação ideológica constitui um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.”* (COURTINE, 2009, p.71-72), sendo que as formações ideológicas abarcam em seu interior diferentes formações discursivas. A questão colocada é: o que acontece quando essas *posições de classes em conflito* unem-se, formando uma aliança eleitoral? Certamente, alguns desses conjuntos *de atitudes e representações* referentes a cada formação discursiva (Instituições Partidárias) passam a ser silenciados/apagados em favorecimento de outros saberes, tendo em vista os interesses imediatos que dominam a Frente Ampla, neste caso, a Frente “Rio Grande Unido e Forte”.

Pensado na forma como essas relações inscrevem-se no plano discursivo, gostaríamos de trazer para a análise dois recortes extraídos dos Estatutos do PSB (Partido Socialista Brasileiro), antiga Esquerda-Democrática, e do PPS (Partido Popular Socialista),

sucessor do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que compõem a Frente “Rio Grande Unido e Forte”.

Cabe salientar que não temos como propósito refletir sobre a trajetória histórica de formação dos Partidos, mas decidimos utilizar alguns recortes do Estatuto da Instituição Partidária (PSB e PPS), porque entendemos que o Estatuto, de uma forma geral, tem como função “guiar”, ou melhor, conduzir as ações e as práticas de um determinado Partido.

Nesse sentido, vamos aos recortes:

O PSB (Partido Socialista Brasileiro), em seu Estatuto capítulo I, Art. 1º, §2º, declara:

*“O PSB, historicamente, é produto e continuidade das experiências e lutas sociais, políticas, econômicas e culturais do povo brasileiro e dos trabalhadores em particular, da aplicação de suas sistematizações teóricas e das formulações criadoras de personalidades nacionais e internacionais, que contribuem para a construção da democracia e do socialismo.”*

Já o PPS (Partido Popular Socialista), no capítulo I, Art.2º de seu Estatuto, alega que:

*“O Partido se declara humanista e socialista, conceitos enriquecidos com a experiência dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista e do humanismo libertário (...).”*

Podemos observar que ambos partidos (PSB e PPS), embora representem Formações Discursivas distintas, colocam-se como representantes do povo, da classe operária, e enfatizam sua base socialista.

Podemos perguntar, então, como se dá o funcionamento desses saberes no interior de uma Frente Ampla, ou melhor, no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte” (FIR) que se constitui por diferentes instituições partidárias, as quais, em maioria, se identificam com os interesses empresariais capitalistas. Pensando nessas relações, trazemos a primeira sequência discursiva de referência<sup>29</sup> (oriunda do discurso da Frente “Rio Grande Unido e Forte”),

<sup>29</sup> As sequências discursivas de referência (SDRs) representam as análises tomadas da Frente Ideológica de Referência - que é a coligação “Rio Grande Unido e Forte” -, ao passo que as demais sequências discursivas

recortada do principal panfleto (anexo I) distribuído pela referida Frente. O panfleto em análise teve grande circulação no período da campanha eleitoral de 2008 na cidade de Rio Grande/RS

Vamos à SDR1:

SDR<sub>1</sub>: *“Fábio Branco e Adinelson Troca procuraram agregar e articular forças políticas compromissadas com o desafio de crescer com sustentabilidade, promovendo a harmonia entre Governo, empreendedores e trabalhadores.”*

Com base nesta sequência discursiva, podemos dizer que a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” apaga, ou melhor, „esconde“ as relações de conflito existentes em seu interior, pois os saberes que constituem os domínios das forças populares, as quais correspondem aos grupos que se dizem representantes da massa, do povo, como, por exemplo, o PPS e o PSB, ficam silenciados em função de um acordo estratégico que tem como objetivo último tomar o poder municipal e dar continuidade a reprodução de uma política conservadora.

Esse silenciamento/apagamento é ratificado na passagem em que a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” afirma que procurou “*...agregar e articular forças políticas compromissadas com o desafio de crescer com sustentabilidade, promovendo a harmonia entre Governo, empreendedores e trabalhadores.*”. Esta passagem marca substancialmente a posição assumida pela Frente Ideológica de Referência. Referimo-nos ao fragmento que conclui que o conjunto de propostas defendidas pela Frente Ampla visa a promover “a harmonia entre Governo, empreendedores e trabalhadores.” Observamos que, nesta passagem, ocorre um efeito de naturalização, ou seja, neste discurso, ocorre um processo que refrata as relações contraditórias existentes entre trabalho x capital, entre os interesses do povo e do governo.

Devemos considerar que, numa ordem capitalista, não há “*harmonia entre governo, empreendedores e trabalhadores*”. Há exploração da mão-de-obra em favor da acumulação de capital. Nesse sentido, o discurso em análise trabalha com um falso imaginário que, por sua vez, produz um efeito que opacifica as relações contraditórias, ou melhor, mascara-se as

---

foram produzidas pela outra Frente – a coligação “Frente Popular”. É importante destacar que todas as sequências apresentadas nesta seção foram retiradas de dois principais panfletos (ANEXO: MATERIAIS DE ANÁLISE) distribuídos durante o processo eleitoral em análise.

contradições existentes entre as classes e constrói-se um imaginário que proporciona ao discurso da Frente Ampla um efeito de naturalização dos sentidos

Tendo em vista que a aliança eleitoral é conduzida por um grupo hegemônico que atende aos interesses das classes capitalistas burguesas, obviamente, os saberes que tendem a ser apagados, nesta conjuntura histórica (eleições municipais de 2008), são os saberes que constituem os grupos representantes da classe operária, que, em função de interesses imediatos, se encontram inseridos no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”.

Observamos que estes efeitos de apagamentos e silenciamentos entre domínios antagônicos revelam o ponto máximo da hibridez de uma formação discursiva, a qual, em função de interesses pontuais, se inscreve em outros domínios de saberes que, até então, *não podiam e não deviam* habitar em seu interior. Assim, entendemos que a formação de uma Frente Ampla configura o rompimento com aquilo que é considerado regular (saberes que dominam uma determinada FD). Tal fato possibilita-nos observar as condições de permeabilidade da FD, ou seja, o acontecimento em análise, que permite a formação de uma Frente Ampla, proporciona o apagamento de alguns domínios de saberes como, por exemplo, os saberes que constituem os partidos populares.

Dessa maneira, reportamo-nos às reflexões de Maestri (2008, p.07), ao observar que “a luta social e a acumulação de força do mundo do trabalho tornaram-se apenas uma espécie de curinga na manga, um incenso precioso a ser queimado no altar do parlamento da classe dominante.”. Para garantir um “lugar” na administração do Estado burguês, os partidos populares, em época de eleições, enaltecem e reivindicam de suas bases socialistas.

Com base nesses apontamentos, para fins de ilustração e aprofundamento das análises, optamos por recortar outra sequência discursiva de referência retirada, também, do principal panfleto distribuído pela Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” durante o processo eleitoral em análise. A SDR<sub>2</sub> contempla o discurso do PSB (Partido Socialista Brasileiro) que compõe a Frente “Rio Grande Unido e Forte”. Vamos, então, à SDR<sub>2</sub>:

SDR<sub>2</sub>: “*O Partido Socialista Brasileiro está no governo Janir Branco, que tem demonstrado seriedade e competência para administrar Rio Grande. É por isso que o PSB quer a continuidade deste projeto e apóia, nesta eleição, Fábio Branco para prefeito. Meu mandato, em sintonia com os companheiros do partido, tem ajudado Rio Grande a se desenvolver.*”

*Apenas nos últimos quatro anos, destinei mais de R\$ 800 mil, através de emendas de minha autoria ao orçamento do governo federal, para importantes projetos da administração, como a reforma e construção de vagonetas na ponta dos molhes, projetos de saneamento e anel viário, apoio a realização da Festa do Mar, implantação de centros de inclusão digital, entre outros. No Congresso, também trabalhamos para viabilizar o pólo*

*naval e empreendemos intensas e permanentes lutas para o começo da duplicação da BR/392. Queremos continuar trabalhando em prol do município. Rio Grande é uma cidade que guardo no coração. Desde que estive à frente da Secretaria Estadual dos Transportes, aprendi a admirá-la! É por tudo isso que estamos junto com Fábio Branco nesta eleição!”* (Beto Albuquerque, Deputado Federal do PSB)

Podemos observar que, nesta SDR<sub>2</sub>, o PSB produz um discurso alinhado com os saberes que dominam o grupo hegemônico e salienta o seu apoio ao projeto político que vem sendo desenvolvido na cidade de Rio Grande, ou melhor, apoia a *continuidade* da reprodução de uma política conservadora que atende aos interesses de uma minoria, como podemos observar na passagem “...o PSB quer a continuidade deste projeto e apoia, nesta eleição, Fábio Branco para prefeito.”.

É importante salientar que a Frente Ideológica de Referência, como vimos nas análises, necessita, acima de tudo, refratar os saberes antagônicos que convivem através da “unificação” de diferentes FDs. Assim, podemos pensar que a Frente “Rio Grande Unido e Forte” formada nessa conjuntura histórica, neste caso, nas eleições municipais de 2008, produz um efeito/ilusão de que se trata de uma única formação ideológica, em que os diferentes saberes (formações discursivas) encontram-se em „perfeita harmonia“, ou seja, a Frente Ampla busca produzir um efeito de homogeneização desses saberes.

Nesse sentido, entendemos que uma aliança eleitoral funciona como uma “cápsula” com a função principal de apagar/refratar, de forma temporária, alguns saberes em função de uma estratégia eleitoral.

Considerando que, nesta seção, nos propomos a analisar as relações e os efeitos de sentido produzidos no interior da Frente Ideológica de Referência, ou seja, da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, passamos das discussões de confronto internos para as reflexões e análises dos conflitos externos, ou seja, das relações de confronto entre a Frente Ideológica de Referência e a Frente opositora, designada “Frente Popular”.

### **2.3 RELAÇÕES DE CONFRONTO ENTRE A FRENTE AMPLA DE REFERÊNCIA “RIO GRANDE UNIDO E FORTE” E A FRENTE Opositora “FRENTE POPULAR”**

Examinaremos, nesta seção, o confronto entre os saberes das duas polarizações formadas durante o pleito, já mencionado. Para isso, gostaríamos de apontar, inicialmente, o tema de campanha de ambas as polarizações. Assim, temos:

COLIGAÇÃO	
<i>Rio Grande Unido e Forte</i> (PMDB, PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC, PHS)	<i>Frente Popular</i> (PT, PCdoB, PTC, PCB)
TEMA 1 <b>O progresso continua</b>	TEMA 2 <b>Rio Grande merece MAIS</b>

Nosso intuito, nesta análise, é observar os efeitos de sentido que se (re)produzem a partir do tema de campanha adotado pela Frente Ideológica de Referência. Considerando que o termo “progresso” está explícito no tema da campanha da Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” e aparece de forma implícita no tema da “*Frente Popular*”, faz-se necessário tecer algumas considerações em relação à filiação ideológica da palavra “progresso”.

O termo “progresso” está associado à corrente positivista instaurada por Auguste Comte na França no século XIX. Segundo Comte<sup>30</sup> (p.59), “A ordem constitui sempre a condição fundamental do progresso; e, reciprocamente, o progresso se torna o objetivo necessário da ordem”. Para o autor, os conceitos de “Ordem e Progresso” são imprescindíveis para a reorganização da sociedade. É importante destacar que esta corrente filosófica, instaurada por Auguste Comte, exerceu, ou melhor, ainda exerce, grande influência no Brasil. A esse respeito, Sêga (2004) afirma que “O positivismo tornou-se uma filosofia fundamental no debate político no Brasil no século XIX, uma vez que o regime republicano foi instalado sob sua égide teórica”, e, na sequência, o autor acrescenta que “O 15 de novembro pode ser considerado o ápice do positivismo no Brasil, em razão da grande quantidade de adeptos de Auguste Comte que assumiram cargos de relevo no novo regime”. Esse ápice pode ser observado, por exemplo, no lema que passou a figurar como dístico da bandeira brasileira: *Ordem e Progresso*. Nesse sentido, é possível observar a força que o pensamento comteano exerceu no cenário brasileiro.

Gostaríamos de assinalar que o positivismo não compartilha os princípios da representação eleitoral. A título de ilustração, vamos inserir referências de Sêga (2004). Pensemos no contexto do Estado Novo (1937-1945) em que Getúlio Vargas, influenciado

<sup>30</sup> Essa passagem foi extraída do texto “Discurso sobre o Espírito Positivo”, de autoria de Auguste Comte, 1848. A obra por nós consultada faz parte da Coleção Grandes Obras do Pensamento – nº30 – da Editora Escala. Tradução: Antonio Geraldo da Silva. Não consta ano de publicação da referida tradução.

pelas ideias do positivismo, procurou em seus mandatos “*substituir a noção de representação eleitoral pela da hegemonia científica, na qual a ordem e o fortalecimento de um dirigente moralmente responsável concebe um regime promotor do bem-estar social rumo ao progresso*”<sup>31</sup> (SÊGA, 2004, p.4).

Apesar de o pensamento positivista ter tido seu apogeu no período da instauração da I República, podemos afirmar que ainda se mantém presente em várias esferas ideológicas, produzindo seus efeitos, deixando suas marcas e vestígios ao longo da história. Dessa forma, tentaremos analisar, no campo do discurso político-partidário, o funcionamento e os efeitos destes resquícios (saberes) de orientação positivistas.

Feito esses apontamentos, retomamos o tema de campanha produzido pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”. Vamos a ele:

a) TEMA 1 (FIR) – “**O progresso continua**” [coligação Rio Grande Unido e Forte]

Considerando o tema 1 “*O progresso continua*”, podemos pensar nos efeitos que este slogan produz durante a campanha eleitoral. Por meio das análises, será possível observamos que o tema “*O progresso continua*” produz uma aproximação com os saberes provenientes de um modelo de desenvolvimento econômico que se encontra calcado na doutrina positivista.

Com o intento de mostrar este funcionamento, apresentamos a terceira sequência discursiva de referência (oriunda do discurso da Frente Rio Grande Unido e Forte), recortada do principal panfleto (anexo I) distribuído pela Frente Ampla. Vamos à SDR<sub>3</sub>:

### COMPROMISSO COM O PROGRESSO

SDR<sub>3</sub>: “*Para que o progresso continue é meu compromisso criar soluções sustentáveis e inovadoras, atraindo novas empresas e consolidando as que aqui já se estabeleceram. Também assumo a responsabilidade de investir na qualificação da mão-de-*

---

<sup>31</sup> Sêga (2004) ressalta que a doutrina positivista esteve presente no cenário político do Rio Grande do Sul quando em 1891, eleito presidente do Estado pela Assembléia Legislativa, Júlio de Castilhos redigiu a nova Constituição estadual. Tratava-se de uma carta extremamente autoritária, atribuindo ao presidente do Estado poderes extraordinários. Nesse sentido, é que afirmamos que a doutrina positivista não compartilha com os princípios de representação eleitoral, pois para os positivistas, segundo Sêga, o direito ao voto é um dogma metafísico e, dessa forma, Júlio de Castilhos acreditava na legitimidade do regime republicano. Com base nesse princípio, os castilhistas ficaram no poder no Rio Grande do Sul por quase 40 anos, primeiro com Castilhos, depois com Antônio Borges de Medeiros, que se elegeu sucessivamente quatro vezes, e, finalmente, em 1928 com Getúlio Vargas. No plano Nacional, Vargas procurou implantar o positivismo castilhista e deu sequência ao seu projeto de desenvolvimento nacionalista burguês.

*obra da nossa gente, para, assim, alcançarmos um desenvolvimento sustentável, uma sociedade com trabalho, renda, justiça social e respeito ao meio ambiente.”.*

*FÁBIO BRANCO, FUTURO PREFEITO DA CIDADE DO RIO GRANDE.*

A partir da SDR<sub>3</sub>, podemos observar que a Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” revela na materialidade discursiva os saberes que *devem* e *podem* prevalecer em função da aliança eleitoral. Tal funcionamento pode ser observado no momento em que a Frente Ampla produz um discurso de “*compromisso com o progresso*”. Um *progresso* que se relaciona com:

a) atração de novas empresas e manutenção das empresas já consolidadas no município de Rio Grande;

b) preparação de mão-de-obra, ou seja, de forças produtivas com o fim de efetuar a exploração da mais-valia que promove o enriquecimento dos donos dos meios de produção.

Observa-se que, no discurso da Frente Ampla, há um efeito de consonância com os interesses de ordem capitalista/liberal, pois o *progresso* defendido pela Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” está direcionado às exigências de um determinado segmento da sociedade (interesses empresariais capitalistas) que visa o fortalecimento dos donos dos meios de produção, gerando cada vez mais lucros, e, que obviamente, não se relacionam com os anseios da maioria. A maioria, as massas, o povo, no discurso da Frente Ampla, fica submissa aos interesses do capital.

Refletindo ainda sobre os efeitos produzidos no discurso da Frente “*Rio Grande Unido e Forte*”, trazemos a quarta sequência discursiva de referência que, assim como a SDR<sub>3</sub>, também contempla o tema “*O progresso continua*”. Vamos à SDR<sub>4</sub>:

SDR<sub>4</sub>: “*O PROGRESSO CONTINUA tem sido a marca dos governos do Município. Com Fábio Branco e Adinelson Troca esta característica permanece e será ampliada. Agora, as ações de Governo voltam-se fortemente às obras, à atração de investimentos, à capacitação de mão-de-obra, à geração de emprego e renda, atingindo, assim, o desenvolvimento social.*”

Na SDR<sub>4</sub>, o tema “*O progresso continua*” aparece em destaque e seguido do fragmento “*...tem sido a marca dos governos do Município...*”. Nessa passagem, ocorre um acionamento da memória que nos remete à dupla hegemonia, mencionada anteriormente, ou seja, a hegemonia familiar e partidária instaurada no poder municipal de Rio Grande. Essa hegemonia garante a reprodução de uma política positivista, em que o desenvolvimento “social” resume-se no fortalecimento da dominação das classes hegemônicas sobre as classes

subalternas. O *progresso* defendido pela Frente Ampla resume-se “às obras, à atração de investimentos, à capacitação de mão-de-obra”.

Para fins de aprofundamento das análises e com o objetivo de observamos o confronto estabelecido entre as duas polarizações – “Rio Grande Unido e Forte” e “Frente Popular” - , durante o referido pleito, gostaríamos de trazer o tema de campanha da Frente opositora, designada “Frente Popular”. Vejamos:

## TEMA 2 – “Rio Grande merece MAIS” [aliança “Frente Popular”]

No tema “Rio Grande merece MAIS”, o termo “mais” aparece em destaque e também produz, embora de forma implícita, um efeito de sentido relacionado à ideia de progresso, contudo é importante ressaltar que, por meio das análises, será possível verificar que a relação política estabelecida com o princípio de *progresso* não se dá de forma antagônica no discurso da “Frente Popular”, mas de forma contraditória. Essa relação contraditória é tida a partir do momento em que a “Frente Popular”, com o tema “Rio Grande merece MAIS”, não questiona os princípios de progresso.

Pensando nessas questões, formulamos as seguintes indagações:

- a) O que seria esse “MAIS” produzido no tema “Rio Grande merece MAIS”?
- b) O termo “MAIS” seria uma continuação da prática política da Frente “Rio Grande Unido e Forte”?
- c) Que efeitos de sentido surgem dessa relação entre “*Rio Grande merece MAIS*” e “*O progresso continua*”?

Com o objetivo de observamos estas relações que se estabelecem entre as duas polarizações, gostaríamos de trazer a primeira sequência discursiva referente ao discurso da Frente opositora “Frente Popular”. A SD<sub>1</sub> foi extraída do principal panfleto (Anexo II) distribuído pela “Frente Popular”, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio do PCdoB, PTC, PCB. Cabe lembrar que a “Frente popular” refere-se ao tema 2 “*Rio grande merece MAIS*”. Vejamos à SD<sub>1</sub>:

SD<sub>1</sub>: “*Frente a uma realidade que separa o crescimento econômico do desenvolvimento social, nosso Governo aponta novos e positivos caminhos (...) As mudanças se farão com o fortalecimento da democracia, renovação da nossa cultura política e administrativa, responsabilidade ambiental e a inclusão de milhares de cidadãos rio-grandinos que ainda vivem em situação aflitiva. O crescimento econômico vai ser transformado em Desenvolvimento Econômico casado com Desenvolvimento Social, onde a*

*riqueza produzida seja distribuída direta e indiretamente entre todos os rio-grandinos e rio-grandinas. RIO GRANDE MERECE MAIS.”*

Na sequência, observamos que, embora a Frente opositora – “Frente Popular” – traga o discurso-outro (saberes produzidos no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”) com o objetivo de refutá-los, como podemos observar no fragmento “...*Frente a uma realidade que separa o crescimento econômico do desenvolvimento social...*”, acaba não questionando os saberes que constituem a Frente Ampla “Rio Grande Unido e Forte”. Vejamos:

O tema “Rio Grande merece MAIS” produzido no interior da “Frente Popular” estabelece uma relação de contradição com o tema “O progresso continua” discursivizado pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”. A “Frente Popular” propõe-se a fazer uma nova política, como atesta o fragmento “*Nosso Governo aponta novos e positivos caminhos*”, mas não questiona o tipo de prática política desenvolvida e defendida pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”, ou melhor, não questiona os saberes que sustentam essas práticas e que consequentemente provocam a *separação entre crescimento econômico e desenvolvimento social*.

Lembramos que, na perspectiva da esquerda, promover essa separação entre *desenvolvimento econômico e desenvolvimento social* é promover desigualdades sociais, corroborar com a estratificação social, pois quando o crescimento econômico ocorre de forma independente, autônoma, desenvolve-se um processo de centralização de capital e renda, o que por consequência promove e aprofunda as diferenças sociais. Mas, a partir do momento em que a “Frente Popular” não assume uma posição de ruptura com os saberes que sustentam as práticas da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, passa a produzir relações contraditórias, as quais se dão sob diferentes formas. Analisemos:

A “Frente Popular” alega que “*as mudanças se farão com o fortalecimento da democracia, renovação da nossa cultura política e administrativa.*”. Nessa passagem, percebe-se um pressuposto de que a prática política exercida e defendida pela Frente “*Rio Grande Unido e Forte*” contempla um processo democrático, ou seja, trata-se de uma prática política democrática e, nesse sentido, só precisa ser *fortalecida*. A mesma relação contraditória pode ser observada no fragmento “*renovação da nossa cultura política e administrativa*”. Percebe-se que, neste discurso da “Frente Popular”, há um entendimento de que já há cultura política e administrativa e que a mesma será somente *renovada*. Dessa forma, a partir do momento em que a “Frente Popular” realiza uma retomada de saberes e

produz um discurso em que afirma que, com sua vitória, a população riograndina terá uma administração nova e positiva, produz um efeito contraditório no momento em que não questiona alguns dos saberes que sustentam o discurso da Frente “*Rio Grande Unido e Forte*”.

Portanto, durante a campanha eleitoral, o tema “Rio Grande merece MAIS” não recusa o “progresso” contido no tema “O progresso continua”. O “MAIS” produz em efeito de continuidade da prática política exercida pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”.

### 2.3.1 SOBRE O POLO NAVAL

O debate acerca do Polo Naval se fez presente no discurso de ambas polarizações durante o processo eleitoral em análise. Cabe registrar que a conjuntura econômica do município de Rio Grande/RS no ano de 2008 foi marcada por grandes transformações. A cidade recebeu a construção da Plataforma Oceânica P-53, entre outros investimentos implantados no Porto. Rio Grande tornou-se o palco para a construção de plataformas de petróleo elaboradas pela Petrobrás.

Criou-se, assim, um sentimento de prosperidade, de oportunidades, de melhorias no município. E, obviamente, este sentimento foi explorado no discurso de ambas as coligações. Assim, na campanha em análise, o Porto de Rio Grande constituiu o cenário dos debates entre a Frente “Rio Grande Unido e Forte” e a “Frente Popular”. Como os investimentos no Porto de Rio Grande representavam e representam um desenvolvimento de caráter grandioso, explorar este acontecimento durante uma campanha eleitoral, obviamente, proporciona ao discurso da Frente, também um efeito de grandiosidade.

Pensando nessas questões, apresentamos as próximas sequências discursivas que abordam esse aspecto, também extraídas dos principais panfletos (anexo I e II) distribuídos durante o pleito eleitoral de 2008. Vejamos:

Frente “ <i>Rio Grande Unido e Forte</i> ”	“ <i>Frente Popular</i> ”
SDR <sub>5</sub> “ <u><i>Início do pólo naval teve participação decisiva de Fábio Branco. (...) Ainda como prefeito, Fábio Branco assinou, em 2002, com o</i></u> ”	SD <sub>2</sub> “ <u><i>Apesar dos grandes avanços no Município implementados pelo Governo LULA, há um longo caminho a percorrer para coroar de êxito o processo em curso.</i></u> ”

<p><i>Governo do Estado, o protocolo de intenções que deu início à consolidação do pólo de construção naval no município, contando com a parceria do Governo Federal. Hoje temos a construção da plataforma oceânica P-53, o dique seco e a previsão de novos empreendimentos nesta área.</i></p>	
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Podemos observar que em relação ao tema do desenvolvimento econômico, mais especificamente sobre a instauração da Plataforma P-53, a Frente “Rio Grande Unido e Forte”, formada em sua maioria por partidos identificados com os saberes capitalistas, que na época encontrava-se conectada ideologicamente com o Governo Estadual, apresenta o acontecimento (implantação da P-53) da seguinte forma SDR<sub>5</sub> “...*Ainda como prefeito, Fábio Branco assinou, em 2002, com o Governo do Estado, o protocolo de intenções que deu início à consolidação do pólo de construção naval do município, contando com a parceria do Governo Federal...*” Nesse discurso, a atuação do Governo Federal assume um papel secundário diante do desenvolvimento econômico produzido no município de Rio Grande. Já no discurso da “*Frente Popular*”, embora não haja referência explícita ao Porto de Rio Grande, não há como não considerar que “...*os avanços no Município implementados pelo Governo LULA...*” refiram-se ao desenvolvimento do Porto de Rio Grande/RS. Nesse sentido, entendemos que a “*Frente Popular*” não rejeita o avanço proporcionado no município de Rio Grande pela P-53, mas destaca que este acontecimento (P-53) está relacionado às ações políticas do Governo Federal e não ao Estadual ou Municipal.

Confirma-se também, a partir da SD<sub>2</sub>, um efeito contraditório no discurso da “*Frente Popular*”. Observemos o seguinte fragmento: “...há um longo caminho a percorrer para coroar de êxito o processo em curso...”. Nessa passagem vimos, mais uma vez, um posicionamento de continuidade e não de rupturas em relação à política exercida na cidade de Rio Grande/RS. Este movimento, como já evidenciamos, fica aquém de uma política popular, democrática e social. Mais uma vez, lembramos de Maestri (2010), quando o autor atesta que “com a crescente fragilidade do programa dos trabalhadores, fortaleceram-se a influência das propostas ideológicas e conservadoras do capital, também entre a própria esquerda.”. São, portanto, os efeitos desta fragilidade que tentamos evidenciar no discurso da “*Frente*

Popular”. Com o objetivo de aprofundamento das análises, passemos a subseção 2.3.2. “Sobre a Educação”.

### 2.3.2 SOBRE A EDUCAÇÃO

Nesta subseção, destacamos duas sequências discursivas, oriundas dos principais panfletos distribuídos durante a campanha eleitoral e já mencionados anteriormente. Estas sequências abordam o tema da educação e como esta é produzida no discurso de ambas as Frentes. Vamos às SDs:

Frente “Rio Grande Unido e Forte”	“Frente Popular”
SD <sub>7</sub> <i>“Com o objetivo de manter e melhorar o reconhecido nível da educação em nosso município, FÁBIO BRANCO tem como meta a preparação do jovem para o mercado de trabalho e atenção especial a primeira infância”.</i>	SD <sub>4</sub> <i>“Estamos muito mal-posicionados no ranking da Educação no RS (143º). Uma cidade rica não pode continuar com uma educação pobre. Propomos: Todas as crianças na escola; creches nos bairros; combate à evasão e repetência escolar; valorização dos educadores; formação continuada para trabalhadores em educação; alfabetização e educação de Jovens e adultos; projetos de esporte, cultura e lazer em turno inverso; transporte escolar; prevenção e combate ao tráfico de drogas nas escolas”.</i>

Observamos nas duas sequências discursivas uma intensa relação de confronto de saberes. Na SD<sub>7</sub>, temos um discurso proveniente, em grande parte, de um conjunto de saberes conservadores. A Frente Ideológica de Referência, ao abordar o tema da educação durante o processo eleitoral em análise, movimenta alguns sentidos que se encontram em consonância com saberes capitalistas, pois na passagem *“Com o objetivo de manter e melhorar o reconhecido nível da educação em nosso município, FÁBIO BRANCO tem como meta a preparação do jovem para o mercado de trabalho”* é possível observar claramente a relação estabelecida entre Escola x Força de Trabalho.

Observamos, ainda, que a presente relação entre Escola e Força de Trabalho, produzida no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, ratifica a dinâmica de uma

política exploratória que tem como princípio único garantir a reprodução das relações de exploração capitalistas.

Vejamos o que nos diz Althusser (2008) sobre este assunto:

“Ora, é pela aprendizagem do que se reduz, no final das contas, a alguns “savoir-faire” definidos, revestidos pela inculcação maciça da ideologia da classe dominante que são, por excelência, reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados.” (ALTHUSSER, 2008:169)

Nesse ponto, não podemos deixar de lembrar as palavras de Emir Sader produzidas no Prefácio do livro *“A educação para além do Capital”* de István Mészáros. O autor afirma que *“A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista...”* (2008, p.15).

Vale ainda lembrar que, na perspectiva da esquerda, a educação está relacionada à tomada de consciência, à libertação, à não-alienação, sendo assim a educação *não pode e não deve* ficar restrita aos interesses do capital.

Logo, se considerarmos a SD<sub>4</sub>, que contempla o discurso da “Frente Popular”, veremos um posicionamento contraditório em relação ao tema da Educação. Para fins de ilustração e análise, vejamos o fragmento extraído da SD<sub>4</sub>: *“... Estamos muito mal posicionados no ranking da Educação no RS (143º)...”*. Notamos que, no discurso da “Frente Popular”, a Educação fica restrita ao “ranking”, a dados estatísticos, ou seja, não há uma proposta crítica. O discurso da “Frente Popular” sobre a Educação resume-se a um clichê que associa a qualidade da Educação ao Ranking! Assim, reforça o desenvolvimento de uma educação dominante que, obviamente, se opõe aos interesses do povo.

Por isso, afirmamos que nenhuma e nem outra das Frentes em análise apresentam propostas, realmente, compromissadas com a Educação, com a qualidade do Ensino, com a emancipação intelectual da classe operária.

Zandwais (2007:260), ao refletir sobre essas questões no âmbito de políticas populistas, observa que *“...o compromisso do Estado com a classe proletária não consiste em criar condições para emancipá-la intelectualmente, mas, ao contrário, consiste em discipliná-la para conter a sua ação, e, deste modo, impedir que os desacordos entre*

*proletariado e governantes venham a se constituir em ameaças à soberania nacional.*” Cabe também destacar que, quando a educação fica restrita atender as demandas do capital, exclui-se a possibilidade de formar sujeitos críticos, aptos a pensarem, a intervirem nos rumos que a sociedade pode vir a tomar.

### 2.3.3. SOBRE AS GARANTIAS

Podemos dizer que devido às relações de confronto de saberes existentes entre ambas as polarizações, a elevação de uma ou outra Frente ao poder municipal está baseada em garantias que são oferecidas aos eleitores. Nas subseções anteriores, discutimos os efeitos e o funcionamento de algumas dessas propostas. Então, vejamos as SDR<sub>6</sub> e SD<sub>3</sub>:

Frente “Rio Grande Unido e Forte”	“Frente Popular”
SDR <sub>6</sub> <i>“Fábio Branco é a garantia da continuidade do desenvolvimento e preparação da mão-de-obra local para atuar no pólo naval.”</i>	SD <sub>3</sub> <i>“A eleição da Frente popular é a garantia de que não haverá retrocesso e de que a transição para uma nova concepção coletiva de cidade está assegurada.”</i>

Observamos que, na SDR<sub>6</sub>, em que temos a seguinte afirmação *“Fábio Branco é a garantia da continuidade do desenvolvimento e preparação da mão-de-obra local para atuar no pólo naval.”*, há um efeito de continuidade, de reprodução de uma política conservadora, ou seja, de uma política que entra em consonância com as aspirações do capital. Isso acontece no momento em que as garantias oferecidas aos eleitores recaem, exclusivamente, sobre “o desenvolvimento econômico” e a “preparação de mão-de-obra”.

Salientamos que, numa campanha eleitoral, os eleitores têm a possibilidade de renovar, de mudar, e certamente a Frente “Rio Grande Unido e Forte” também trabalha com essa possibilidade, no entanto podemos perceber que os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da Frente “Rio Grande Unido e Forte” apontam para a possibilidade de uma mudança contínua, de fortalecimento das ações já iniciadas, etc.

Desse modo, afirmamos que o discurso da Frente “Rio Grande Unido e Forte” trabalha com a ideia de mudanças, mas desde que esta “mudança” não rompa com a

reprodução de uma política conservadora, centrada no capital, compromissada com a *continuidade do progresso*.

Já, na SD<sub>3</sub>, referente ao discurso da “Frente Popular”, há um efeito produzido para o eleitor de que a reeleição da administração hegemônica exercida no município de Rio Grande/RS representa um *retrocesso*. Assim sendo, a “Frente Popular” oferece aos eleitores riograndinos uma “nova” concepção de política, como podemos observar na SD3: “*A eleição da Frente popular é a garantia de que não haverá retrocesso e de que a transição para uma nova concepção coletiva de cidade está assegurada.*”. Mas a questão que se coloca é: como garantir uma nova concepção coletiva de cidade, a partir do momento em que a “Frente Popular” não rompe com uma visão positivista, ou seja, não rompe com as propostas ideológicas e conservadoras de uma política burguesa?

Vimos que as garantias oferecidas aos eleitores riograndinos, no discurso da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, produzem um efeito de continuidade de uma política conservadora. Por outro lado, no discurso da “Frente Popular”, em que temos, em maioria, uma aliança entre diferentes forças da esquerda, ao invés de haver um efeito de rompimento, de transformação, há um efeito de inter-relação com os domínios que compõem a Frente “Rio Grande Unido e Forte”.

Percebemos, por meio das análises, que ambas as Frentes não apresentam projetos antagônicos, pois há uma inter-relação entre os dois domínios. De um lado, temos um projeto que visa a atender aos interesses do capital. Por outro lado, um projeto que não conduz a uma ruptura real com o regime capitalista e, por isso, acaba produzindo um discurso que entra em consonância com os saberes da Frente “Rio Grande Unido e Forte”. Este funcionamento ocorre a partir do momento em que a “Frente Popular” não vislumbra uma ruptura com a política corrente no município de Rio Grande/RS.

Portanto, pelas análises desenvolvidas, podemos dizer que ambas as polarizações, organizadas durante o processo eleitoral de 2008 na cidade de Rio Grande/RS, seguem a lógica da política do pragmatismo, em que o objetivo último recai, exclusivamente, em tomar o poder de Estado com o intento de lograrem vantagens pontuais. Parece-nos possível dizer que tanto a Frente “Rio Grande Unido e Forte” quanto a “Frente Popular” colocam-se ao lado dos interesses burgueses, embora em época de eleições busquem produzir um efeito de que defendem com veemência os interesses da classe trabalhadora, do povo, dos excluídos, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como centro de interesse o estudo do discurso de alianças que se organizam durante processos eleitorais. Desenvolvemos nossas reflexões e análises na perspectiva de uma leitura materialista que caracteriza a Análise do Discurso de linha francesa.

Nesse sentido, a execução deste trabalho pautou-se no exame do funcionamento do discurso político-partidário produzido durante as eleições municipais de 2008 na cidade de Rio Grande/RS. Centramos nossas reflexões sob o discurso das duas principais polarizações organizadas durante o referido pleito: a coligação denominada “Rio Grande Unido e Forte” e a coligação “Frente Popular”. Na tentativa de apresentar uma síntese do estudo realizado, gostaríamos de retomar as questões norteadoras, reiterando que os objetivos principais consistiam em observar:

- Sob que condições institui-se uma Frente Ampla?
- Como o discurso político-partidário atinge seus objetivos por meio de uma Frente Ampla?
- Como emergem as relações contraditórias e, até mesmo, antagônicas no interior de uma Frente Ampla?
- Que saberes encontram-se confrontados nas formulações de ambas as Frentes – “Rio Grande Unido e Forte” e “Frente Popular”?

Com base nessas questões, buscamos observar as relações e os efeitos de sentido produzidos durante esse processo eleitoral.

Procuramos, então, num primeiro momento, refletir sobre algumas concepções teóricas do quadro da Análise do Discurso, dando ênfase às noções de formação ideológica e formação discursiva. Essas noções serviram como âncoras para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois este trajeto teórico permitiu-nos refletir e analisar sobre as relações que se estabelecem entre diferentes formações discursivas que se unem durante um processo eleitoral, formando uma ampla formação ideológica, em função de interesses eleitorais.

Já na segunda seção, constatamos que a contingência histórica em análise, ou seja, o pleito eleitoral de 2008, ocorrido na cidade de Rio Grande/RS, em que houve a formação de duas Frentes, produz um acontecimento peculiar. A partir das teorizações de Guimarães, Pêcheux e Indursky, vimos que a formação de uma Frente Ampla não constitui um acontecimento discursivo, visto que não há a formação de uma nova formação discursiva, não há rupturas de saberes. Por outro lado, também não constitui um acontecimento enunciativo,

conforme proposto por Indursky, já que não há a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma determinada formação discursiva. Desse modo, em nosso percurso, constatamos que a formação de uma aliança organizada com fins eleitorais constitui um acontecimento enunciativo de caráter temporário, que, por sua vez, não instaura uma nova FD e nem mesmo uma nova posição-sujeito. Em outras palavras, trata-se de acontecimento enunciativo de caráter temporário por que o efeito de “uniformização”, “homogeneização” se desfaz logo após a finalização da campanha eleitoral, embora siga produzindo seus efeitos.

Tomamos, nesta pesquisa, o discurso da Frente “Rio Grande Unido e Forte” como formação ideológica de referência, tendo em vista que é constituída por um grupo político-familiar que vem perpetuando-se no poder municipal de Rio Grande/RS há mais de uma década. Outra razão que motivou a escolha da Frente “Rio Grande Unido e Forte” como Frente Ideológica de Referência deve-se ao fato deste grupo hegemônico ter reunido nas eleições de 2008, pela primeira vez, um número expressivo de partidos aliados, num total de onze instituições partidárias.

O nosso *corpus* foi constituído por materiais impressos, distribuídos durante a campanha eleitoral, mais especificamente, por dois panfletos: um referente à coligação “Rio Grande Unido e Forte” e outro referente à “Frente Popular”.

Recortamos e analisamos sequências discursivas de referência, a partir do panfleto distribuído pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”(ANEXO I), e também fizemos recortes e análises de sequências discursivas coletadas do principal panfleto distribuído pela “Frente Popular”(ANEXO II).

Vimos que no interior da Frente “Rio Grande Unido e Forte”, em que temos a articulação de diferentes formações discursivas, há apagamentos e silenciamentos de alguns saberes em função de uma estratégia eleitoral. Constatamos que partidos tidos como representantes da classe operária entrelaçam-se com os saberes representativos da classe burguesa e passam a aceitá-los em função de interesses imediatos.

Também fizemos recortes e análises de sequências discursivas extraídas do principal panfleto distribuído durante a campanha eleitoral de 2008 pela Frente opositora designada “Frente Popular”. Realizamos um contraponto entre as sequências discursivas (SDs) e as sequências discursivas de referência (SDr). Esse movimento permitiu-nos tecer algumas discussões acerca das relações contraditórias entre as duas polarizações. Para isso, selecionamos temas que foram abordados durante a campanha em análise, como, por exemplo, o desenvolvimento econômico de Rio Grande, alicerçado no Pólo Naval; o tema sobre a Educação e, por fim, as garantias oferecidas aos eleitores riograndinos. Constatamos

que a Frente Opositora (“Frente Popular”), constituída por forças de centro e esquerda, coloca-se numa posição de continuidade e não de ruptura com os saberes produzidos pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”. Identificamos esta posição de continuidade a partir do momento em que a “Frente Popular” não questiona as práticas produzidas pela Frente “Rio Grande Unido e Forte”, ou seja, não questiona os saberes que sustentam essas práticas, pois não apresenta um programa de rupturas significativas.

As constatações apresentadas nesta pesquisa possibilitaram esclarecer alguns efeitos produzidos através das relações que se tecem durante uma disputa eleitoral. Relações estas que promovem apagamentos e/ou silenciamentos de diferentes saberes em função de uma estratégia eleitoreira. Vimos que, no acontecimento histórico em análise, determinados saberes (FDs) “dissolvem-se” com os saberes hegemônicos que dominam a Frente “Rio Grande Unido e Forte”. A análise desta “dissolução” permitiu-nos observar o caráter híbrido da formação discursiva que se alinha com outros saberes em função da contingência histórica (campanha eleitoral). Por meio deste funcionamento, notamos que esta cooptação entre diferentes instituições partidárias (conservadoras e populares) promove o agravamento da despolitização dos partidos que deveriam primar pelos interesses do povo.

Diante desse cenário, a questão que se coloca é: como instaurar um processo de transformação numa sociedade em que “os fins estão acima dos meios”? Com base em nossa pesquisa, podemos afirmar que, no contexto atual, não há uma instituição político-partidária com capacidade real de intervenção social, pois os movimentos representativos do povo, ao invés de buscarem intervir na ordem social, ou seja, reconfigurando e transformando os espaços do real, a partir do momento em que caem no “cretinismo parlamentar”, na “colaboração de classes”, acabam reforçando a ordem da reprodução, avassaladora, da exploração capitalista. É preciso abandonar o oportunismo e romper com o conservadorismo reinante em nossa sociedade. Nos dizeres de Maestri (2009), *“temos que construir uma nova política estranha ao oportunismo já endêmico na esquerda, fixada obsessivamente na conquista de posições de representação nas universidades, nos sindicatos e, sobretudo, em avançar, a cada dois anos, no abocanhamento de mais alguns deputados, vereadores, prefeitos, etc. Tudo para participar do farto banquete da administração do Estado capitalista. Temos que construir uma nova política que, como proposto, favoreça a constituição do mundo do trabalho como sujeito social central, processo indiscutivelmente inacabado entre nós.”*

Creemos que a nossa pesquisa representa uma contribuição para as discussões em torno da necessária e urgente reagrupação e intervenção das forças populares na ordem do

real, rumo a uma nova política. Mas enquanto esse processo de transformação não ocorre, ficamos sujeitos a uma doença assombrosa que Marx, em seu “Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte”, diagnosticou os efeitos da seguinte forma: [a doença] *mantém os elementos contagiados firmemente presos a um mundo imaginário, privando-os de todo senso comum, de qualquer recordação de toda compreensão do grosseiro mundo exterior*. E a questão que se coloca é: há cura para a doença diagnosticada por Marx já no século XIX e que ainda segue produzindo seus efeitos? Não sabemos a resposta, mas, como sempre, a história continua em aberto...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Sobre a reprodução*. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAZARIN, Ercilia. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Tese de doutorado, UFRGS, 2004.

COMTE, Auguste. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. Tradução de Antonio Geraldo da Silva. Publicado na Coleção Grandes Obras do Pensamento – nº.30 – da Editora Escala.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Enunciação e História*. In: Guimarães, Eduardo (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 2008.

HAUPTMANN, Gerhart. *Os Tecelões*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: Mittmann, Solange et al (orgs). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LEANDRO FERREIRA, M. (coord.). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

MAESTRI, Mário. *156 anos de cretinismo parlamentar*. Revista Espaço de Sofhia, nº14 – maio/2008, ano II.

\_\_\_\_\_. *O Programa Racial do Capital e do Trabalho para a Sociedade Brasileira*. Disponível em <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/o-programa-racial-do-capital-e>>. Acesso em 22/09/2011.

\_\_\_\_\_. *2009: crise do capitalismo generalizará e aprofundará a barbárie*. Disponível em <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/2009-crise-do-capitalismo>>. Acesso em 22/09/2011.

MAZIÈRE, Francine. *Análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e Discurso Político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORGANON/UFRGS, Instituto de Letras – v.9, n.23 (1995) – Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, 1995.

ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Segmentar ou recortar?* Série Estudos, Uberaba, p.9-26, 1984.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Discurso, Imaginário Social e Conhecimento*. Revista “Em aberto”, Brasília, ano 14, nº.61, jan./mar., 1994.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: Conversa com Eni Orlandi*. Revista Teias, Rio de Janeiro, ano 7, nº13-14, jan./dez., 2006.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel (1969). *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ª ed. São Paulo: Pontes, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed.34, 1996.

\_\_\_\_\_. *A crise e as falácias do consenso*. Expresso, Portugal, 36-38, 11-dez-2010. Disponível em <<http://www.mynetpress.com/pdf/2010/dezembro/201012112328e0.pdf>>. Acesso em 15/12/2010.

RASIA, Gesualda de Lourdes. *Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e da 2ª república: o duplo lugar da determinação e da contradição*. Tese de doutorado, UFRGS, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHONS, Carme Regina. *“Adoráveis” Revolucionários: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República*. Tese de doutorado, UFRGS, 2006.

SÊGA, Rafael. *Ordem e Progresso*. Revista História Viva, Ed.5, março de 2004.

ZANDWAIS, Ana. *Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: Uma retomada de percurso*. Santa Maria: UFSM, 2009.

\_\_\_\_\_. Saberes sobre identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, L. Cristina Maria (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

ANEXOS  
MATERIAIS DE ANÁLISE

## ANEXO I



# Fábio Branco: a garantia de um futuro cada vez melhor

A maior coligação de partidos políticos da história do Rio Grande foi formada em torno da candidatura de FÁBIO BRANCO para prefeito, ao lado de ADINELSON TROCA para vice. Denominada "RIO GRANDE UNIDO E FORTE", a coligação conta com a força do PMDB, PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC e PHS.

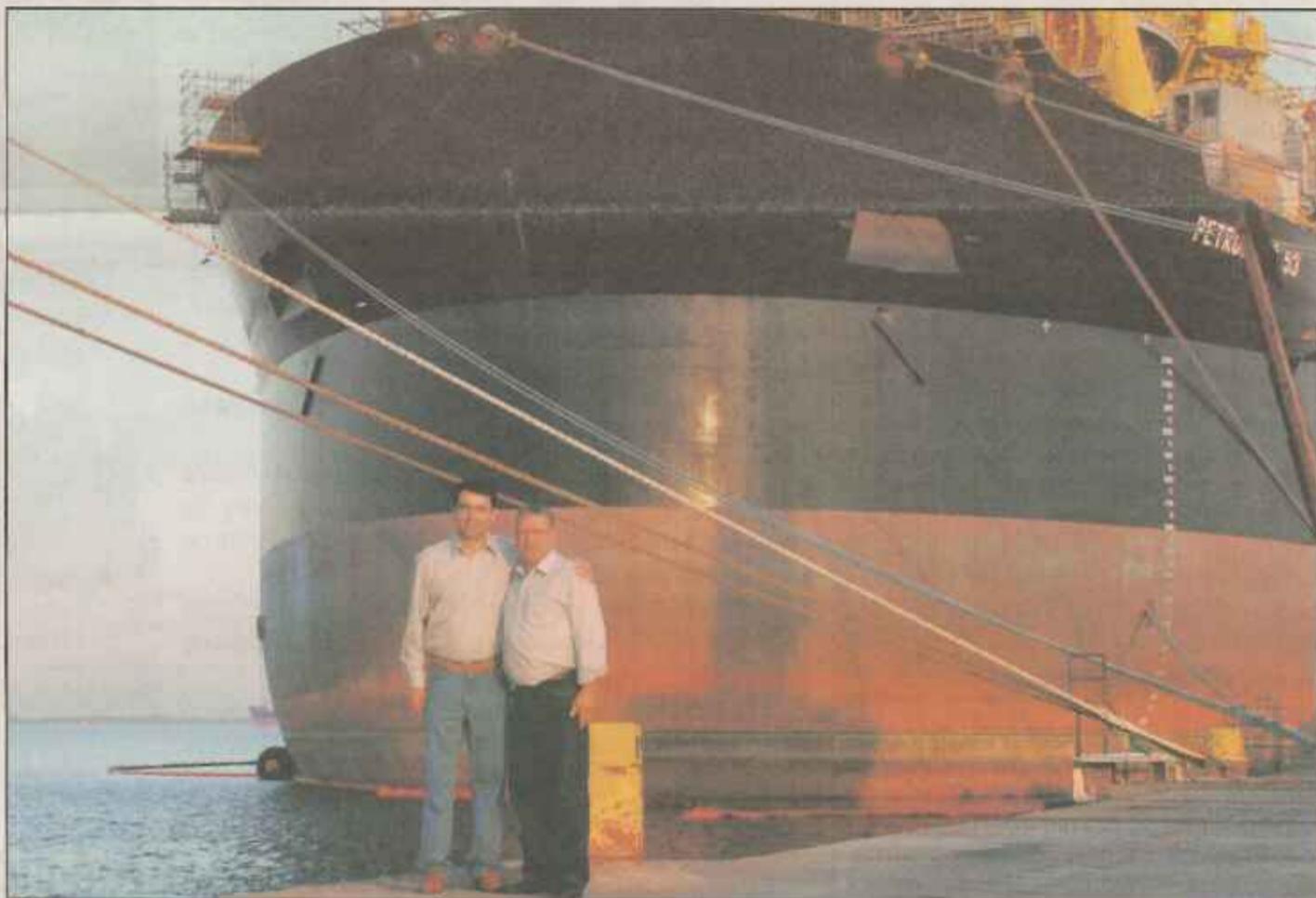
Com a marca "O PROGRESSO CONTINUA", o retorno de FÁBIO BRANCO ao cargo de prefeito do Rio Grande é a garantia de manter o rumo do novo ciclo de desenvolvimento, dando continuidade às obras de infra-estrutura, consolidação do pólo naval, com atração de novos investimentos, gerando emprego e renda, priorizando a inclusão social.

O futuro prefeito do Rio Grande, FÁBIO BRANCO, destinará especial atenção à saúde pública, ampliando o "Programa Saúde da Família" (PSF), promovendo a prevenção e a melhora da qualidade de vida, com destaque para as CRIANÇAS e os IDOSOS.

Nos últimos anos a educação recebeu grandes investimentos, com construção de novas escolas, ginásios poliesportivos, ampliação e qualificação do quadro funcional. Destaque para programas pedagógicos que receberam premiação nacional e estadual, como o "Projeto Escola-Comunidade-Universidade (ESCUNA)", de inclusão digital e "Projeto QUERO-QUERO", de conscientização ambiental. Com o

objetivo de manter e melhorar o reconhecido nível da educação em nosso município, FÁBIO BRANCO tem como meta a preparação do jovem para o mercado de trabalho e atenção especial a primeira infância.

Ações fortes no Turismo, Meio Ambiente, Habitação, Agricultura, Pesca e Urbanismo continuarão sendo a marca de FÁBIO BRANCO e ADINELSON TROCA, melhorando cada vez mais a qualidade de vida da nossa gente.



Fábio Branco e Adinelson Troca estão comprometidos com o desenvolvimento do Rio Grande

**O progresso continua com o Rio Grande Unido e Forte**



Conheça as principais propostas de Fábio Branco e Adinelson Troca - páginas 2 e 3

## Compromisso com o progresso



*"Para que o progresso continue é meu compromisso criar soluções sustentáveis e inovadoras, atraindo novas empresas e consolidando as que aqui já se estabeleceram. Também assumo a responsabilidade de investir na qualificação da mão-de-obra da nossa gente, para, assim, alcançarmos um desenvolvimento sustentável, uma sociedade com trabalho, renda, justiça social e respeito ao meio ambiente."*

**Fábio Branco, futuro Prefeito da cidade do Rio Grande**



*"Estarei sempre ao lado de Fábio Branco, trabalhando para um Rio Grande cada vez melhor através de uma política de portas abertas, onde a comunidade irá participar ativamente, para o desenvolvimento da nossa cidade."*

**Adinelson Troca, futuro Vice-prefeito da cidade do Rio Grande**

### Expediente

Produção/Diagramação: mtrés comunicação & eventos  
 Jornalista Responsável: Ramão Martins de Freitas MTB 7653  
 Fotografias: Ricardo Irigon e Rita Martins  
 Impressão: 91.665.570/0001-56  
 CNPJ: 099092216/0001-49  
 Contratado por: Comitê Financeiro Único  
 Tiragem: 50.000 exemplares

# UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR PARA SE VIVER

O **PROGRESSO CONTINUA** tem sido a marca dos governos do Município. Com Fábio Branco e Adinelson Troca esta característica permanece e será ampliada. Agora, as ações de Governo voltam-se fortemente às obras, à atração de investimentos, à capacitação de mão-de-obra, à geração de emprego e renda, atingindo, assim, o desenvolvimento social.

Para alcançar este objetivo, o plano de governo foi estruturado com base em seis eixos estratégicos. As propostas expressam as escolhas da comunidade

riograndina, recolhidas pelos partidos que compõem a Coligação **RIO GRANDE UNIDO E FORTE**. Fábio Branco e Adinelson Troca procuraram agregar e articular forças políticas compromissadas com o desafio de crescer com sustentabilidade, promovendo a harmonia entre governo, empreendedores e trabalhadores.

Conheça alguns compromissos que estão sendo assumidos e serão executados pela futura administração municipal.

## GOVERNO SOCIAL: harmonizar o social com o econômico

**Rio Grande Solidário:** integração democrática dos cidadãos em parcerias, projetos e ações sociais, visando promover o desenvolvimento sustentável e solidário.

**Mapa Social do Rio Grande:** aplicação de técnicas georeferenciais à gestão dos programas e ações sociais (educação, saúde, habitação, trânsito, transporte e segurança).

**Agentes sociais:** implantar programa nos mesmos moldes dos Agentes de Saúde.

**Programa Família Saudável:** com atividades de lazer, esporte e orientação à saúde, focando crianças e jovens da nossa periferia.

**Habitação:** regularização fundiária e implantação de novos núcleos habitacionais, em parceria com os governos federal e estadual.

**Cultura:** incrementar ações na área da cultura articuladas aos programas de inclusão social.

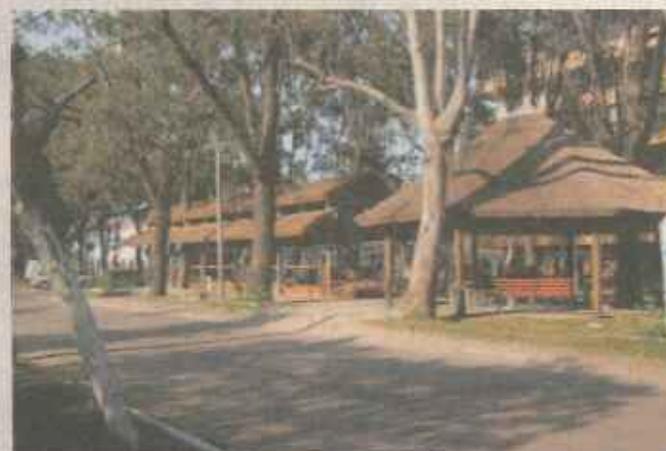
**Esporte e lazer:** investimentos no esporte amador, incentivando competições em bairros, vilas e interior. Ampliar e revitalizar praças e equipamentos de lazer e esporte em todos os recantos do Município.

**Infância:** ampliar o atendimento do programa Primeira Infância Melhor (PIM).

**Melhor Idade:** integração de voluntários da melhor idade, oportunizando-lhes atuar como professores de experiência para jovens aprendizes e implantar o Centro de Convivência para Idosos.

**Mobilidade urbana:** integrar ciclovias com terminais de ônibus e adequar o sistema aos portadores de necessidades especiais.

**Bilhetagem eletrônica:** dar continuidade à implantação do bilhete eletrônico, cobrindo 100% das linhas de transporte urbano nos próximos 4 anos.



Canchas de bocha do Cassino



PAR - Dom bosco

## SAÚDE PÚBLICA é cidadania

**Gestão Plena da Saúde:** ampliar e aprimorar o atendimento do SUS.

**Atendimento Unificado:** leitos, central de exames e de urgência / emergência (SAMU).

**Programa Saúde da Família (PSF):** ampliar a abrangência do programa de 40% para 90% de cobertura do Município.

**Atenção Integral à Saúde do Idoso:** criação de centros especiais para a melhor idade.

**Tecnologia de ponta em saúde:** apoiar a implantação de serviços com utilização de tecnologia de ponta, no âmbito do SUS.

**Unidades de Saúde:** continuar o programa de obras nas unidades básicas de saúde em todo Município.



PSF - Programa Saúde da Família

## A EDUCAÇÃO é a base de tudo

**Magistério:** capacitação pedagógica continuada, visando a melhoria da qualidade do ensino, inclusive dos índices de evasão e repetência escolar.

**Alfabetização de adultos:** incrementar a oferta desta modalidade de ensino, aproveitando a estrutura das escolas, oferecendo novas oportunidades de estudo a jovens e adultos.

**Educação infantil:** ampliar a oferta de vagas nas creches.

**Aluno de Sucesso:** incrementar as oficinas de recuperação de aprendizagem, com o envolvimento da família.

**Programas pedagógicos:** ampliar o apoio a projetos bem sucedidos, como o ESCUNA, Quero-Quero, abrangendo toda a rede municipal.

**Centro Municipal Escola Viva:** implantar cursos profissionalizantes para os alunos da rede municipal, capacitando-os para inserção no mercado de trabalho.

**Construção e ampliação de escolas:** continuar o programa de melhoria de prédios e instalações escolares.



ROJETO



## Da NATUREZA a gente cuida

**Licenciamento ambiental:** consolidar o sistema municipal de licenciamento, visando orientar o desenvolvimento sustentável da economia do Município.

**Obras:** orientar e apoiar as ações da Prefeitura na execução de obras públicas.

**Planejamento integrado:** consolidar o marco referencial do planejamento municipal, visando harmonizar a implantação de empreendimentos com as exigências da legislação ambiental.

**Energias alternativas:** incentivar o uso e implantação de projetos de geração destas energias.



Revitalização de áreas

## DESENVOLVIMENTO solidário e sustentável

**Pólo Metal Mecânico:** capacitação da mão-de-obra, propiciando aos trabalhadores locais oportunidades efetivas de acesso ao mercado de trabalho na indústria naval.

**Atração de novos empreendimentos:** implantar uma política mais competitiva de atração de novos investidores.

**Banco de projetos:** com parceiros da comunidade.

**Micro e pequenas empresas:** apoiar a profissionalização dos pequenos negócios, junto à AMPERG e SEBRAE.

**Patrulha Agrícola e diversificação de culturas:** apoio aos agricultores, melhorando a renda de suas propriedades.

**Pesca Artesanal e Aqüicultura:** apoiar os pescadores na viabilização técnica e econômica de projetos de aqüicultura, propiciando assistência às comunidades pesqueiras, tendo como parceiros a Colônia de Pescadores Z-1 e os governos federal e estadual.

**Turismo:** fomentar o turismo de praia, cultural e ecológico, contribuindo para o incremento do comércio e serviços do Município.



PATRULHA

## A Prefeitura FAZ

**Programa de Qualidade:** implantar um programa de qualidade aos serviços prestados pela Prefeitura.

**Pavimentação e saneamento:** dar continuidade ao programa de saneamento e pavimentação, utilizando novas tecnologias e reduzindo custos.

**Valorização dos servidores:** ampliar as oportunidades de valorização do quadro de servidores da Prefeitura.

**Banco Mundial:** estender a abrangência do programa de obras, com destaque para pavimentação e fechamento de valetas, através de financiamento tramitando no Banco Mundial, no valor de R\$ 26,5 milhões, contemplando micro e macro drenagem.

**Abastecimento de água e tratamento de esgoto:** rever o contrato entre o Município e a CORSAN

**Cartão Cidadão:** implantar o documento único, para todos os serviços, inclusive transporte coletivo

**Guarda Municipal e Agentes de Trânsito:** ampliar a integração com a Brigada Militar e Polícia Civil.

**Serviços públicos on-line:** facilitar o acesso aos serviços públicos pela internet.



Revitalização e pavimentação



Obras de saneamento

# Lideranças acreditam em Fábio Branco

*"O momento que vive a cidade do Rio Grande exige, cada vez mais, uma administração que tenha compromisso forte com todos os segmentos da comunidade. Por isso, a eleição de Fábio Branco para prefeito é a garantia do caminho certo. Ele já provou sua capacidade de administrar, com espírito de luta e uma impressionante vontade de fazer mais. Os eleitores saberão definir o que é melhor para todos nós. Fábio Branco prefeito e Adinelson Troca para vice."*



**Janir Branco, Prefeito Municipal da cidade do Rio Grande**

*"A candidatura de Fábio Branco à Prefeitura do Rio Grande deve ser recebida com alegria por todos os riograndinos; afinal, este momento de desenvolvimento econômico em que vivemos tem muito a ver com as ações de Fábio no seu outro mandato e que pode fazer muito, mais e melhor, no próximo."*

*A prova disso é a ampla coligação partidária construída em torno de sua candidatura.*

*São 11 partidos políticos que acreditam na sua competência e comprometem-se com sua plataforma política.*

*Não bastassem estes motivos, meu apoio e confiança em Fábio Branco é fruto de amizade pessoal e admiração política, reforçada durante o período que atuei como vereador.*

*Hoje, como deputado federal, manifesto meu orgulho pelas candidaturas de Fábio Branco a prefeito e Adinelson Troca a vice-prefeito."*



**Cláudio Diaz, Deputado Federal do PSDB**

*"Fábio Branco e Adinelson Troca são duas pessoas com experiência na administração pública, tanto no poder legislativo quanto no executivo. Temos plena confiança de que esta coligação vai fazer com que o Rio Grande continue progredindo. Temos certeza de que o município está no caminho certo, se desenvolvendo, gerando emprego e renda para a população, sem deixar de lado prioridades como a saúde, a educação e a segurança. A agricultura e a pesca, juntamente com o turismo e a habitação, também irão receber destaque especial.*

*Sem dúvidas Fábio e Adinelson, liderando a maior coligação de partidos da história de nossa cidade, são a melhor opção para Rio Grande."*



**Adilson Troca, Deputado Estadual do PSDB**

*"O retorno de Fábio Branco ao cargo de Prefeito do Rio Grande será um importante resgate que o eleitor riograndino fará no dia 05 de outubro. A sua competência, dedicação e seriedade irão garantir a continuidade do progresso. Na Assembléia Legislativa estarei à disposição de Fábio Branco para defender os projetos que irão beneficiar o povo riograndino."*

**Sandro Boka, Deputado Estadual do PMDB**



*"O Partido Socialista Brasileiro está no governo Janir Branco, que tem demonstrado seriedade e competência para administrar Rio Grande. É por isso que o PSB quer a continuidade deste projeto e apóia, nesta eleição, Fábio Branco para prefeito. Meu mandato, em sintonia com os companheiros do partido, tem ajudado Rio Grande a se desenvolver.*

*Apenas nos últimos quatro anos, destinei mais de R\$ 800 mil, através de emendas de minha autoria ao orçamento do governo federal, para importantes projetos da administração, como a reforma e construção de vagonetas na ponta dos Molhes, projetos de saneamento e o anel viário, apoio a realização da Festa do Mar, implantação de centros de inclusão digital, entre outros. No Congresso, também trabalhamos para viabilizar o pólo naval e empreendemos intensas e permanentes lutas para o começo da duplicação da BR/392.*

*Queremos continuar trabalhando em prol do município. Rio Grande é uma cidade que guardo no coração. Desde que estive à frente da Secretaria Estadual dos Transportes, aprendi a admirá-la! É por tudo isso que estamos juntos com Fábio Branco nesta eleição!"*

**Beto Albuquerque, Deputado Federal do PSB**



## Início do pólo naval teve participação decisiva de Fábio Branco

Uma das marcas da administração municipal tem sido a busca de novos empreendimentos, aproveitando a posição privilegiada, perante o Mercosul, a infra-estrutura do porto e do distrito industrial. Ainda como prefeito, Fábio Branco assinou, em 2002, com o Governo do Estado, o protocolo de intenções que deu início à consolidação do pólo de construção

naval no município, contando com a parceria do Governo Federal.

Hoje temos a construção da plataforma oceânica P-53, o dique seco e a previsão de novos empreendimentos nesta área. Fábio Branco é a garantia da continuidade do desenvolvimento e preparação da mão-de-obra local para atuar no pólo naval.



Governador Rigotto e Fábio Branco consolidaram o início do Pólo Naval

## ANEXO II



Rio Grande merece **MAIS**

# 13 DIRCEU

P R E F E I T O

FRENTE POPULAR PT/PCdoB/PTC/PCB

**DARLENE**  
V i c e

Frente a uma realidade que separa o crescimento econômico do desenvolvimento social, nosso Governo aponta novos e positivos caminhos. **Rio Grande** tem tudo para ingressar no seletivo grupo de Municípios brasileiros que unem desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Trabalhamos pela redução das desigualdades sociais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego, bem-estar e participação da sociedade, com ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos.

Uma cidade que tem o 6º maior orçamento do Rio Grande do Sul não pode e não deve ter índices ruins e alarmantes nas áreas da Educação, Saúde, Transporte, Mobilidade Urbana, Cultura, Lazer, Esporte, entre outros.

O Programa da Frente Popular é fruto do compromisso de partidos e movimentos sociais mobilizados para a eleição de **DIRCEU LOPES** e **DARLENE PEREIRA** em conjunto com a sociedade Rio-grandina. É também uma aposta no presente e futuro do **Rio Grande**, respaldada na força e na participação do povo rio-grandino.

A Frente Popular aponta um ousado programa, ancorado em estratégico conjunto de ações, que traduzem concretamente nossa disposição de avançar no caminho do desenvolvimento exigido pelo povo.

Apesar dos grandes avanços no Município implementados pelo Governo **LULA**, há um longo caminho a percorrer para coroar de êxito o processo em curso. A eleição da Frente Popular é garantia de que não haverá retrocesso e de que a transição para uma nova concepção coletiva de cidade está assegurada. As mudanças se farão com o fortalecimento da democracia, renovação de nossa cultura política e administrativa, responsabilidade ambiental e a inclusão de milhares de cidadãos rio-grandinos que ainda vivem em situação aflitiva. O crescimento econômico vai ser transformado em Desenvolvimento Econômico casado com o Desenvolvimento Social, onde a riqueza produzida seja distribuída direta e indiretamente entre todos os rio-grandinos e rio-grandinas.

**RIO GRANDE MERECE MAIS**

## DIRCEU e DARLENE

Destacam **13 EIXOS** programáticos, entre os tantos projetos que a Frente Popular apresentará à população rio-grandina. Não são projetos mirabolantes ou “tapeadores”. São ações viáveis, desde que sejam tratadas como prioridades, imediatamente, à eleição e posse do novo prefeito.



FRENTE POPULAR

PT/PCdoB/PTC

### 1 - Educação

Estamos muito mal-posicionados no ranking da Educação no RS (143º lugar). Uma cidade rica não deve continuar com uma educação pobre. Propomos:

- Todas as crianças na escola; creches nos bairros; combate à evasão e repetência escolar; valorização dos educadores; formação continuada para trabalhadores em educação; alfabetização e educação de Jovens e adultos; projetos de esporte, cultura e lazer em turno inverso; transporte escolar; prevenção e combate ao tráfico de drogas nas escolas.



### 2 - Saúde

É dramático o quadro da saúde no Município (483º lugar em 496 municípios no RS). A Frente Popular se compromete a construir uma cidade saudável:

- Construção e funcionamento do Hospital da Zona Oeste; dar condições adequadas aos profissionais da saúde nos postos existentes; criação de Centros de Atendimento Especializados de Média Complexidade; valorização e formação continuada dos profissionais; garantir o Sistema de Atendimento Móvel de Urgência SAMU; contratar médicos e dentistas; Farmácia Popular; ampliação do Programa Saúde da Família.



### 8 - Pesca e Agricultura

Importantes fontes geradoras de sustento que precisam ser tratadas, visando garantir a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos ambientais.

- Reorganizar a cadeia produtiva da aquicultura e pesca; aos pescadores, assistência técnica, acesso ao crédito, subvenção ao óleo diesel, apoio à organização produtiva e à comercialização; política integrada de segurança alimentar, inclusão social e geração de divisas; orientar e acompanhar agricultores na busca por crédito e financiamento da produção agropecuária com custos e prazos adequados; estimular a agricultura orgânica urbana e periurbana, dando condições de produção e comercialização; aproveitamento da produção agrícola e pesqueira local na merenda escolar; ampliar patrulha agrícola; estimular a rede local da agricultura familiar e diversificação da produção; recuperar estradas do interior do município.



### 9 - Turismo

Rio Grande é rica em belezas naturais, história e atrativos turísticos. É preciso investir na imagem da cidade moderna, hospitaleira e competitiva nacional e internacionalmente

- Integrar os projetos de turismo Histórico, Cultural, Ecológico e Esportivo; roteiros incluindo o trabalho de pescadores, agricultores e artistas; suporte e apoio técnico aos profissionais da área; fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte ecológico que utiliza recursos naturais - mar, ventos e trilhas como fatores diferenciais de atração; investir em infra-estrutura no Cassino, com Agenda Anual de Eventos; associar-se à FURG no Projeto Oceanário Brasil no Balneário Cassino.



### 10 - Esporte e Lazer

Os valores do esporte e lazer sempre estiveram presentes na vida do nosso povo. Serão um direito dos Rio-grandinos e Rio-grandinas. Destacamos:

- Esporte e Lazer como instrumentos de inclusão social, solidariedade e humanização entre comunidades; jogos inter-bairros; criar e adequar espaços públicos para atividades de lazer e esportivas; planejar, organizar e financiar eventos esportivos municipais; apoiar atletas de alto rendimento através de bolsas, passagens e benefícios; incentivar esportes do vento e radicais: skate, mountainbike, roller, surf, moto cross, ciclismo; apoiar e financiar o futebol amador; criar seleções permanentes para representar a cidade.





Organização humanizada do espaço urbano, transformando Rio Grande num ambiente saudável e produtivo garantindo bem-viver para todos:

- Plano Municipal de Infra-estrutura; regularização fundiária com títulos para a população moradora de áreas irregulares; políticas de desenvolvimento urbano respeitando diferenças entre bairros; estruturação nas áreas de transporte público, abastecimento de água, esgoto sanitário, manejo e destinação de águas pluviais e resíduos sólidos, controle urbanístico e do desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável; implementar o Estatuto da Cidade; criação de rede de instituições não-governamentais e entidades de apoio técnico à gestão urbana;

4 - Segurança Pública

Também deve ser preocupação do Executivo. A Frente Popular vai atuar fortemente para consolidar a concepção de Segurança Pública Cidadã. Alguns pontos:

- Garantir junto ao Governo Estadual maior número de policiais; prevenção ao crime com investimentos em educação, espaços de lazer e esporte; ampliar, qualificar e equipar a Guarda Municipal; monitoramento on line dos espaços públicos; sistemas de inteligência e informação - foco especial no combate ao tráfico de drogas e prostituição infantil; promover junto com o Governo Federal a capacitação aos profissionais da área; garantir parcerias para aparelhamento e qualificação da infra-estrutura e efetivo humano.

5 - Saneamento ambiental

Ações no saneamento básico constroem ambiente sustentável e proporcionam política de saúde preventiva e qualidade de vida.

Algumas propostas:

- Fechamento de todas as valetas a céu aberto (Valeta Zero); estender rede de esgoto; Plano Municipal de Infra-estrutura e Saneamento Básico; coleta seletiva; programas de reciclagem e aproveitamento dos resíduos sólidos, gasosos, líquidos, tóxicos, hospitalares, portuários, etc; aproveitar o lixo como forma de energia e geração de renda; unir asfaltamento com infra-estrutura, em especial à do esgoto pluvial; tecnologias para reduzir a poluição; ações de educação ambiental e campanhas de consumo sustentável, economia de energia, reciclagem de resíduos; Plano de Controle Ambiental com ações compensatórias e potencializadoras.

7 - Desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental; fim à exclusão; crescimento pautado em oportunidades iguais.

- Políticas industriais e de inovação tecnológica; consolidar cadeia produtiva de Construção Naval (montagem de embarcações, plataformas e equipamentos em estaleiros e produção de peças e componentes - navepeças) com fomento de empresas de pequeno, médio e grande porte, numa cadeia capaz de formar um Pólo Naval de expressão mundial; parceria com Governo Federal na implementação de Pólo Petrolífero firmando o papel da Petrobras em projeto de integração que considere a Bacia Pelotas, o Pier Petroleiro e a Refinaria de Petróleo Ipiranga; simplificar os mecanismos de acesso a programas de inovação com incentivos, fortalecendo em conjunto com a Universidade os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para empresas; parcerias com os Governos Estadual e Federal para implantar o programa "Sua Empresa em 72 Horas": abertura de uma empresa em até 72 horas após o pedido; programa "Nossos Filhos no Pólo Naval" (preparar os jovens para o Pólo Naval); programa Municipal de Qualificação e Certificação Profissional; programas de inserção de jovens entre 16 e 24 anos e adultos com mais de 45 anos no mercado de trabalho; Incentivo à Organização de Empreendimentos de Economia Solidária envolvendo toda a cadeia produtiva; apoio às micro, pequenas e médias empresas; programa municipal de micro-crédito; fomentar e apoiar a formação das cadeias produtivas: Agrícola, Pesca e Aquicultura, Costura, Gastronomia, Serviços Gerais, Turismo, Artesanato, Jardinagem e Paisagismo, entre outras.

12 - Garantia e ampliação de direitos

Todos têm direito a uma cidade humana e solidária. Garantir estes direitos será um compromisso da Frente Popular no ato de governar Rio Grande.

- Mulher - Atenção Integral à Saúde e enfrentamento à violência; criação de cooperativas para emprego e renda com estímulo à participação das mulheres. Políticas setoriais para ações afirmativas de igualdade racial; Políticas Integrais para a Juventude; alternativas socioeconômicas a jovens sujeitos à criminalidade e situações de risco; Plano Municipal de Garantias e Proteção de Direitos para a Infância e Adolescência; Observatório Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente Rio-grandino; atividades alternativas e formadoras em localidades vulneráveis ou sujeitas à criminalidade; atendimento integral e programas de Lazer e Cultura apropriados aos Idosos; inserção, qualidade de vida e prevenção de agravos à vida dos Portadores de Necessidade Especiais; readequar espaços e equipamentos urbanos para acessibilidade; garantir transporte regular aos PNE; desenvolver e articular programas e ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBTT, nos marcos do Programa Brasil sem Homofobia.

11 - Cultura

A cultura é a principal forma de resgate e valorização da identidade de um povo. Algumas das propostas de nosso Plano de Governo:

- Programa Municipal de Cultura (revisão da estrutura de apoio à cultura, financiamento à produção cultural, divulgação da cultura rio-grandina no Estado, País e Exterior); núcleos de arte e cultura nos bairros; calendário anual de eventos culturais; investimento no Carnaval rio-grandino (incrementando toda a cadeia produtiva); circuito anual de cultura com festivais de música, teatro, dança, poesia, exposição e formas de expressão cultural integradas às atividades turísticas; apoiar e fomentar a cultura gaúcha.

13 - Gestão pública e combate à corrupção

A administração da cidade deve respeitar cada centavo pago pelos contribuintes. É fundamental implementar Gestão Pública de qualidade, transparente e eficiente que combata toda espécie de corrupção.

- Implementação de modernas ferramentas de organização administrativa; agilidade no atendimento às demandas da comunidade; valorizar o saber acumulado no quadro de servidores; amplo programa de aparelhamento, capacitação e valorização do Funcionalismo Público; Lei Municipal de proibição do nepotismo; mecanismos de investigação, detecção e punição do enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro; ampliar a transparência, controle e eficiência das compras com monitoramento sistemático de licitações, buscando identificar padrões de comportamento de empresas participantes e desvios nos preços de aquisição de bens e serviços; Portal da Transparência, com todas as informações contábeis da Prefeitura; Ouvidoria Municipal e Conselhos Populares; Orçamento Participativo.

# ATUAÇÃO E DISPOSIÇÃO PARA A VITÓRIA

**DIRCEU SILVA LOPES** é rio-grandino, filho de Marcolino e Shirley Lopes, é casado com Rossane Luvielmo Lopes, tem duas filhas e, aguarda para setembro a chegada do primeiro neto. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, coordenou várias campanhas eleitorais do PT.

Participante ativo e determinado das causas sociais, integrou a coordenação do Movimento Diretas Já no Estado; da Pastoral Nacional da Juventude e a coordenação estadual da Pastoral Operária. Foi assessor da Pastoral da Juventude no RS e das Comunidades Eclesiais de Base.

Ainda jovem, DIRCEU foi gerente de farmácia e livraria. Elegeu-se vereador por duas legislaturas, quando foi presidente das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Meio Ambiente, de Porto e Pesca.

Na gestão do ex-prefeito Paulo Vidal, foi secretário dos Serviços Urbanos, quando implantou a Coleta Seletiva.

Durante o governo Olívio Dutra (1999-2002), ocupou a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, sendo presidente da Comissão Especial dos Poderes (discutiu saídas para a Previdência Pública); a Secretaria do Interior e a Chefia da Casa Civil.

Após a eleição do Presidente Lula, foi para o Ministério das Cidades, ao lado do ex-governador Olívio Dutra, sendo seu chefe de Gabinete e, por diversas ocasiões, ministro substituto. Já na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, foi subsecretário de Desenvolvimento dos dois setores, depois secretário adjunto de Aquicultura e Pesca e por diversas ocasiões ministro substituto, cargo do qual se desligou em abril para concorrer à Prefeitura de sua cidade natal. Coordenou a I Conferência Nacional das Cidades; a II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e o Plano Nacional de Aquicultura e Pesca 2008/2011.

Coordenou a Delegação Brasileira junto à ONU no Comitê Recursos do Mar, em Nova Iorque/Estados Unidos; a Missão Brasileira junto ao Reino Unido na discussão sobre Aquicultura e Pesca, em Londres; participou da reunião da FAO (órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) na Venezuela para discutir o tema "Segurança Alimentar na América Latina".

**DARLENE TORRADA PEREIRA** nasceu no Povo Novo, filha de Glacy e Maria Delourdes de Oliveira Torrada. Casada com Alberto Pereira, "mãe" de dois filhos e dois sobrinhos, Darlene é Assistente Social e pós-graduada em Desenvolvimento Social, com dedicação especial à economia solidária e ao desenvolvimento de comunidades.

Integrou a Pastoral da Juventude e outras pastorais sociais; é membro fundadora voluntária de movimentos de ação contra a miséria desde 1994.

Professora do ensino fundamental na Ilha da Torotama e no Povo Novo na década de 1980, foi também assessora da Cáritas Diocesana em projetos comunitários com grupo de mulheres; assistente social da APAE; assessora municipal de Trabalho e Ação Social com a então secretária Marlova Finger; assistente social na FURG desde 1991, onde trabalhou na área de Recursos Humanos até 1996. Após atuar na área de Extensão Universitária, em 2005, assumiu a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Coordenou o Projeto Trabalho Comunitário, com grupos de geração de trabalho e renda na periferia urbana; o Projeto Apoio e Assessoria a Formação de Grupos de Economia Solidária e Cooperativas. Implantou o Projeto Qualificar RS e Primeiro Emprego, cursos de qualificação profissional para cidadãos desempregados; os Projetos Família Cidadã Planejamento e Capacitação para Trabalho e Renda e, Extensão Empresarial.

Na FURG, coordenou a criação do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico NUDESE, que apóia e assessora grupos, ONGs e movimentos sociais; o projeto Trocas Solidárias e o projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Intecoop.



# DIRCEU

P R E F E I T O

FRENTE POPULAR PT/PCdoB/PTC/PCB

# DARLENE

V i c e



**“Afastamo-nos da transparência da distinção entre pessoa e coisa, sujeito e objeto, intenção e não intenção, precisamente porque a história, e mais especificamente a luta de classes, não é nem uma pessoa nem uma coisa. As contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem resolvidas.”**

**(MICHEL PÊCHEUX)**